

Actas da  
Assembleia -  
- Geral

21/12/1972 a 03/02/1996

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DAS COLECTIVIDADES  
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO



Os livros executados na PAPELARIA ASSIS são os melhores porque todos os materiais empregados obedecem a uma rigorosa escolha.

Todos os demais artigos de escritório que no mesmo estabelecimento se encontram, representam a melhor qualidade dos principais fabricantes nacionais e estrangeiros.

Prefira a PAPELARIA ASSIS e não comprove com a certeza de que se efectua uma boa aquisição.

OFICINAS DE:  
TIPOGRAFIA  
ENCADORNACÃO  
PAUTAÇÃO  
Rua António Luís Inácio, 27

**PAPELARIA ASSIS**

RUA DA PRATA 241  
— LISBOA —

TELEFONE  
32 19 71

REFERÊNCIA N.º

61



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DAS COLECTIVIDADES  
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

N 2  
IUT  
1972



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DAS COLECTIVIDADES  
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DAS COLECTIVIDADES  
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

1973 a → 1996

### Termo de abertura

Com este livro com folhas devidamente numeradas e rubricadas por mim, J. Soares, e serve para nele se exararem as actas das Assembleias gerais, da Federação Portuguesa das Actividades de Cultura e Recreio, com sede na Rua da Palma, 256 A, 1º, desta cidade.

Lisboa, 21 de Dezembro de 1972

O Presidente da Assembleia geral

## Acta n.º 1

Aos dias vinte e um do mês de Dezembro do ano mil novecentos e setenta e dois, pelas vinte e duas horas, reuniu em segunda convocatória, a Assembleia geral ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua Sede, sita na Rua da Palma, dezentos e cinquenta seis, letra A, desta cidade de Lisboa.

Abriu a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia geral, senhor Jaime Franco, secretariados pelos senhores Fernando da Cruz Neves e Alfredo Martins da Silva, representantes respectivamente da Academia de Santo Amaro, "O Nacional" - grupo de Instrução e Recreio dos Bombeiros da C.I.P.C. e Sport Lisboa e Benfica.

Procedendo-se à chamada, verificou-se estarem presentes vinte e uma colectividades.

O Senhor Presidente da Mesa, depois de ler o aviso convocatório e de ter informado que a reunião tinha lugar em segunda convocação, por falta de "quorum" legal para a primeira, cumprimentos todos os presentes, envolvendo nessa ocasião as suas colectividades, após o que pediu para ser lida a acta da última reunião, o que foi feito pelo primeiro secretário.

Posta a mesma à discussão, pediu o Presidente da Direcção, Senhor Sá-falena da Costa, para ser rectificada uma passagem, onde se refere que faleceu o Senhor Conde de Lixa, quando deveria dizer-se Marquês de Rio Maior e, ainda, que o ano da reunião foi o de mil novecentos e setenta e dois e não mil novecentos e setenta e três.

Posta a acta à aprovação, por não haver outros interessados em discuti-la, foi a mesma aprovada por unanimidade com as duas rectificações referidas. Passou-se à leitura do expediente recebido, tendo sido tomado conhecimento de um telegrama do delegado



do Recreativo Operário de Camfolide, informando a impossibilidade de comparecer por motivo de doença.

O Senhor Presidente informou a Assembleia que iria conceder meia hora para tratar de assuntos estranhos à Ordem dos Trabalhos, e mais vinte e duas horas e quinze minutos, aproveitando a oportunidade para fazer as seguintes considerações:

Saudar, especialmente, o Senhor Doutor José Salles Gomes, delegado do grupo Sauronmáquico "Sector Um", que pela primeira vez comparece, nessa função, na sede federativa, dirigindo-lhe, a finalizar, as seguintes palavras: "Seja bem vindo e faço votos para que dê, com assiduidade, a sua presença a esta Federação, que será bem útil e bem vinda".

Transmitir, ao Senhor Aníbal Marques, delegado suplente do Sporting Clube de Portugal, a satisfação e alegria por o ver regressar à Federação, o que constitui um reatar de relações que bastante lhe agrada.

O Senhor Doutor Salles Gomes, a quem foi de seguida dada a palavra, disse que, na verdade, pela primeira vez ali comparecia como delegado, aproveitando para cumprimentar a Mesa da Assembleia geral, a Direcção e as colectividades federadas, agradecendo as amáveis palavras que o Senhor Presidente lhe havia dirigido, que muito o honravam. Continuando, disse estar completamente de acordo com uma passagem da acta que ouvira ler, pois é de bastimar que se verifique um tão diminuto número de delegados presentes, prometendo que, pela sua parte, comparecerá sempre que para isso seja convocado, ressalvando, como é natural, os impedimentos de força maior, como aconteceu, aliás, com a

Assembleias anteriores, em que não esteve presente por desconhecimento, pois só recebeu o respectivo aviso convocatório depois da realização da mesma.

Voltando a referir-se à falta de delegados, recordou, que, em determinada altura, em representação do Excentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, esteve numa sessão solene de uma colectividade, onde se fizeram críticas, de certo modo desagradáveis à Direcção da Federação, em lugar portanto menos adequado, pois aqui neste momento e neste lugar que as mesmas, se é que merecidas, deviam ser formuladas. Por isso, em seu entender, deve pedir-se às colectividades que indiquem delegados que venham à Federação e não que, apenas, autorizem a indicação do seu nome. A concluir a sua intervenção, o Senhor Doutor Salles Gomes, focou o facto de nem todos os dirigentes da Federação terem tomado posse, como é o caso do Presidente do Conselho Fiscal, que ainda não está substituído, pois não lhe consta que, neste sentido, haja sido feita qualquer diligência. Pensa que se terá errado ao fazer, como fulga, uma eleição individual, quando devia ser em nome do Clube, como é regulamentar; daí, a nomeação ter recaído num indivíduo que nunca cá veio e que, por isso mesmo, foi substituído.

O Senhor Jaime Franco explicou que são as colectividades eleitas e não os indivíduos, determinando por informar o Senhor Delegado que, no mês de Janeiro, se fará uma Assembleia geral para preencher cargos vagos. Ainda o Senhor Doutor Salles Gomes, delegado do "Sector Vni", disse ser conveniente rever a data das eleições para a Federação, a qual deveria ser feita após a época própria das eleições das várias colectividades. Pediu a palavra o Presidente da Direcção, Senhor Sáfena da Costa, iniciando a sua intervenção com



J. Gomes

uma saudação ao Senhor Presidente da Assembleia geral, dizendo congratular-se pelo facto de vê-lo a dirigir os trabalhos, como só ele sabe, esperando poder continuar-se a contar com a sua presença, não só nas Assembleias gerais, mas também nas reuniões da Direcção, como era seu costume.

E seguiu, saudou o delegado, agradecendo a sua presença, e dizendo que são poucos, na verdade, para o número de filiados, do que poderá tirar-se uma das duas ilacões: - Desinteresse pelos assuntos da Federação ou confiança na acção desta. -  
E, continuando, desejou saber qual a colectividade referida pelo Senhor Doutor Salles Gomes, onde se teriam feito comentários desagradáveis à Federação, e também se esta estava representada, pois não conhecia o assunto, até porque não hábito haver frases menos corteses, nesses actos festivos.

Desdancado, com os elementos de memória de que o Senhor Doutor Salles Gomes podia no momento dispor, ficou o Senhor Presidente da Direcção interessado num melhor esclarecimento do assunto, prometendo a realização duma inquérito e as conseqüentes sanções, se fosse caso disso.

Referiu-se, depois, à eleição do Senhor Doutor João Chaves, para Presidente do Conselho Fiscal, informando que o escolhera, por o caber competente, e este lhe haver garantido que aceitava o cargo. Assim, o facto de não ter sido eleito delegado, não infundia a sua eleição para a Federação. E, a propósito, fez algumas considerações acerca da forma como haviam sido indicados os nomes para os corpos gerentes, dizendo, a certo passo, que escolhera as pessoas para o acompanharem na Direcção, como o fez o Senhor Presidente da Assembleia geral, não pelos nomes das colectividades, mas pelos

individuos.

Deu breve intervenção, o delegado do grupo Excursionista "Os Económicos", Senhor Manuel Moura, lembrou que, regularmente, devem ser as colectividades as eleitas e não os individuos.

Resgotada a meia hora concedida, mas porque estavam ainda dois oradores inscritos, o Senhor Presidente da Assembleia geral, com a concordância dos presentes, prorrogou esse prazo.

Falou, em primeiro lugar, o Senhor Anibal Marques, para agradecer as amáveis palavras com que o Senhor Jaime Franco o distinguiu. Congratulou-se pela forma como veio encontrar a Sede e, principalmente, pela presença do Presidente da Assembleia geral, pessoa que bastante considera e está colocado no lugar próprio, onde a sua acção, em prol das colectividades é do maior interesse para estas.

Depois, em seguida, o delegado da Associação Igrejanovense de Melhoramentos, do Concelho de Fátima do Tzere, disse ser a segunda vez que tem a alegria de assistir a uma Assembleia geral da Federação. Graças, em nome do seu Clube, uma palavra de louvor à personalidade do Senhor Presidente da Mesa, bem como à Direcção está pela assistência espiritual às festas da sua colectividade, pois em duas a Federação esteve representada, apesar dos muitos quilómetros que a separam da capital. Por isso mesmo, acrescentou, ficaram bastante sensibilizados com a atitude da Federação. A terminar, sugeriu que se fizessem, na Federação, reuniões de trabalho com as filiadas, no sentido de consciencializar os seus orientadores na necessidade de elevar o nível social a quem têm jus todos

os que se dedicam ao recreio.

Foram vinte e duas horas e cinquenta e três minutos, quando se entrou na ordem dos trabalhos, que incluía, apreciação, discussão e votação do orçamento para mil novecentos e setenta e três.

Por o projecto daquele documento ter sido oportunamente distribuído, foi dispensada a sua leitura, tendo o representante do grupo dos Cinco Reis felicitado a Direcção e a Mesa e proposto a dispensa da sua leitura, o que já havia sido aprovado.

De seguida, o Senhor Doutor Salles Gomes, foi re-freenciado como delegado do grupo "Sector Um", disse ir fazer ligeiras considerações acerca do documento em discussão, pois entende que este trabalho sempre deve merecer algumas referências. Abordou, entre outros casos, a redacção do artigo segundo do Regulamento do Orçamento, o que motivou alguns esclarecimentos do Tesoureiro e do Presidente da Direcção.

Aquele artigo viria a ser aprovado, com a redacção seguinte, proposta pelo delegado de "Os Económicos", Senhor Manuel da Silva Moura "As receitas serão entregues na Tesouraria no dia da sua cobrança, excepto as cobradas directamente às Colectividades, que serão entregues pelo cobrador até ao último dia útil do mês".

Após outras considerações ligeiras, foi o orçamento aprovado, por unanimidade, com a alteração referida, existando-se, assim, a Ordem dos trabalhos.

O Senhor Jaime Franco pediu para os presentes contemurarem a vir à Federação e procurarem interessar, nessa presença, os colegas de outras colectividades, aproveitando para desferir um Bom Natal para as colectividades e delegados e o que o Novo Ano Braga, para todos, as maiores felicidades.

Teram vinte e três horas e trinta sete minutos, quando o Senhor Presidente da Assembleia geral, considerou encerrados os trabalhos.

E para constar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos componentes da Mesa que dirigiu os trabalhos.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário

J. Franco  
Fernando Cruz Neves

Alfredo Martins da Silva

Acta n.º 2

Aos dias dezassete do mês de Abril do ano de mil novecentos e setenta e três, pelas vinte e uma horas e cinquenta e três minutos, reuniu em segunda convocatória, a Assembleia geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua Sede, sita na Rua da Palma, duzentos e cinquenta e seis, letra A, desta cidade de Lisboa.

Abriu a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia geral, Senhor Jaime Franco, secretariado pelos Senhores Fernando da Cruz Neves e Alfredo Martins da Silva, representantes respectivamente da Academia de Santo Amaro, "O Nacional" grupo de Instrução e Recreio dos Empregados da C.I.P.E. e Sport Lisboa e Benfica.

Procedeu-se à chamada, verificou-se estarem presentes vinte e três colectividades.

O Senhor Presidente da Mesa, depois de ler o aviso convocatório e de ter informado que a reunião tinha lugar em segunda convocatória aliás convocação, por falta de "quorum" legal para a primeira, cumpriu com todos os presentes, envolvendo nessa audação as suas colectividades, após o que pediu para ser lida a acta da última reunião, o que foi feito pelo primeiro secretário.

J. Franco

Posta a mesma à discussão, o Senhor Dr. Salles Gomes, delegado do grupo Gauromáquico Seção 1, pediu a rectificação do nome do anterior representante da sua colectividade, que era o Dr. João Chaves e não Dr. João Chagas, como ouvira ler. Inebriado pela Mesa que o nome estava certo, e por não haver mais ninguém que quizesse apreciar a acta, foi a mesma posta à votação e aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa comunicou que concedia meia hora para datar de assuntos estranhos à ordem dos trabalhos, eram vinte e duas horas e acta minutos, pedindo a palavra o Senhor Carlos Costa, delegado da Sociedade Democrática União Garreirense 'os Francos', para apresentar o delegado suplente e actual vice-Presidente daquela Colectividade. Continuando disse que como se tem lamentado, com toda a justiça a falta de presenças nas assembleias da Federação, falou na sua Sociedade da vantagem de igualmente o delegado suplente comparecer, exemplo que espera que seja seguido pelas outras filiadas. Em nome da Mesa, o Senhor Jaime Franco cumprimentou o Senhor Delegado e fez votos para que a sua presença se continuasse a registar.

Novamente no uso da palavra, o Senhor Carlos Costa apresentou um trabalho — que se encontra arquivado na pasta respectiva e devidamente autenticada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral — onde, principalmente tratava da possibilidade de, em conjunto, as colectividades tomarem parte, em regime de reciprocidade, em manifestações de índole

recreativa ou cultural. Sugeria a criação dum boletim mensal ou bimensual, que serviria para uma melhor aproximação entre as filiadas, concorrendo mesmo para um maior impulso ao culturismo que esta Federação.

A determinar, depois de lembrar as múltiplas utilizações a que o boletim se prestava, apresentou um esboço dos elementos que, em seu entender, poderiam formar a Comissão Deliberativa, a Comissão Executiva e outras sub-comissões.

De seguida o delegado do grupo "Sempre Unidos", Senhor Artur Fernandes de Almeida, enviou para a Mesa a proposta seguinte:

1º - Considerando que o Ex.<sup>mo</sup> Senhor José Abel e Senhor Pedroso de Saphera Costa, Presidente da Direcção da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, têm prestado a este organismo assinalados serviços, tais como a completa remodelação da sede, dotando-a de novas salas, alindando-a, etc., que a tornou, sem sombra de dúvida, uma das primeiras, senão a primeira Federação do País;

2º - Da mesma forma chamou a si uma campanha de divulgação recreativa, levando o Ex.<sup>mo</sup> governador Civil de Lisboa a visitar muitas dezenas de Colectividades, que estimula e beneficia.

Nestes termos deu-se a Promova de fazer:  
Que o Ex.<sup>mo</sup> Senhor José Abel e Senhor Pedroso de Saphera Costa, Presidente da Direcção da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio seja distinguido com o galardão de "Sócio Honorário", em conformidade com o art. 7º, alínea a) do Estatuto.

*Francisco*

Também o delegado do grupo Cinco Reys, senhor José Martins do Rosário, entregou uma outra proposta, do seguinte teor: \_\_\_\_\_

Considerando que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Humberto d'Ávila, Vice-Presidente da Direcção da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, tem desenvolvido à custa de muito esforço e talento o gosto pela música, através de realizações por todo o País, onde a Federação conta com inúmeras bandas e filarmónicas inscritis.

Assim, os "Concursos de Aprandizes de Música" que vão entrar no seu 5.<sup>o</sup> ano de realização, com o patrocínio da Direcção-geral da Cultura Popular e Espectáculos, "O Campo Musical de Férias", obra inédita em Portugal, com o patrocínio da FNAT, Simpósio Musical que reuniu ultimamente em Mesa-Redonda, todas as figuras de maior relevo nos meios musicais e artísticos, são factos para não se esquecer mas sim louvar. Nestes termos propomos: que o Senhor Humberto d'Ávila, Vice-Presidente da Direcção da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, seja agraciado com a "Medalha de Ouro de Instrução e Arte" e respectivo Diploma.

No uso da palavra, o Senhor Dr. Salles Gomes apresentou uma sugestão para que a Direcção tentasse, junto das Companhias Reunidas de gás e Electricidade, que as taxas a cobrar às Colectividades, fossem reduzidas e não pagas como se de um particular se tratasse, pensando que igual diligência se poderia fazer junto da Companhia das Águas.

O Presidente da Direcção informou a Assembleia a propósito da intervenção anterior, que em tempo

a Federação tentava, junto das Companhias de gás e electricidade, conseguir a concretização dos preços expostos, mas nada se conseguiu. Porém, os tempos mudaram e julga que é, na verdade, de voltar ao assunto principalmente no que respeita à energia eléctrica. Em nome da Direcção, agradeceu ao Senhor Dr. Salles Gomes o interesse que tem demonstrado nos assuntos da Federação, através das suas intervenções nas assembleias.

O Senhor Jaime Franco, depois de oferecer a sua colaboração para tentar resolver os problemas de água e luz, pôs à admissão o trabalho do Senhor Carlos Costa, ao qual fez elogiosas referências, trabalho que foi admitido por unanimidade, para ser discutido na primeira Assembleia geral extraordinária a realizar.

O Senhor Sapinho da Costa pediu a palavra para voltar a referir-se ao problema da luz e gás tendo um ofício enviado em mil novecentos e sessenta à Companhia respectiva, bem como a resposta desta, de sete de Janeiro de mil novecentos e sessenta e um.

Sobre o assunto, disse o Senhor Dr. Salles Gomes que desconhecia essa iniciativa de então, lembrando que só com diligências directas se poderia conseguir quaisquer benefícios.

O Senhor Presidente da Mesa, informou que ia pôr à admissão da aliás as propostas de galardões apresentadas para, em caso de aprovação, serem igualmente incluídas na ordem de trabalhos da primeira Assembleia geral extraordinária a realizar, o que mereceu a unânime aprovação dos presentes.

Em vinte e duas horas e quarenta e cinco mi-



*J. F. Costa*

mto, quando se entrou na ordem dos trabalhos  
 que, conforme aviso convocatório lido no início  
 da sessão, incluía a "Apreciação, discussão e vota-  
 ção das contas da gerência de mil novecentos  
 e setenta e dois e Parecer do Conselho Fiscal",  
 sendo dispensada a leitura do documento por  
 ter sido oportunamente distribuído, pelo que  
 de imediato se passou à sua discussão na  
 generalidade. O Senhor Carlos Costa, afirmou  
 ter lido o relatório com todo o interesse, tendo  
 feito várias anotações, pois entendia que, mes-  
 mo quando as coisas correm bem, como actual-  
 mente, não deve deixar de se discutir o Rela-  
 tório. (com todo o interesse, tendo feito várias an-  
 tações, pois entendia que, mesmo quando as coi-  
 sas) Referiu a boa posição financeira, a qual  
 lhe dá esperança que a própria Federação pos-  
 se pagar o boletim se vier a ser aprovado;  
 perguntou porque não foi preenchido o lugar  
 vago de Segundo Secretário da Direcção; a-  
 pto a concessão da "Medalha de ouro de  
 mérito associativo", proposta para o Senhor  
 Carlos Casanova; perguntou porque razão, nas  
 medalhas de prata, apenas a Sociedade Mu-  
 nicipal 3 Agosto de 1885, foi agraciada, pois  
 entendia que outras colectividades igualmente  
 o mereciam; afirmou que sessenta e nove anos  
 como executante de uma banda de música, tan-  
 to, e que contra o Senhor José da Costa Rama-  
 lho, não devia merecer medalha de prata, mas  
 de ouro; afirmou também que lhe parece ex-  
 agrada presença de representantes da Federação  
 nas várias festas das suas federadas, pois essa  
 taxa é bastante onerosiva, pelo que devia  
 se reduzir para os casos dos aniversários de

relevo como vinte cinco, cinquenta, setenta e cinco, com ou mais anos e, para além destas, apenas as que a Direcção achasse de relevo; e, finalmente, louvou a Direcção pela organização do 1.º Campo Musical de Férias.

O Senhor Humberto d'Ávila referiu que na terça-feira passada, a Banda Juvenil de Alcochete, actuou no Conservatório, por certo modo por intervenção da Federação.

Voltando o Senhor Carlos Costa ao uso da palavra pediu que se publicasse a relação das filiadas com nomes e moradas e estranhou que o lugar de Presidente do Conselho Fiscal estivesse vago à dezasseis meses; tendo sido esclarecido que existe uma relação das colectividades e que o assunto do Conselho Fiscal não estava esquecido pela Direcção.

Coube a vez ao delegado do Grupo Excursionista "Os Económicos", Senhor Manuel da Silva Moura para aplaudir as considerações formuladas pelo Senhor Carlos Costa no que respeitava ao Rotário e ao Senhor Carlos Casanova para recordar no que respeitava aos lugares vagos nos corpos gerentes, que em seu entender devia ter sido resolvido de há muito e em igualdade de circunstâncias, quer se trate da Direcção ou do Conselho Fiscal, não concordando também com a declarada presença exagerada de representantes da Federação nos aniversários das colectividades, pois, em seu entender, essa presença é sempre do maior interesse e nem sequer deve ser considerada causativa, pois a representação não deve ser exclusiva do Presidente da Direcção, mas antes extensiva aos restantes membros



dos corpos gerentes. —  
 O Senhor Sapken da Costa, fez várias considerações sobre a presença federativa junto das colectividades, considerando igualmente bastante útil essa representação, aliás no espírito das entidades governamentais, pois o Senhor Governador Civil de Lisboa ainda há pouco tempo dissera que em três anos de cargo visitara já mais de duzentas e trinta colectividades. O delegado da Juventud galícia disse que lhe ficou a bailar no espírito a declaração do Senhor Carlos Costa. A sua Colectividade não era obrigada, regulamentar, a convidar a Federação, mas fazia-o sempre com muito prazer e desgostos ficariam se não fossem honrados com essa presença, embora pudessem desculpá-lo quando a mesma se não concretizasse, por naturais e racionais causas.

Voltou o Senhor Carlos Costa a falar para esclarecer que, talvez por falta própria, as suas palavras não teriam sido bem interpretadas, pois quiz realçar a actividade fatigante da Direcção e nunca pôs em dúvida os benefícios da sua presença. Referiu ainda entender que as colectividades só deveriam entregar a sua representação a delegados com provas dadas, pois o contrário seria leviandade —  
 O Senhor Dr. Salles Gomes agradeceu a presença da Federação no fantoche de homenagem com que o grupo Sector 1 o distinguiu e para apoiar as palavras do Senhor Carlos Costa quando os delegados das colectividades, passando-

- Que de enviar a estas uma circular, en-  
caminhando-as numa boa escolha. Referiu ainda  
as paginas quarenta e cinco do Relatório quan-  
do diz "no Parecer do Conselho Fiscal, por  
impedimento do seu Presidente que não tomou  
posse do cargo" pois a colectividade é  
que deve ser electa e não os individuos —  
o Senhor Jaime Franco esclareceu que quem  
são electas são as colectividades e não as  
pessoas e prestou vários esclarecimentos  
sobre as intervenções dos diversos oradores.  
O Senhor Saphira da Costa, referiu uma  
conversa que teve com o Senhor Dr. João  
Ebaver sobre o cargo de Presidente do Conselho  
Fiscal.

---

O Senhor Antão Marques congratulou-se com  
a presença do Senhor Presidente da Assun-  
tória geral, referiu a boa orientação que  
tem sido dada a esta Casa, distinguindo  
o trabalho desenvolvido pela Direcção, real-  
çando o trabalho dos Senhores Saphira  
da Costa e Humberto d'Ávila, augeriu  
que este último Senhor viesse a ser o  
Presidente do Conselho de Orientação e  
lamentou a falta de presença das Fede-  
radas nas várias manifestações realizadas  
ao longo do ano.

---

Surgiram aliás seguiram-se intervenções li-  
geiras à cerca do Relatório dos delegados  
do grupo de excursão mista "Os Económicos,  
Sociedade (União) Democrática União Garreiren-  
se "Os Franceses" e Clube Futebol "Os Belene-  
ses", após o que o Senhor Presidente  
pôs o Relatório à rotação, o qual veio  
a ser aprovado por aclamação.

---

J. Franco

O Senhor Dr. Salles Gomes felicitou a Mesa como conduziu os trabalhos, propondo-lhe um voto de aclamação, imediatamente aprovado pelos presentes. O Senhor Jaime Franco agradeceu esse voto, bem como a boa colaboração dos delegados presentes. —  
 Foram zero horas e cinquenta e cinco minutos, quando o Senhor Presidente da Assembleia geral, considerou encerrados os trabalhos.

De para constar se lavrou esta acta, que vai Rev assinada pelos componentes da Mesa que dirigiu os trabalhos.

- o Presidente
- o 1º Secretário
- o 2º Secretário

  
 Fernando Cruz Neves  
  
 Acta nº 3

Aos dias vinte e um de Dezembro do ano de mil novecentos e setenta e três, pelas onze e duas horas e sete minutos, reunião e segunda convocatória, a Assembleia geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua Sede, sita na Rua da Palma, duzentos e cinquenta e seis, letra A, desta cidade de Lisboa.

Abriu a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia geral, Senhor Jaime Franco, secretariado pelos Senhores Fernando da Cruz Neves e Carlos Alfredo Martins da Silva, representantes respectivamente da Academia de Santo Amaro, "O Nacional" grupo de Instrução e Recreio dos empregados da C.I.P.E. e Sport Lisboa Benfica.

O Senhor Presidente da Mesa, apresentou desculpas pelo atraso, só devido a dificuldades de transporte, após o que leu o aviso convocatório da Assembleia, que se ia reunir em segunda convocação.

Feita a chamada das vinte e oito colectividades

inscritas, foi feita a leitura da acta anterior e de seguida posto à discussão.

Rediu a palavra o Senhor Carlos Costa, para louvar o secretário da Mesa pela forma como a acta estava redigida, pois traduzia com fidelidade o que se passou na Assembleia, permitindo que, com justiça, se possa aprovar a acta por aclamação.

Retorquiu o Senhor Humberto d'Ávila para declarar-lhe parecer que a acta não estava tão certa como se afirmava e lamentava que, afinal, não houvesse perfeita fidelidade, pois não dissera, nas reuniões, que o seu lugar ideal seria no Conselho Superior de Orientação. Declarou pela Mesa que as declarações lidas não lhe pertenciam a ele, mas ao Senhor António Marques — que confirmou a veracidade do registado — foi a acta aprovada por aclamação.

O Senhor Presidente concedeu meia hora para tratar de assuntos estranhos à "Ordem dos Traballhos", eram vinte e duas horas e trinta minutos.

O Senhor José Cobra, representante da Filarmónica Amizade Vozes de Beja pediu a palavra para sugerir que a Federação a que fosse, ao nível de província, as suas filiações, pois só assim seria possível uma participação mais longa, perante a distancia que algumas delas estão em relação a Lisboa, já que, caso contrário, a Federação só continuaria a contar com as colectividades da Capital, acrescentou que não será só com dinheiro que as coisas se podem fazer, reconhecendo que pelos comunicados enviados pela Federação pouco ou nada se pode ver, reconhecendo que) se problemas tratados com profundidade. Se a Federação não tomar essa iniciativa, seja com carácter municipal, desportivo ou recreativo, não haverá junctação de ideias, mas falta de estímulo, continuando a pensar-se que o conceito de Federação apenas

abrange Lisboa, pois sente-se uma falta de presença, não ditada pela distancia em quilómetros, mas de ideias. O Senhor António Marques, declarou que as palavras são como as cerejas e as referências feitas na acta lida o lembram que foi ao Montejo representar a Federação, onde foi bem recebido. Referiu ainda ter ouvido o musicólogo António Victorino de Almeida, lembrando-se quanto é pena não haver uma ajuda governativa para a Federação poder estender, a todo o País, as suas actividades.

Coube a vez ao Senhor Carlos Costa para usar da palavra, para dizer ter ouvido atentamente os dois anteriores oradores, aplaudindo as suas ideias, pois há muitos anos reteteu o problema sugeriu a realização de colóquios, pois há necessidade de aglutinar todas as colectividades, mesmo e principalmente as que estão longe, e por demais evidente. Deu conhecimento que a Sociedade Filarmónica Humanitária de Palmela organizou reuniões entre as colectividades do distrito de Setúbal, estendendo os convites a todas elas. Entende que as colectividades, cuja vida difícil por todas as razões e principalmente pela falta de dirigentes têm de se unir, não em palavras, mas em actos, em acções. E, dentro dessa ordem de ideias, a sua colectividade sentiu e sente esse problema e foi a uma sua congénere, levando-lhe a sua participação, sem quaisquer encargos para esta última e, a finalizar disse que foi a pensar em contribuir para a aglutinação focada que a sua <sup>colectividade</sup> ~~colectividade~~ <sup>propôs</sup> nesta sala a criação de um boletim, parecendo-lhe também que haverá que contar com as colectividades do norte do País, para o que esse mesmo boletim serviria de excelente elo de ligação.

Novamente no uso da palavra, o Senhor José Carlos fez referências a um intercambio da sua banda com outras próximas, o que possibilitou dum éxito extraor-

dinário com concertos realizados em grandola, Santiago do Laccim, Palmela e Alcácer do Sal, embora com despendio de algum dinheiro.

Utando da palavra, o Presidente da Direcção, Senhor Saphira da Costa, fez os esclarecimentos seguintes: -

a) - Não há Federação do Norte, mas Federação Distrital ou Delegação, com quem se mantêm as melhores relações.

b) - No que respeito à referência feita pelo Senhor Carlos Costa de que no colóquio da Inúvel Almadaense estivera representada a Federação do Norte, queria acrescentar que também a nossa Federação estivera;

c) - O prestígio das colectividades faz com que as entidades oficiais se interessem pela causa da cultura e recreio e, neste sentido, a Federação dá sempre todo o possível apoio. O tanto assim é que ele não tem domingos nem feriados e não faz esta afirmação para lhe agradecerem, mas somente para registar a presença constante da Federação, que ainda há pouco esteve em Sinjal Novo, onde afeciu os seus préstimos à sua Federada;

d) - Se os membros da Direcção o não podem fazer, reconhecem a devedores responsáveis, como foi o caso do Senhor António Marques representante.

e) - Disse o Senhor representante da Federada de Alcácer do Sal que era a primeira vez que a Federação, pelo que ele, Presidente, esperava que viesse noutras oportunidades, pois a Federação vai a Gomar, ao Porto, a Setúbal, etc., e não só uma vez.

f) - Embora os Directores aqui estejam porque querem, pois ninguém os obriga a aceitar os cargos, deseja referir que a Federação tudo faz para o bem das colectividades, devendo estas vir até nós, como nós vamos às mesmas; e;

g) - a finalizar, deseja que os presentes ouviram



ter um ofício enviado, há pouco, para a Secretaria de Estado de Informação e Turismo, pedindo ao Senhor Humberto d'Ávila para fornecer a essa leitura.

Este Senhor esclareceu, que as colectividades que tenham actividades teatrais deviam ter estatutos aprovados pela Secretaria de Estado de Informação e Turismo, por força de um novo regime promulgado. E, nesse sentido, o Senhor Governador Civil de Lisboa, entende que todos os estatutos que indiquem teatro não são da sua competência, pelo que os devolve. Por isso a Direcção estudou minuciosamente o problema, elaborando o ofício que lei, enviado à Direcção geral Informação e Espectáculo.

O Senhor Manuel Moura, perguntou qual a posição pela qual tomada pela Direcção junto de S. Ex.<sup>o</sup> o Senhor Governador Civil de Lisboa, com quem, segundo se tem afirmado tão boas relações tem com a Federação, tendo o Senhor Saphora da Costa esclarecido que o assunto tem sido orientado pelo secretário-geral interno do governo civil de Lisboa.

Funda o delegado do grupo "Os Económicos" se pronunciou no sentido de entender convenientemente remeter a cópia do ofício lido ao Senhor Governador Civil de Lisboa, tendo o Senhor Humberto d'Ávila informado que o assunto tinha sido tratado naquele organismo e em função da resposta obtida se resolveu tratar do assunto na forma indicada.

O Senhor Presidente da Mesa informou que estava ultrapassado o período de meia hora concedido para tratar de assuntos estranhos à "ordem dos trabalhos", mas que com o frisar o prolongaria desde que a Assembleia concordasse e os oradores fossem breves.

Obtida essa concordância, o delegado de "Os Belemenses" desejou saber se os grupos cénicos dos C.A.T. estavam abrangidos pela legislação apontada, o que fosse esclarecido

pelo Senhor Humberto d'Ávila, que aproveitou para falar dos concursos dramáticos organizados conjuntamente pela FNAT e Federação.

---

O delegado da Associação de Melhoramentos Igrefanovene depois de cumprimentar a Mesa e os delegados presentes, referiu-se à desejada colaboração que entendia dever existir entre a Federação e as suas filiadas.

---

Referiu que a Federação dentro das suas limitações humanas e materiais, pode dizer-se que faz milagres. Lembrou que apenas dos cento e setenta e sete quilómetros que a sua colectividade dista de Lisboa, estiveram lá dois representantes da Federação, um dos quais, o Presidente da Direcção, quando da inauguração da Sede, acreditando que certamente à sua custa, dados os fracos recursos financeiros da Federação.

~~Requisição~~ pela realização periódica de colóquios, mas realizados em moldes genéricos e nunca em sectores específicos. Disse também que a presença das colectividades representadas na sala era pobre, na verdade no aspecto quantitativo, mas rico no qualitativo, a avaliar pelo brilho das intervenções anteriores. A concluir afirmou a necessidade da Federação receber apoio financeiro do governo, para assim poder auxiliar as suas filiadas e corresponder ao trabalho exaustivo dos directores.

---

O delegado de "Os Alunos de Espinho" relatou uma intervenção que teve junto da Federação, para conseguir um advogado a-fim de resolver um problema da sua colectividade, mas como não foi o Dr. Roque Laria que o fez, desejava saber se este já não trabalhava para as colectividades, sendo esclarecido que continuava a ser o consultor jurídico federativo, mas naturalmente não estaria dentro do problema a tratar e, por isso teria encaminhado o Senhor delegado para uma sua colega.

---

Terminado o período para tratar dos assuntos estanhos à ordem dos trabalhos, o Senhor Jaime Franco manifestou o seu contentamento pela forma como, de ano para ano, têm melhorado as assembleias, mercê de intervenções valiosas dos Senhores delegados, realçando a do representante da Sociedade Filarmónica Amizade Visconde de Alcácer. Continuando disse que a Mesa entende serem de grande utilidade os colóquios locais, a que naturalmente a Federação terá de prestar a assistência possível, pois a colaboração deverá estender-se às filiações fora de Lisboa para as incentivar nos desígnios que perseguimos. Depois de lembrar que foi na causa recreativa que ele nasceu para o desporto, disse não se compreender que existam ainda duas federações, pese embora a referência às boas relações presentemente existente entre elas, pelo que a nossa Federação, para se prestigiar deverá tomar posição semelhante à das outras federações.

Voltando na ordem dos trabalhos, iniciou a apreciação do orçamento e respectivo regulamento para o ano de mil novecentos e oitenta e quatro, o Senhor Dr. Salles Gomes, delegado do grupo "Sector 1", para se referir às redacções dos artigos sexto e oitavo, propondo a sua revisão, nos termos que refere, assunto em que igualmente intervieram os Senhores António Marques e o delegado de "os Belenenses".

Outros aspectos, de ordem ligeira, como a verba de vinte e dois mil escudos atribuída a "outros encargos" e "cobranças de quotização através do Banco" foram apreciados pelo delegado do grupo Excursionista "os Económicos", Senhor Manuel Moura e pelo Senhor António Marques, em que intervieram igualmente os Senhores Sbaifera da Costa e Silverio José.

O orçamento, bem como o regulamento, foram aprovados por unanimidade, com as duas alterações propostas pelo Senhor Dr. Salles Gomes, que ficaram assim

redigidas:

Artº 6º - As despesas de natureza curta e normal podem ser autorizadas pelo Secretário - Permanente em delegação do Tesoureiro.

Artº 8º - Qualquer despesa de importância superior à que se encontra prevista no artigo anterior, não poderá efectuar-se sem que sejam presentes à Direcção pelo menos três consultas de casas fornecedoras.

Passado ao segundo número da ordem dos trabalhos, foram lidas pelo segundo secretário as duas propostas para a concessão de galardões especiais aos Senhores Saphira da Costa e Humberto d'Ávila, admitidas na assembleia geral anterior, sobre as quais o Senhor Presidente da Mesa disse que embora as pudessem pôr imediatamente à votação, exactamente por já terem sido admitidas, deviam ser apreciadas.

No uso da palavra, o Senhor Dr. Salles Gomes recordou a acta lida no início da sessão onde, se bem se lembra, constava a admissão das duas propostas para serem presentes a uma Assembleia geral Extraordinária, pelo que lhe parece legal que o assunto seja agora tratado.

Disse o Senhor Jaime Franco que essas propostas podiam ser cabimento nesta sessão, se a assembleia o decidisse, mas que o Senhor Dr. Salles Gomes tinha razão, pois elas passariam para outra reunião extraordinária.

Falou o Senhor Manuel Inoué para lembrar que a acção dos dois dirigentes a homenagear com as propostas, não merecia que ficassem dúvidas sobre a validade da aprovação que concertes viria a ser feita, pelo que entendia e nesse sentido propunha que fossem transferidas para uma reunião especial, permitindo que a Direcção fizesse circular tal aprovação, para assim

J. Franco

estavam representadas maior número de colectividades e, portanto, dar maior brilho à homenagem. O Senhor delegado de "Os Belenenses" desejou saber se os estatutos estabeleciam algumas disposições especiais sobre galardões, tendo o Senhor Jaime Franco esclarecido que os mesmos eram omissos na matéria.

Depois de ligeiras trocas de impressões a assembleia concordou que a segunda e terceira parte da "Ordem dos Trabalhos" descrevem serem transferidas para uma reunião extraordinária, a marcar oportunamente, onde igualmente caberia a apreciação do trabalho do Senhor Carlos Costa apresentado em reunião anterior.

Foram zero horas e quinze minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa, depois de agradecer a forma construtiva e correcta como todos colaboraram nos trabalhos dos estes por concluídos, não sem que, antes, convidasse os Senhores delegados a assistir à posse do Senhor Dr. Salles Gomes, como Presidente do Conselho Fiscal, que se realizaria a seguir.

Do para constar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos componentes da Mesa que dirigiu os trabalhos.

- o Presidente
- o 1º Secretário
- o 2º Secretário

J. Franco  
Fernando Puzos  
Carlos Alberto

Acta nº 4

Aos dias quinze de Fevereiro do ano mil novecentos e setenta e quatro, pelas vinte e duas horas, reunio em segunda convocatória, a Assembleia geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua Sede, sita na Rua da Palma, duzentos e cinquenta e seis, letra A, desta cidade de Lisboa.

Abriu a sessão, o Presidente da Assembleia geral, Senhor

Jaine Franco, secretariado pelos Senhores Fernando da Cruz Neves e Carlos Alfredo Martins da Silva, representantes respectivamente da Academia de Santo Amaro, "O Nacional" - Grupo de Instrução e Recreio dos Empregados da C.I.P.C. e Sport Lisboa e Benfica.

Procedeu-se à chamada e verificou-se estarem presentes trinta e quatro colectividades.

O Senhor Presidente do Mesa, depois de ler o aviso convocatório da Assembleia, que se ia reunir em segunda convocação, cumprimentou todos os presentes, após o que pediu para se ler a acta da sessão anterior.

Pediu a palavra o Senhor Francisco Frazão, do Conselho Superior de Orientação para pedir a dispensa da leitura da acta, em virtude da hora tardia e também pelo motivo de se realizarem duas assembleias, o que foi aprovado e será lida na próxima Assembleia.

De seguida, para confecção de listas e entrada na ordem de trabalhos, foi a sessão suspensa por cinco minutos.

Reaberta a sessão, procedeu-se à chamada, para entrega de listas, respondendo trinta e quatro colectividades.

Com a colaboração, como escrutinadores, dos Senhores Francisco Frazão e Arnálio Cabral Ferreira, procedeu-se ao respectivo apuramento, que deu o seguinte resultado:

#### Direcção

2º Secretário - José Mendes de Azevedo, representante do grupo Recreativo do Tale 33 votos

1º Vogal - Fernando Pereira da Silva - representante do Centro de Cultura e Desporto de Olivais Sul 32 votos

2º Vogal - Manuel António Lemos Rosa - representante da Sociedade Dramática de Conde 33 votos

3º Vogal - José Garcia, representante da Sociedade Filarmónica União e Espinho Olivaisense 33 votos

#### Conselho Superior de Orientação

Carlos Augusto Correia Casanova 31 votos

D. Manuel Joaquim Félix Rodrigues 32 votos

f. Franco

foram vinte e duas horas e trinta minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa Assembleia geral, anunciou o resultado das decisões e considerou encerrados os trabalhos.

De para contar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos componentes da Mesa que dirigiu os trabalhos.

- o Presidente
- o 1.º secretário
- o 2.º secretário

Fernando Cruz  
 Alfredo Martins

Acta n.º 5

Aos dias quinze de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, pelas vinte e duas horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia geral extraordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua Sede, sita na Rua da Palma, duzentos e cinquenta seis, letra A, desta cidade de Lisboa.

Abriu a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia geral, Senhor Jaime Franco, secretariado pelos Senhores Fernando da Cruz Neves e Barber Alfredo Martins da Silva, representantes respectivamente da Academia de Santo Amaro, "O Nacional" grupo de Instrução e Recreio do Bom Pregado da C.I.P.C. e Sport Lisboa e Benfica.

Procedendo-se à chamada, verificou-se estarem inscritas trinta e quatro colectividades.

O Senhor Presidente da Mesa declarou que embora a sua posição o obrigasse, apenas, a pôr à discussão as propostas acabadas de ler e já transcritas na acta de dezasseis de Abril do ano mil novecentos e setenta e três, julgava como melhor servir os interesses das colectividades, que acreditava animo interpretar o seu sentido, determinar desde logo a aprovação dos galardões, referindo a propósito um cartão recebido do delegado da Juventud galícia, manifestando a sua concordância pelas distinções que iam ser votadas.

De, dentro de tal orientação, foram as duas propostas submetidas à aprovação, tendo-se a Assembleia manifestado por

aclamação a sua concordância às mesmas. \_\_\_\_\_  
O Senhor Sáizela Costa manifestou a sua cominação pela  
forma como os Senhores Delegados aprovaram a proposta  
que lhe respeitava, acrescentando que não a merecia, pois  
só a generosidade dos amigos da Federação tornaram pos-  
sível a sua elevação a "Sócio Honorário". Terminou  
com a afirmação de que podem contar com a sua  
boa vontade e com os desejos de que a Federação obten-  
ha, junto das entidades oficiais a classificação de  
"utilidade pública". \_\_\_\_\_

Também o Senhor Humberto d'Ávila usou da palavra  
para agradecer a homenagem recebida, dizendo que  
depois das palavras sentidas do Senhor Presidente da  
Direcção, pouco mais teria a acrescentar que não  
foze o seu melhor reconhecimento, aceitando o galardão  
como forma de estimular outras pessoas a trabalhar  
para a causa recreativa, garantindo-lhes assim que  
todos os que a ela se dedicam contarão com a  
generosidade das colectividades. \_\_\_\_\_ CULTURA, RECREIO E DESPORTO  
E, a concluir, lembrou que  
se aproximam as comemorações das Bodas de Ouro,  
onde todos não serão demais para trabalhar.

Depois da intervenção de um Senhor Delegado afir-  
mando que se a Mesa lhes atribuiu o prémio, é porque  
são honras que o mereceram, esclareceu o Senhor Jaime  
Franco que foi a Assembleia a atribuir os galardões e  
não a Mesa. \_\_\_\_\_

Entrando-se na segunda parte da "ordem dos trabalhos",  
o Senhor Presidente da Mesa, pediu ao Senhor Carlos  
Costa para fazer o relato do trabalho que apresentou  
na Assembleia de dezasseis de Abril de mil nove-  
centos e setenta e três para a criação de um boletim  
federativo, sugerindo acite por aquele Delegado que historicou  
o que, em seu entender, podia trazer de utilidade a cria-  
ção desse boletim, terminando por declarar que estaria  
à disposição para quaisquer esclarecimentos entendidos





convenientes

O representante da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense manifestou a concordância com a ideia, bem como os delegados da "Olivalense" e Centro Recreativo de Rivaís-Lul.

O Senhor Presidente da Direcção disse ter ouvido com a maior atenção os Senhores Delegados e que estava no espírito da Direcção a saída de um boletim ou de um jornal, adiantando que a Federação já procurou obter elementos sobre o custo de um trabalho desse género, tendo concluído ser praticamente impossível dadas as dificuldades da obtenção de papel, manter uma regularidade de saída. Contudo, afirmou que está na mente na Direcção publicar um boletim comemorativo do quinquagésimo aniversário, para o que contarão com a publicidade e colaboração das colectividades, pensando que, se os resultados fossem positivos poderiam continuar com a iniciativa.

O Senhor Delegado da Sociedade Musical Escola Cruz Quebrada disse que conhece as dificuldades de pôr um jornal de pé, mesmo simples boletim.

Intervieram em seguida na apreciação do assunto em discussão o Senhor Delegado do grupo Desportivo do Calhariz de Benfica, Senhor Humberto de Silva e o Senhor Carlos Costa, que disse ser o papel, na verdade, um problema importante a atender, mas que se poderia tentar o boletim nem que fosse com duas páginas, para ver o interesse que mereça, embora fizesse que se podia fazer um estudo dessa possibilidade, havendo vantagem em não ficar resolvido nesta Assembleia, para dar possibilidade de os delegados se debatarem sobre o problema. Também que a Federação do Norte consegue publicar vários trabalhos, alguns dos quais apresentou.

O Senhor Presidente da Direcção disse lamentar as referências do Senhor Carlos Costa ao relatório da Federação do Porto e não haja referido o da nossa Federação,

31  
Tendo a propósito algumas considerações.

Uma proposta aprovada no sentido de uma comissão estudar a criação de um boletim, levou o delegado da Sociedade Filarmónica União Distrital Pictense a declarar que não pode aceitar o convite, devido aos seus muitos cargos.

Seguiram-se intervenções dos Senhores delegados da Sociedade Lusitana, Sr. José de Sá, Sr. Carlos Costa, este de esclarecimento às considerações do Senhor Presidente da Direcção.

Depois de uma longa apreciação da proposta pelo Senhor Dr. Sales Gomes, disse o Senhor Presidente da Mesa que a promessa feita pela Direcção para um número especial, lhe sugeria a vantagem de a proposta ser retirada, opinião que o Senhor Delegado da Casa do Músico aprovou, oferecendo a sua colaboração para o boletim especial e pedindo a Direcção que estude o assunto depois da saída deste.

O Senhor Presidente da Mesa depois de consultar a Assembleia e obtida a concordância do proponente, entregou a este a proposta apresentada, após o que agradeceu a presença dos delegados e as facilidades concedidas para uma fácil orientação dos trabalhos, encerrando os mesmos às zero horas e cinquenta minutos, depois de convidar os presentes para assistir à posse que se ia seguir.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos componentes da Mesa que dirigem o trabalho.

- O Presidente
- O 1º secretário
- O 2º secretário

Fernando Cruz



Ata n.º 6

Os dias dezassete de Abril do ano mil novecentos e setenta e quatro, pelas vinte e uma horas e quarenta cinco minutos, reuniu a Assembleia geral Ordinária, da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede, sita na Rua da Palma, número duzentos cinquenta e seis, letra A, desta cidade Lisboa.

Abriu a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia geral, Senhor Jaime Franco, secretariado pelos Senhores Fernando da Cruz Neves e Carlos Alfredo Martins da Silva, representantes respectivamente de Academia de Santo Amaro, "O Nacional", grupo de Instrução e Recreio dos Bombeiros da C.I.P.C. e Sport Lisboa e Benfica. — Procedendo-se à chamada, verificou-se estarem inscritas vinte e nove colectividades.

Lidas as actas das duas últimas sessões, pediu a palavra o Senhor Delegado do Clube de Futebol "Os Belenenses", para rectificação do nome do delegado desse clube referido como escripturador na acta de quinze de Fevereiro, que era o Senhor Joel Ribeiro. Com esta rectificação foram aprovadas as duas actas. Concedida meia hora para tratar assuntos estranhos à "Ordem de Trabalhos", disse o Senhor Presidente da Mesa que o Senhor Doutor Salles Gomes comunicara a impossibilidade de comparecer a esta Assembleia e o Senhor Delegado da Filarmónica dos Olivais pediu para serem enviados avisos convocatórios aos delegados suplentes e não só aos efectivos, tendo sido esclarecido que assim se procede.

Entrando na "Ordem dos Trabalhos", que determinava a apreciação e votação do relatório de contas do ano mil novecentos e setenta e três, cuja leitura foi dispensada, pediu a palavra o Senhor Mário Patrício, representante da Sociedade Alunos Esperança, para manifestar o seu apreço ao Senhor Jaime Franco, que iniciou a actividade.

de directiva naquela colectividade, felicitando a esperan-  
rança de o continuar a vêr a presidir aos trabalhos,  
sinal que as suas melhoras serão um facto. —  
Lembrou que o relatório devia mencionar os nomes  
de todos os corpos gerentes e não só os da Direcção,  
referindo-se ainda ás medalhas propostas nas pá-  
ginas sete e oito do relatório e ao Pausar do Come-  
lho Fiscal, no que respeita à posse do Presidente  
ser apenas no final da gerência. —

Respondeu o Senhor Jaime Franco, para agradecer  
as referências feitas e lembrar que foi na Sociedade  
Alunos da Esperança que iniciou a sua actividade  
de dirigente, apenas com dezasete anos, para  
esclarecer as razões que o Presidente do Conselho Fiscal  
só ter tomado posse em vinte e um de Dezembro,  
feis o cargo vago, para concordar com a vantagem  
de incluir os nomes de todos os corpos gerentes no  
relatório e, a conduzir, para pedir à Direcção os  
esclarecimentos sobre a distribuição das medalhas. —

No uso da palavra o Senhor Saphira da Costa, con-  
gratulou-se com as palavras dirigidas ao Senhor  
Jaime Franco, afirmou que em cinquenta anos é  
a primeira vez que um delegado fala na indicação  
dos corpos gerentes no relatório, mas que sendo este  
da Direcção, apenas a ela se refere e sempre  
anteriormente se fez. Quanto aos galardões disse que  
eles já existiam e que o regulamento que se vai apre-  
sentar hoje irá melhorar as normas dessas concessões.  
Depois de intervenções dos Senhores Mário Patrício  
& Saphira da Costa, pediu o Senhor Jaime Franco  
para referir que não perdeu a forma como o Senhor  
Presidente da Direcção recebeu os reparos do Senhor  
Delegado, ao que o Senhor Saphira da Costa afirmou lan-  
çando o Senhor Presidente da Assembleia geral, há  
tantos anos nos corpos gerentes, só agora também.



reparado o assunto.

Enunciado pelo Presidente da Mesa, que nada deve custar aceitar um reparo, que visa a melhoria do Relatório e não traz assunto aliás aumento de despesa, foi dada a palavra ao senhor Carlos Costa para declarar que o reparo parece lógico, não é inédito como se afirmou, nem desprimoroso, permitindo-se pedir ao senhor Presidente da Direcção para não ficar tão agastado com o assunto.

Os senhores Manuel da Silva Moura e Mário Patrício pediram um melhor esclarecimento sobre as diferenciações seguidas na atribuição das medalhas, respondendo o senhor Humberto d'Ávila que há um esboço de regulamento, apresentado há anos numa assembleia geral, pelo qual se têm orientado. Não há na verdade disposição legal, que permita dar uma bitola para premiar seja quem for, pelo que se verifica sempre um fundo subjectivo nessa apreciação. A Direcção faz como que uma comparação com casos passados, pois não é possível definir com rigor, quando se merece medalha de ouro, prata e cobre.

Com intervenções dos senhores Saplora da Costa, Manuel Moura, Mário Patrício, aceitou-se a ideia apresentada de que se devia seguir a tradição, enquanto um regulamento não existisse, pelo que a discussão do Relatório foi considerada encerrada, passando à votação das propostas finais, tendo a primeira sido aprovada por aclamação, a segunda, a terceira, a quarta e a quinta por unanimidade; a sexta por aclamação; a sétima por unanimidade; a oitava por aclamação, mas com o adicionamento de um voto de melhoras do senhor Artur Mata; a nona por um minuto de silêncio.

De seguida foi votado o parecer do Conselho Fiscal, cujas propostas finais foram aprovadas por unanimidade.

dade, sendo a segunda por aclamação por proposta da Mesa.

Teram onze horas e cinco minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa, considerou encerrados os trabalhos e para contar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos componentes da Mesa que dirigiu os trabalhos.

O Presidente

O 1º Secretário

Fernando Gusmão

O 2º Secretário

### Acta n.º 7

Os dias dezasseis de Abril do ano mil novecentos setenta e quatro, pelas vinte e três horas e vinte minutos, reuniu a Assembleia geral extraordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua Sede, sito na Rua da Palma, numero duzentos cinquenta seis, letra A, desta cidade de Lisboa.

Abriu a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia geral, Senhor Jaime Franco, secretariado pelo Senhor Fernando de Cruz Neves e Carlos Alfredo Martins da Silva, respectivamente representantes da Academia de Santo Amaro, "O Nacional" grupo de Instrução e Recreio dos empregados, da C.I.P.C. e do Sport Lisboa e Benfica.

Procedendo-se à chamada, verificou-se estarem presentes vinte e quatro colectividades.

O Regulamento de galardões apresentado pela Direcção, depois de intervenções de vários delegados, e consequentes esclarecimentos do director Senhor Humberto Ávila, foi aprovado por unanimidade, do ponto 2.3 que foi por maioria, com a seguinte redacção final, que comporta já as alterações e emendas propostas.

Regulamento dos galardões da F.P.C.C.R.

Definição e regulamentação da sua concessão  
A projecção da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio na vida portuguesa, como representativa

f. Franco

do movimento associativo nacional, em que se integra parte considerável da população do nosso País, aglutinada em colectividades de mais diversa natureza: beneficente, de educação, simplesmente recreativa, cultural, artística, humanitária, etc., coloca-a numa posição de relação quer perante colectividades e associativistas, quer perante entidades, às quais como àqueles lhe compete retribuir atenções, distinguir méritos e premiar serviços, de acordo com os vínculos morais e sociais contrahidos no desenvolvimento da sua missão.

De há muito que, dentro deste espírito, a F.P.C.R. instituiu vários galardões cuja classificação e modo de atribuição não se mostram adequados a uma racional esquematização das distinções e fins correspondentes, além de não contemplarem todas as situações supervenientes.

Assim, aproveitando a experiência adquirida e com vista a obter-se um corpo de doutrina uniforme e aplicável às mais variadas circunstâncias, dão-se por incluídas no presente Regulamento as normas existentes, alteradas e completadas como se estabelece:

1. - Continua a entender-se como distinção máxima, o galardão de "Sócio Honorário", a conceder pela Assembleia geral.

2. São instituídas as seguintes medalhas a que correspondem os diplomas respectivos, nas condições a seguir expressas:

2.1. Instituição e Arte (ouro, prata, ouro) - a conferir a individualidades ou instituições que se distingam pela sua acção ou obra nos domínios da educação, da investigação ou da criação intelectual com reflexo no progresso da cultura popular.

2.2. Reconhecimento e Homenagem (ouro, prata, ouro) - a conceder a individualidades, instituições ou entidades que, na esfera das suas atribuições ou competência, prestem

assimilados serviços à Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em particular, e à defesa e desenvolvimento da causa associativa, em geral. —

2.3. Mérito associativo — (cobre, prata, ouro) — destinada a contemplar as colectividades federadas que completam 50, 75 e 100 anos de existência efectiva, quando se reconheça haverem prestado valiosos serviços a favor dos fins prosseguidos pela F.P.C.C.R. Só há direito a oferta destas medalhas, depois de 5, 10 e 25 anos de filiação, respectivamente. —

2.4. Mérito associativo com palma (cobre, prata, ouro) — destinada a premiar: —

— a) Colectividades federadas ou indivíduos sócios destas que pelo seu exemplo e acção, se reconheça haverem prestado valiosos serviços a favor dos interesses associativos em Portugal. —

— b) as Colectividades que perfazam 50, 75 e 100 anos de filiação federativa. —

2.5. Valor e exemplo (cobre, prata, ouro) — conferida a indivíduos ou agrupamentos que, como praticantes das actividades amadoras no âmbito das colectividades federadas, tenham contribuído para o seu desenvolvimento e brilho. —

2.6. Valor e exemplo com palma (cobre, prata, ouro) — destinada a galardoar aqueles que, revelados nas Colectividades de Cultura e Recreio, de acordo com o critério definido em 2.5., constituam, no exercício profissional das actividades em que se iniciaram como amadores, exemplo e estímulo para os novos, e ainda os agrupamentos que fora do âmbito da jurisdição da F.P.C.C.R., pela elevação das suas manifestações e isenção de propósitos, possam ser apontados como modelo das virtudes amadorísticas na ocupação dos tempos de lazer. —

2.7. Bem-fazer e gratidão (cobre, prata, ouro) —



f. Franca

a conceder por actos de filantropia, altruismo e benevolência, individuais ou colectivos, praticados por ou a favor das colectividades ou seus elementos

3- Na graduação dos galardões a conceder, dever-se-á ter em conta a relação entre o valor atribuído ao mérito e as circunstâncias determinantes da pessoa e situação.

4- Em qualquer dos casos, os diplomas correspondentes às medalhas emitidas conterão a assinatura dos presidentes dos três órgãos dos corpos gerentes da Federação, ou de quem legalmente os representar.

5- Nada obsta a que num mesmo indivíduo ou entidade recaia mais de uma distinção ou galardão, seja qual for a sua natureza e grau.

Passado à segunda parte da "Ordem dos Trabalhos", o Senhor Presidente da Mesa leu a proposta da Direcção, redigida nos seguintes termos:

"Comemorando-se no corrente ano o 50º aniversário desta Federação e não existindo no orçamento em vigor qualquer verba a tal fim designada, solicita esta Direcção a devida autorização da Assembleia geral para que da verba em depósito, não orçamentada, seja utilizada, se tal for necessário, até ao montante de 100.000,00, dos quais se vão prestar, oportunamente, as devidas contas."

O Senhor Presidente da Mesa, esclareceu que a proposta lida já havia merecido a concordância dos corpos gerentes, na sua última reunião, faltando a consequente aprovação da Assembleia.

A proposta foi aprovada por unanimidade, tendo o Presidente da Mesa da Assembleia ao uma hora e quinze minutos dado por encerrados os trabalhos.

E para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos componentes da mesa que dirigiu os trabalhos.

O Presidente -

O 1º Secretário -

O 2º Secretário -

Fernando Souza

## ACTA n.º 1

Reunião Magna efectuada na sede da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

- Aos dezassis dias do mês de Maio de mil novecentos e setenta e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, teve lugar na Sede da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, sito no Rua da Palma número dezentes e cinco, uma Reunião Magna destinada a tratar de importantes Federações Colectividades Federadas, em face da profunda remodelação política do País verificada a partir do vinte e cinco de Abril.

- A esta Reunião - que foram convocados pelas Comissões Gerais da Federação através da sua Circular número oito/setenta e quatro - estiveram representadas sessenta e sete Colectividades de várias partes do País e cujos nomes constam no livro de presenças.

- Após diligências efectuadas para formação do Mesa que dirigisse os Trabalhos - que chegaram a estar formado - por diligências foi dissolvida pouco tempo depois - foi possível vencer esse "impasse", constituindo-se finalmente a Mesa com os seguintes Senhores: Presidente - João Ad Moreira Caetano Branco, representante do Grupo Desportivo do Mouraria e Secretários - Jorge José Gomes e Bário do Costa Patrício representantes da Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo e Sociedade Filarmónica Alunos Esperança respectivamente.

- Antes de se relatar na presente Acta os

J. Franco

factos ocorridos nesta reunião sob a direcção deste  
Neco, julgamos do maior interesse trazer os  
antecedentes da reunião que originaram um ataque  
bastante severo e duvidoso na verdade da direcção  
dos accoutos constantes no Ordem dos Trabalhos da  
Convocatória.

— Assim, começou esta reunião magna por  
ser presidida pelo Presidente da Federação Senhor  
Sophara Costa.

— Aberta a sessão, foi o Sr. Sophara Costa im-  
terpelado pelo Delegado da Sociedade União Barcelonense,  
que pediu várias esclarecimentos acerca do andamento  
desta reunião, solicitando deriquodamente que lhe fosse  
aplicado o motivo por que a mesma não estava a  
ser dirigida pelos componentes da Assembleia geral.

— O Sr. Sophara Costa respondeu por erasivas e nada  
esclarecedoras, ao mesmo tempo que sugeriu que talvez  
o Delegado do Grupo Desportivo do Mouraia Sr. Castilho  
Branco, conhecedor dos problemas surgidos nos últi-  
mos dias no seio da Federação, pudesse com a sua  
intervenção satisfazer o que o Delegado do Barcelonense  
solicitava, tanto mais que se encontrava ali presente  
na Federação, a pedido do Sr. Castilho Branco.

— Fazendo uso da palavra o referido delegado  
do Grupo Desportivo do Mouraia, começou por pergun-  
tar ao Sr. Presidente da Federação os motivos que o  
levaram a entregar as chaves da Federação ao Junta  
de Salvação Nacional.

— Respondeu o Sr. Presidente da Federação que isso  
se deveu ao facto de ter recebido em sua casa um  
telefonema para proceder a esse entrega, no Judo  
Junta. Interpelado para justificar essa atitude  
que se lhe tivesse tido o cuidado de indagar de  
onde partira o telefonema, não conseguiu o  
referido Senhor apresentar elementos válidos para

a sua justificação, pelo juízo os Delegados presentes chegaram à conclusão juízo Sr. Shephers Costa ao proceder assim, tinha de estar seguro de algo juízo não revelou, pelo juízo pediram o seu imediato abandono da Mesa, tanto mais juízo ao fazer a entrega das Chaves da Federação, foi-lo simbolicamente de todas as suas Federações, não sendo portanto digno de ali permanecer.

- Os minutos juízo se requisaram Josias de Matos e experiência, ali ao momento juízo se formou a Constituição da Mesa atais referida.

- Terminado o relato do juízo se passou com o Sr. Shephers Costa na presidência desta reunião passou-se a Transcurrir a requisição dos trabalhos.

- Talando o Assembleia, o heredeiro de Inca Sr. Castelo Branco falou para o bom senso geral, para juízo algo de útil e construtivo se pudessem fazer do juízo para o Junte, sabendo de todos os presentes o melhor acatamento e simpatia.

- Continuando no uso da palavra disseu acerca das várias reuniões efectuadas no seu Club, o juízo Directorio da Inca, logo juízo foi tomado conhecimento do encerramento das Instalações da Federação. Igualmente deu a conhecer os resultados positivos juízo uma Comissão nascida dessas reuniões trouxe da Junta de Salvação Nacional, tendo este entidade dado plenos poderes a essa Comissão para a resolução dos problemas do funcionamento normal da Federação e do consequente saneamento nos seus corpos gerentes.

- Formulou ainda o Sr. Castelo Branco a pergunta aos Dirigentes da Federação, de quem permitir a entrada nas suas Instalações e elementos atais as Colecções Federações de

meio Reactivo, assim como o Conselho e esses  
elementos dos J. C. e A. J. da Federação.

— Sobre este assunto, respondeu o Vice-Presidente  
Sr. Humberto d'Ávila, que disse que havia des-  
locado com outros colegas à instalação da C. D. E.  
em Tuzo do corrente mês, por saber que ali se reali-  
zara uma reunião da Comissão que dias antes  
foi constituída na Academia Reactiva de  
Santo Amaro, também segundo disse, para tratar  
dos assuntos da Federação.

— Desse contacto, nasceu o convite por ele  
feito a essa Comissão para se deslocarem em  
catóze deste mesmo mês à Sede da Federação,  
contactando depois ter sido traído, pois os  
referidos elementos eram affectos à C. D. E. e não  
ao meio da Cultura e Recreio, e os juizes remane-  
ram documentos e J. C. da Federação, sem  
que para isso estivessem autorizados.

— A seu pedido, foi autorizado a entrar na  
Federação neste dato, um dos elementos que se infil-  
traram na Federação, que deu por nome de Antão  
Manuel Ventura "F. J. curso", tendo esta  
Assembleia tomado conhecimento do facto e  
recoluido a sua opinião sobre o assunto.

— Este Senhor principiou por fazer desculpa  
ao Tesoureiro da Federação dos insultos que foi  
alvo na reunião da Academia de Santo Amaro.  
Seguidamente informou que tudo o que ele e seus  
colegas fizeram nas Instalações da Federação,  
foi autorizado pelo Sr. Humberto d'Ávila.

Com isso destas declarações ficou - se o maior  
naução entre a assistência, surgindo os dois  
intervenientes neste assunto, negando-se mutuamente  
afirmação a base para acabar com um diálogo  
que a nada chegaria. Foi por isso concedido

18.  
permissão, para o Senhor Gouveio permanecer  
na Sala com vista e posições esclarecidas.

— Continuou ainda o Sr. Humberto d'Ávila  
no uso da palavra, tendo acrescentado que  
sempre foi democrata e como tal censurar  
desde o primeira hora a atitude do Sr.  
Shephera Baste em entugar os diavos.

— Fazendo uso da palavra, os Directores da  
Federação Senhores Pereira do Silva e Lúcio José  
Jari, pediram que o Senhor Humberto d'Ávila  
desse um passo para os seus órgãos de Direcção  
que considerava fascistas, pois segundo o relato  
feito pelo Senhor Artur Gouveio, o Sr. Humberto  
d'Ávila havia feito essa imputação quando  
da reunião que teve lugar na C. D. E. -

— Repliqueu o Sr. Humberto d'Ávila que disse  
não ter feito tal afirmação.

— Com cara não convencida com a usfanta,  
os Senhores Pereira do Silva e Lúcio José  
insistiram pelo esclarecimento da verdade, tendo  
então a Mesa interveio para acalmar  
os ânimos e dar o assunto por encerrado. -

— O Delegado da Sociedade Promotora, apio-  
vitando a oportunidade de estar presente na  
Sala o Sr. Artur Gouveio, um dos elementos  
mais em destaque da Reunião da Academia  
de Santo Amaro, recusou o uso de mau re-  
passou nessa reunião designadamente por  
um ex-colega do seu clube, que igualmente  
pertence a Comissão do Sr. Gouveio, o qual  
apelidou alguns Dirigentes da Promotora de  
Fascistas, Jurou o Serão na mente desse.  
Senhor mal formado, e por esse facto foi  
expulso de cá.

— Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa pediu

J. Franco

a Assembleia foi e manifestava no sentido desta Reunião ser considerado para todos os efeitos deliberativa, para tudo o que vier a ser resolvido seja considerado dentro de maior legalidade. Foi uma vez a Assembleia e manifestou esubecantemente dando o seu incondicional apoio.

- Falou em seguida o Director da Federação Sr. Rodrigues, que emocionado manifestou toda a sua afectividade e maneira de agir na Federação ou fora dda, e admitiu fosse feito um inquérito a maneira como os Dirigentes da Federação se comportaram no desempenho das suas funções, pois se assim as Comissões de Contactação de Honrabilidade de cada um, depois de embora de consciencia tranquila, as outras pessoas não o cobrando tem o direito de o saber.

- Após várias sugestões dos Delegados de Pinhal Novo, Clube Futebol os Bombeiros, Sociedade Promotora e outros, foi aprovada a Proposta do Sr. Alberto Pereira dos Santos, representante da Academia Recreio Atlético, que sugeriu a formação duma Comissão que se encarregue de fazer inquérito sumário a forma como os elementos da Direcção da Federação se comportaram no desempenho das suas funções. Esta Proposta depois de ter sido submetida à apreciação e discussão da Assembleia foi aprovada por maioria.

- A Comissão em causa, foi elaborada de acordo com a Assembleia, e igualmente aprovada por maioria, sendo a sua Constituição a seguinte: João Rod. Moreira Castelo Branco, do Grupo Desportivo de Mouraria, Jorge José Gomes, da Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo, Augusto

Alberto Pereira dos Santos, da Academia Recreio Artístico, Armando Luato, da Sociedade Recreativa, António de Aguiar, da Sociedade ~~Recreativa~~ <sup>Promotora</sup> ~~Recreativa~~, José Hercules Ramires Dias, do Grupo Excursionista "Os Recreacionistas" e Justino Alcázar Moreira, da Sociedade Recreio União.

- Lucis foi operado por unanimidade por os elementos que formam a Mesa da Assembleia qual desta reunião, fixam como os poderes para marcar e dirigir a próxima Assembleia qual.

- Dado o adiantado de hora e não havendo mais assuntos a tratar, foi esta Reunião Magna encerrada quando eram decorridas duas horas e trinta minutos do dia imediato ao seu início, dele se lavrando a seguinte Acta, que depois de aprovada vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente *José Luís Soares*  
O Secretário *Jorge José Gomes*  
O Secretário *António da Costa*

## Acta nº 9

Foi realizada no 8º Cartório em 12/5/78  
21/10/78  
Foi feita a chamada pelo livro de presenças, constatou-se

nos 27 dias do mês de Fevereiro de 1975, pelas 21.50 horas e em segunda convocatória, reuniu a Assembleia-Geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede, sita na Rua da Palma n.º 256-A, em Lisboa.

### 1 - Constituição da Mesa:

- Presidente: João Cid Moreira Cartela Branco
- 1.º Secretário: Jorge José Gomes
- 2.º Secretário: José Joaquim Maçanita

### 2 - Assuntos tratados:

Feita a chamada pelo livro de presenças, constatou-se



*J. Franco*

a presença de 41 colectividades, verificando-se duvide-se logo que o representante do Clube Desportivo e Cultural Libanense teve necessidade de se retirar antes mesmo de iniciada a sessão.

De imediato assistiu-se à entrega, por parte do Clube Atlético de Fuetuz, dum documento escrito contendo uma reclamação visando impugnar a assembleia. Respondeu o Sr. Presidente informando que aquela - ou qualquer colectividade presente - se pudera impugnar a assembleia (se assim o quizessem, claro) apenas no final da eleição.

Por iniciativa foi depois resolvido que, a meia-hora que habitualmente se costuma conceder depois de esgotado o Ordem de Trabalhos da assembleia para tratar de assuntos de varia ordem mas de interesse da Federação ou das federadas, tivesse lugar justamente antes de se ler o Ordem de Trabalhos, uma vez que esta visava a eleição de corpos gerentes da Federação e algumas das pessoas presentes desejavam obter informações acerca de assunto. Assim, tornaram a palavra diversas colectividades e, após todas elas se terem feito ouvir, o Sr. Presidente esclareceu todas as dúvidas, nomeadamente sobre a questão da data das convocatórias da assembleia e sobretudo a maneira como fora elaborada a lista de corpos gerentes (pormenorizadamente foi explicado que haviam sido constituídas duas Comissões, uma de Reestruturação de actividades e outra Eleitoral, que foram objecto de diversas reuniões para as quais havia sido convidado o maior número de colectividades embora não todas por, obviamente, isso ser totalmente impossível.)

E desta forma, decorrido um certo intervalo, teve então lugar a execução do Ordem de Trabalhos contido na convocatória desta assembleia, que visava a eleição de corpos gerentes para o triénio de 1975, 1976 e 1977, e cujo escrutínio deu o seguinte resultado:

#### ASSEMBLEIA - GERAL

- Presidente: João Cid Moreira Castelo Branco - de Grupo Desp. Mouraria
- Vice-Presidente: Cândido Santos M. Graça - " Sec. Int. Rec. Barcelos
- 1º Secretário: Adelinho José S. Cunha - " Sec. Fil. União Selvalense
- 2º " : José António Dias - Acad. Int. R. Fam. Alameda

## DIRECCÃO

- Presidente: José Manuel Cashe Rodrigues - de Clube Inst. Rec. Laranjeira
- Vice-presidente: Jorge José Gomes - " Soc. Fil. Alunos de Apolo
- 1º Secretário: José Joaquim Macarico - " Soc. Fil. 1º Dez. de 1852
- 2º Secretário: Francisco Ferrer Costa - " Soc. Mus. União Paredense
- Tesoureiro: Samuel Orge Vidal - " Acad. Rec. Leão Amigos
- Vice-Tesoureiro: Silvério José - " Grup. Deam. Romão Jord
- 1º Vogal: Luis Baião Gonçalves Pêdala - " Grup. Recreat. Pêdala
- 2º " : Fernando Pereira da Silva - " Centro C. D. Olival-Lul
- 3º " : Manuel Furtado - Soc. Mus. União de Beato

## CONSELHO FISCAL

- Presidente: Fernando Jorge Silva Pina - de Soc. Fil. Inexist. Almadaense
- Secretário: Carlos Santos Costa - " " Dem. União Barricence
- Relator: Silvério Baptista Cunha - " Fil. Tiamese Seixalense

## CONSELHO SUPERIOR DE ORIENTAÇÃO

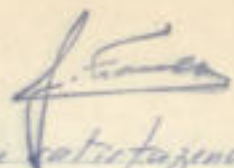
- Carlos Alberto Bernardino Almeida - de Clube Rec. do Feijó
- Alvaro Guilherme Alves - " Ginásio Clube Português
- João Gama - " Soc. Fil. União Art. Paredense
- Fernando Salgueiro Nunes - " Soc. Orden. e Progess
- Raul Coelho Dias - " Soc. J. Mus. Cruz-Quebradense
- João Jorge Maria Jacob - " Soc. Rec. Mus. Trajariense.

Foram escrutinadores as seguinte senhores:

- Aurélio Cabral Teixeira, do Clube de Futebol O Belenense
- Luis Manuel Monteiro Guerra, do Campolide Atlético Clube.

Concluido o acto eleitoral, o Sr. Presidente da Mesa agradeceu o Trabalho dos senhores escrutinadores e comunicou que ia anunciar o resultado da eleição, o que fez de seguida, considerando eleitos os individuos votados.

O Sr. Presidente da Mesa marcou, depois, a cerimonia da tomada de posse para a noite de 7 de Março proximo e como se ficou com a impressão de que algum manifestante interveio em impugnar os resultados desta assembleia, lembrou as medidas com que legalmente o poderia fazer e fez com que, como era de conhecimento de todos, a dita assembleia haviam assistido as colectividades.



A tempo se diz que, em determinada altura e satisfazendo o pedido verbal dumha colectividade presente, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. 1.º Secretário da Mesa indicasse as principais actividades contidas no relatório da Comissão de Reestruturação, o que este fez prontamente, ficando assente que o respectivo programa seria oportunamente enviado a todas as federadas.

No final o Sr. Presidente da Mesa agradeceu por si a companhia dos presentes mas também e interesse com que a grande maioria colaborou nos trabalhos que estavam a findar.

Erão precisamente 0,30 horas do dia seguinte quando a sessão foi dada por encerrada. E para constar se lavrou esta acta, que vai ser accionada pelos elementos que constituíram a mesa de presidência da sessão:

- Presidente: João Cid Moreira
- 1.º Secretário: Adelino José da Saide Cunha
- 2.º Secretário:

## ACTA n.º 10

Aos 26/Março/1976, pelas 21,45 horas, e em segunda convocatória, reuniu a Assembleia-Geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede, situada na Rua da Palma n.º 256-A, em Lisboa-2.

### 1. - Constituição da Mesa:

- Presidente: João Cid Moreira Castelo Branco
- 1.º Secretário: Adelino José da Saide Cunha
- 2.º Secretário: Carlos Alberto Bernardino Almeida

### 2. - Presenças:

Inscrreveram-se no livro de presenças 48 federadas mas o numero total de pessoas presentes foi de 73.

## ASSUNTOS TRATADOS

### 3. - Acto n.º 9:

Lida e aprovada esta acta, depois de rectificado o nome do escrutinador Sr. Avelino Ferreira

#### 4. - Ordem dos Trabalhos:

##### 4.1 - Relatório e Contar da Gerência de 1975

##### e parecer do Conselho Fiscal:

Foi este documento lido, discutido e apreciado em todo o pormenor, tendo a Direcção dado prontamente não só as explicações solicitadas pelos presentes como atis, por iniciativa própria, entrado em esclarecimentos pormenorizados, que foram apreciados pela assembleia, já que estes demonstraram bem o muito que se trabalhou para valorizar as federadas e, conseqüentemente, o meio cultural e recreativo português.

Todo o documento foi aprovado por aclamação.

##### 4.2 - Orçamento para 1976:

Também este documento foi lido, discutido e aprovado por unanimidade, depois de resposta e esclarecimento a algumas perguntas formuladas.

#### 5. - Lapso de tempo para apreciação de assuntos de interesse:

Durante esta habitual concessão da Mesa após a ordem dos trabalhos, diversos delegados usaram da palavra para apresentarem assuntos de interesse geral ou específico das suas colectividades. Tudo foi ventilado e apreciado, e a Direcção da Federação aproveitou para pôr ao corrente todos os presentes dos seus projectos de acção para o ano de 1976.

No final, o Sr. Presidente da Direcção agradeceu o apreço manifestado pela Assembleia perante o trabalho desenvolvido pela Direcção e pediu às Federadas maior colaboração pessoal e directa com este organismo.

Encerrou a série de alocações o Sr. Presidente da Mesa pondo em destaque a excelência do trabalho executado

e do alto grau de civismo demonstrado pela Assembleia, atitudes estas aliás que constituem o núcleo das novas sociedades de cultura e recreio quando estas são geridas por pessoas que põem acima de tudo e de todos a luta pelos puros ideais do colectivismo.

Erão justamente 1,30 horas de dia seguinte quando a sessão foi encerrada.

Para constar se exarou esta acta que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos elementos que constituíram a mesa.

CB - Presidente: João Cid  
 ASC - 1.º Secretário:  
 CAA - 2.º Secretário: Carlos Alberto Bernardino Almeida

## ACTA nº 11

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA  
 DAS COLECTIVIDADES  
 DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Em 15 de Abril de 1977, pelas 22,40 e em segunda convocatória, reuniu a Assembleia-Geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede, situada na Rua da Palma, n.º 256-A, em Lisboa.

### 1. - Constituição da Mesa:

- Presidente: João Cid Moreira Castelo Branco
- 1.º Secretário: Carlos Alberto Bernardino Almeida
- 2.º " : Herlander Silva

### 2. - Presenças:

Inscreveram-se no livro de presenças 34 federações mas o numero total de pessoas presentes foi de 49.

## ASSUNTOS TRATADOS

### 3.- Acta n.º 10:

Lida e aprovada esta acta.

### 4.- Lapso de tempo para apreciação de assuntos de interesse:

Antes de iniciar a Ordem dos trabalhos deu o Sr. Presidente da Mesa meia-horas para tratar de assuntos de interesse para a Federação, não inseridos nela. Aproveitou o Sr. Presidente da Direcção para reafirmar as dificuldades sentidas pela Direcção no desempenho da sua missão, tendo pedido às federadas que ajudem a Direcção pois a colaboração delas é não só importantíssima mas até imprescindível. Depois e ainda o Sr. Presidente da Direcção deu a conhecer publicamente dois despachos governamentais, para nós duma importância capital:

1.º - A partir de 17 de Março de 1977 a nossa Federação havia ficado oficialmente finalmente vinculada à Secretaria de Estado da Cultura.

2.º - Despacho definindo que a assistência técnica ou financeira para cultura e recreio seria prestada pela Secretaria de Estado da Cultura e a de carácter desportivo pela Secretaria de Estado da Juventude e Desportos.

Ao terminar a sua primeira intervenção o Sr. Presidente da Direcção referiu-se ainda à publicação do n.º 1 do novo boletim, explicando os fins e possível periodicidade futura desta publicação, pediu às colectividades que colaborassem com as autarquias locais mas pró-

simas comemorações do "25 de Abril" - Dia de Portugal - e terminou que autorizasse a transferência do Sr. Carlos Alberto Bernardino de Almeida, do Conselho Superior de Orientação para a Direcção, autorização essa que foi concedida por unanimidade.

Os representantes da Soc. Musical Cruz-Quebradense e do Sporting Clube de Portugal referiram-se, respectivamente, o primeiro para sugerir que a Federação procurasse adquirir equipamentos (por exemplo, de cinema, para arrendar às federadas, e o segundo atendeu à conveniência da reforma dos nossos estatutos, que se encontram bastante obsoletos. Ao primeiro foi respondido que a Direcção estava fazendo esforços no sentido sugerido. Quanto aos Estatutos, informou o Sr. Presidente da Mesa que estava já constituída uma comissão para o efeito.

## 5. - Ordem dos Trabalhos:

### 5.1 - Apreciação, discursão e votação do Relatório e Contas da Gerência de 1976 e Parecer do Conselho Fiscal.

Foi este documento posto à admiração, apreciação na generalidade e na especialidade, e, após ser posto à votação, foi aprovado por unanimidade. Como ninguém tivesse querido usar da palavra para fazer considerações e/ou fazer perguntas à Direcção, lamentou o Sr. Presidente da Direcção que assim tivesse acontecido, pois havia muita matéria de real interesse que incontestavelmente merecia ser melhor apreciada.

Na altura própria os Srs. Castelo Branco e Carlos Alberto Almeida - representantes da Federação no Grupo de Trabalho do MEIC

encarregado do estudo do projecto de diploma legal com vista ao estatuto das colectividades de utilidade pública, relataram pormenorizadamente todo o trabalho que até aqui desenvolveram na quele GT e sobretudo a luta que travaram para defesa das colectividades.

Mais informaram que o assunto está agora dependente da resolução governamental.

- Por ultimo, o representante da Soc. Musical União do Beato disse sentir-se vexado com o comportamento do seu ex-representante na Direcção, Sr. Manuel Furtado. Respondeu o Sr. Presidente da Direcção da Federação dando a conhecer as razões que haviam levado os corpos membros a instaurar um inquérito àquele senhor, terminando por dizer que, em sua opinião, a Soc. Musical União do Beato não tinha que se sentir vexada pois o caso não era com ela mas sim com um seu associado. Esta federação disse que iria enviar um representante para substituir o Sr. Manuel Furtado.

- O Ateneu Artístico Vilafrancesca propôs um voto de confiança à Direcção da Federação, que foi aprovado também por unanimidade.

### 5.2 - Apreciação, discursos e votações do Orçamento para 1977:

Ainda este documento foi aprovado por unanimidade sem que ninguém tivesse solicitado qualquer esclarecimento mais pormenorizado.

Quase no fim o Sr. Presidente da Direcção



pediu ainda a todas as federadas maior e mais directa colaboração à Federação pois os elementos directivos desta são paucísimos para o muito que há a fazer.

Encerrou a série de intervenções o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia-Geral congratulando-se com a maneira meritória como os trabalhos decorreram e agradecendo a todos a sua presença, incluindo neste agradecimento o representante do jornal "O Diário" (único órgão da imprensa que se deslocou até nós). Nas suas últimas palavras o Sr. Presidente solicitou ainda - através daquele jornal - a toda a imprensa maior colaboração desta nas mesmas organizações federativas.

Erão precisamente 1,40 horas do dia seguinte quando a sessão foi encerrada.

Para constar se exarou esta acta que, depois de lida, discutida e aprovada, será arquivada pelos elementos que constituíam a Mesa.

- Presidente: José Franco
- 1.º Secretário:
- 2.º Secretário: António Almeida

## ACTA n.º 12

Em 28 de Julho de 1978, pelas 22,15 horas e em segunda convocatória, reuniu a Assembleia-Geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede sita na Rua da Palma n.º 256-A, em Lisboa.

### 1. - Constituição da Mesa:

- Presidente: João Cid Moreira Castelo Branco

- 1.º Secretários: Carlos Alberto Bernardino Almeida

- 2.º Secretário: Raül Dias

Tendo ambos os Secretários sido nomeados pela assembleia por não se encontrarem presentes os titulares, respectivamente, os Irs. Adelino José Cunha e José António Dias.

### 2. - Presenças:

Inscreveram-se no livro de presenças 45 colectividades federadas mas o número total de pessoas presentes foi de 54.

## assuntos tratados

### 3. - Correspondência:

Lida a correspondência recebida.

## ordem de trabalhos

### 4. - Relatório e Contas, da Gerência de 1977, e Parecer do Conselho Fiscal:

Admitido o relatório por unanimidade, relatório esse que, no entanto não foi apresentado em publicação especial, como

J. Sousa

Tem sido da praxe, mas sim publicado nos boletins periodicamente publicados pela Direcção, tendo esta explicação sido inserida no n.º 4 do boletim, numero este que igualmente continha a convocatória da Assembleia, as contas e o parecer do Conselho Fiscal.

A assembleia interveio-se vivamente pela discussão das contas apresentadas e a Direcção esclareceu todos os pontos apresentados por vários delegados.

Uma intervenção do Presidente da Direcção, Sr. Cachó Rodrigues, informou os delegados presentes de que, embora as contas tenham sido apresentadas seguindo o esquema tradicionalmente usado pela Federação, isto é, só o movimento da gerência de cada ano, a Direcção não estava, de forma nenhuma, de acordo com ele, porquanto não permitia apresentar às federadas as contas integrais (portanto, com o balanço) da Federação. Houve, porém, um motivo, disse, que, muito válido, levou a Direcção, ainda desta vez, a apresentar as contas seguindo o primeiro esquema; é que, tendo este sido o primeiro mandato empossado após o 25 de Abril de 1974 e girando-se uma nova e imprescindível política de auxílio às novas federadas através da participação oficial, para defora da Federação, não havia interesse, nem para esta nem para as próprias federadas, que fosse tornada pública a posição financeira.

Aproveitou-se a oportunidade para

informar os delegados presentes que existe um depósito a prazo no valor de 300 contos, funcionando como fundo de reserva. Da mesma maneira foi dado conhecimento da atribuição à Federação de um pequeno subsídio mensal de 10 contos, pelo Estado, que, todavia, ainda não tinha sido recebido no ano corrente e até à data desta assembleia.

As receitas foram aprovadas com uma abstenção e as despesas foram aprovadas por unanimidade.

Por proposta de um delegado, o Parecer do Conselho Fiscal foi aprovado por aclamação.

### 5. - Eleição dos Corpos Gerentes para o triénio de 1978 a 1980:

Lida uma proposta apresentada pela Direcção na qual, depois de vários considerandos explicativos, se anunciava que a mesma apresentava duas listas (A e B) e que ambas apenas diferiam malgum nome, visto que as colectividades eram as mesmas.

Procedeu-se depois à votação, cujo resultado foi o seguinte: Lista A, 20 votos. Lista B, 24 votos, sendo, obviamente, esta a vencedora.

Foram escrutinadores os delegados das seguintes federadas: Grupo Excursionista "Vai Tu" e Sociedade Filarmónica Comércio e Indústria, da Amadora.

A lista vencedora (B) apresentava:

*J. Sousa*

## MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

- Presidente: - Tiburcio P. José Miguel - Soc. Euterpe Albandrense
- Vice-Presidente: - Orlando Laranjeira Santos - Soc. Fil. Inc. Almandense
- 1.º Secretário: - António da Luz Felmo - Acad. S.º Amaro
- 2.º Secretário: - Jorge José Gomes - Soc. Fil. Alunos de Apolo
- Vogal: - Mário Marques Araújo - Ginásio do Alto do Pinho

## DIRECÇÃO

- Presidente: - José Manuel Lache Rodrigues - Cl. Inst. Rec. Laranjeira
- Actividades Admin., Relações Públicas e Informaçãõ:
- Vice-Presidente: - José Joaquim Macaria - Soc. Fil. 1.º Dez.º 1882
- Tesoureiro: - Samuel Orge Vidal - Acad. Rec. Leois Amigos
- Sect. - Geral: - Alberto Pereira Ramos - Acad. Inst. Rec. Fam. Almandense
- Sect. - Adjunto: - Getúlio Abrantes Magalhães - Progresso Clube
- Vogal: - Helder Martins Moura - A. H. Bomb. Ag. - Cacém
- Vogal: - Sebastião de Jesus - Grupo Exc. "Vai Tu"
- Vogal: - Raul Augusto Vilar - Cl. Futebol Benfica
- Vogal: - João Pedro A. M. Silva - Grup. Rec. do Pindão
- Actividades Culturais:
- Vice-Presidente: - Carlos Alberto B. Almeida - Cl. Rec. do Fajó
- Secretário: - Miguel Sousa Ferreira - Soc. Mus. Odileense
- Vogal: - Manuel Rodrigues Pereira - Soc. Boa União
- Vogal: - Carlos Cunha - Águias Negras F.C.
- Vogal: - Pedro Foyos - As. Port. Arte Fotográfica
- Actividades Recreativas:
- Vice-Presidente: - Ant. Vieira P. Bernarda - C. Cul. Desp. Olivais-Lul
- Secretário: - Helió Manuel Santos Sousa - Cl. Esc. Varenjense
- Vogal: - Armando Lacerda Silva - Sport. C. Intendente
- Vogal: - Silvino José - Ass. Rec. Aboboreiras
- Vogal: - Sebastião Palma Loureiro - Ginásio Cl. Português

## CONSELHO FISCAL

- Presidente: - Fernando Sabino de Sousa - Gp. Desp. Rec. Lamas
- Secretário: - Carlos Costa - Soc. Derm. União Barcelonense

- Relator: - Joaquim Augusto Rebelo - Soc. F.D. Timbre Seixante
- Suplente: - Raül Coelho Dias - S.I.M.C. Quebradense
- Suplente: - Fernando Salma Nunes - Ord. Proj. - 6 Setembro

### CONSELHO SUPERIOR DE ORIENTAÇÃO

- João Cid Moreira Castelo Branco - Cl. Campiense de Lisboa
- Rafael Felizardo Rodrigues - Grup. Exc. Os Económicos
- Manuel João Oliveira Lopes - C. Futebol Unidos
- Rui Cirilo Lopes - Cl. Rec. dos Anjos
- Manuel José - Soc. M. União do Beato

#### 6. - Tomada de Posse:

O acto da tomada de posse dos corpos gerentes agora eleitos ficou marcada para as 21 horas do dia 10 de Agosto de 1975, sendo enviado um postal-convocatória a cada um dos eleitos.

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DAS COLECTIVIDADES  
DE ESPORTE E DESPORTO

#### 7. - Período de meia-hora para tratar de assuntos de interesse extra "Ordem de Trabalhos":

Durante este período foram apresentadas as seguintes sugestões, todas elas dirigidas à nova Direcção; à excepção da última que é dirigida à Mesa da Assembleia-Geral:

7.1 - O delegado da Associação Académica de Almada apresentou a ideia de que, a fim de facilitar os contactos entre a Federação e as colectividades, fossem criados "Delegados de Zona".

7.2 - O delegado da Sociedade Musical Seixabrense lembrou a conveniência de, periodicamente, se promoverem

reuniões de delegados, a fim destes se inteirarem melhor e poderem dar melhor colaboração na vida da Federação.

7.3- O delegado do Sport Algés e Dafundo sugeriu que, futuramente, em vez de uma se fizessem duas assembleias-gerais, uma para aprovação do Relatório e Contas, e outra para eleição dos corpos gerentes.

### 8. - Diversos:

No início da sessão, por lapso da Mesa, voltou a ser lida, discutida e aprovada a acta n.º 10, quando já o tinha sido na reunião a que alude a acta n.º 11. A mesma acta n.º 10 voltou a ser aprovada mas agora com 3 abstenções.

Quanto à acta n.º 11, foi igualmente aprovada, mas com 7 abstenções.

Eravam precisamente 1,10 horas do dia seguinte quando a sessão foi encerrada.

E para constar se lavrou a presente acta que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelas pessoas que constituírem a Mesa que orientou os trabalhos:

Presidente: João Cid M. Castelo Branco:

1.º Secretário: Carlos Alberto B. Almeida:

2.º Secretário: Raúl Dias:

# ACTA N° 13

No trinta dias do mês de Março do ano de mil novecentos e setenta e nove, pelas vinte e duas horas, reuniu na sua sede, sito na Rua do Calvaço, 256-A em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

— Discussão e aprovação do Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de mil novecentos e setenta e oito. Presidiu à sessão o Presidente da Assembleia Geral, Tibúrcio Miguel, secretariado pelos respectivos titulares da mesa: 1º Secretário, António Telmo e 2º Secretário: Mário Gomes, João Jorge Gomes.

Aberta a sessão procedeu-se à chamada dos delegados inscritos no Livro de Presenças, registando-se a presença de 25 (vinte e cinco) delegados.

Foi em seguida lida a Acta da Assembleia Geral anterior cuja redacção foi aprovada com a abstenção do Delegado da Academia Recreativa Joaquim Xavier Pinheiro que declarou que a sua abstenção se deve ao facto de não ter estado presente na Assembleia a que a acta se refere.

Deu-se então a palavra ao Presidente da Direcção que li o Relatório e Contas.

Faz algumas considerações sobre o trabalho da Direcção, focando em especial, a publicação do Boletim no qual a Direcção tem procurado informar a actividade da Federação e seus propósitos para o futuro.

Informa que uma comissão de redacção dos projectos dos novos Estatutos e Regulamento Ge-



J. F. F. F.

rel Intermio, composto por delegados de cinco colectividades já concluídas as redacções do citado projecto para serem apreciados por todos os órgãos sociais antes de serem apresentados aos federados e submetidos à aprovação da Assembleia Geral que for convocada para esse efeito.

É dada a palavra ao representante do Conselho Fiscal para ler o Parecer sobre o Relatório e Contas. Cumpre essa missão ao Secretário daquele órgão, Carlo Costa, justificando antes, a falta do Presidente do Conselho Fiscal, por carta por ele dirigida ao Presidente da Mesa que entrega.

Declara que o Conselho Fiscal tem exercido a sua missão com regularidade e com eficiência acompanhando a acção directiva como lhe compete.

Apela para que todas as Federações se interessem pela discussão do projecto do novo Estatuto e Regulamento Intermio para que estes possam ter na sua aprovação o maior consenso, dada a importância destes instrumentos de definições e orientações na estrutura e vida da Federação.

Posto em discussão o Relatório e Contas, o delegado da Accademia Xavier Pinheiro declara achar o Relatório muito restrito pois devia dizer algo mais. (Pede para que se dê o voto) Quanto às contas considera que os mesmos estão pouco desenvolvidos. Pede para que de futuro tanto o Relatório como as Contas devam ser mais explicativos para uma melhor elucidada e apreciação das Federações.

O delegado do União ao Botafogo pede esclarecimentos sobre a rubrica "subsídio a conceder" no valor de 350.000,00, constante no mapa de Contas.

O Presidente da Assembleia Geral informa que para melhor orientação do trabalho, a Direcção escla-

18  
suará, logo que cessem as intervenções do Delegado, todas as observações e dúvidas que por este forem expostas.

O Delegado do Grupo Excursionista do Castelo declara não desejar discutir o Relatório e Contas, mas pede para lhe ser explicada a razão da taxa cobrada pela Federação para obtenção de licenças para a realização de festas.

O Delegado da Tuna Cheluse lamenta ser diminuído o número de presenças na Assembleia Geral. Está de acordo com o Relatório e Contas pois entende que este instrumento deve ser apenas um resumo das Contas e actividades da Direcção e focar apenas os aspectos mais importantes dessas actividades. Entende que as colectividades devem procurar obter a concessão do "estatuto de utilidade pública" pois esta qualificação contribuirá de forma decisiva para diminuir os encargos (taxas e impostos) que as colectividades têm de suportar.

Apela para que haja união das colectividades com a Federação para que esta sentindo-se fortemente apropriada possa constituir uma grande força representativa.

Informa ainda que a sua colectividade não tem licenças para festas, que já tem umito arizor de impostos para pagar e que está decidida a não pagar, pois não exerce qualquer indústria ou comércio, tendo apenas uma função social muito válida.

O Presidente da Direcção felicita o Delegado da Tuna Cheluse pela sua opinião sobre o Relatório e Contas que considera feliz e positiva e informa que a Direcção por intermédio do Director presente que actua no Sector Cultural e Recreativo e do Secretario-Geral irá prestar o esclarecimento

que foram pedidos.

O Secretário-Geral esclarece que a acção da Direcção não pode ser comparada à acção das Direcções das colectividades federadas pois há de certo modo algumas importantes diferenças.

A acção da Federação não se limita a um curto prazo. Tem planos e trabalhos que só se podem concretizar a longo prazo. O relatório apresentado confina-se por isso às actividades de um curto período em relação ao seu mandante.

Exemplifica que a colaboração com a APTA (Associação Portuguesa de Teatro Amador) só poderá dar os seus frutos, visíveis, a longo prazo, e que no relatório como é lógico se resume uma actividade a curto prazo.

Informa que a Direcção através do Bolim irá sempre informando as federadas dos seus planos e das suas opiniões sobre o que de mais útil poderá interessar às colectividades, como aliás o tem vindo a fazer.

Quanto às taxas para os fechos informa que a importância cobrada pela Federação diz respeito ao custo do impressor necessário para a obtenção dos mesmos.

Elucida que a Federação dará todas as informações e também todo o seu apoio às colectividades que quiserem a obtenção do estatuto de utilidade pública e que os respectivos processos devem ser entregues na Federação para serem acompanhados do seu parecer e que a Direcção diligenciará no sentido do seu rápido andamento.

Informa ainda que o Bolim além de ser enviado às colectividades é também enviado a todo o Organismo de Comunicação Social.

A Direcção esclarece ainda que o subsídio de

350.000+00 se destina, por determinação da Secretaria de Estado da Cultura, a desenvolver a cultura musical nas colectividades, devendo apenas beneficiar desse subsídio os que tenham Bandas de Música e locais de aprendizagem musical, e a necessidade comprovada de adquirir instrumentos musicais para a Banda e escolas de música.

Assim se evitará que, por falta de instrumentos musicais, as crianças que frequentam os locais de aprendizagem se não desmobilizem de desinteresse.

Informe que a Federação está representada no Conselho Nacional de Música.

A Federação tudo fará para a obtenção de subsídio para as actividades culturais das federações e orientará a sua acção no sentido de dinamizar essas actividades culturais, nomeadamente, a dança da música, o Teatro de Adultos e o Teatro Infantil, a criação de Grupo Canção e de Folclore, Bibliotecas, discotecas, etc., etc.

Dado os esclarecimentos prestados pelo Director, o Presidente de Assembleia Geral pôs à aprovação, digis, à votação a aprovação do Relatório e Contas e parecer do Conselho Fiscal com aprovação do voto nele proposto, registando-se os seguintes resultados:

Relatório e Contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal: aprovados com a abstenção do Delegado da Academia Xavier Pinheiro.

Voto proposto: - No Relatório:

Voto 1 - Aprovado com 2 abstenções;

" 2 - " " 2 1 ;

" 3 - Aprovado por unanimidade;

" 4 - Aprovado observando um minuto de silêncio.

*f. Franco*

voto do Conselho fiscal: aprovado com uma abstenção. Regista-se a declaração de voto de abstenção do Delegado da Academia Xavier Pinheiro: abstenção por questões de escrupulo sem sentido de estar contra o órgão que elaboraram o Relatório e o Parecer. Concluída a Ordem de Trabalhos entre-se no período de entre do encerramento da sessão da Assembleia Geral.

É encucada a palavra ao Delegado do Grupo Excurcionista "O Económico" que pede esclarecimentos sobre as obrigações que envolvem o Estatuto de Utilidade Pública.

O Secretário-Geral esclarece que a Federação aguar da ainda neste momento o parecer de advogados sobre o espírito da Lei. No entanto ressalta da interpretação da Lei os seguintes pontos a considerar:

- a) - Evitar anualmente a lusitância do Conselho e Relatório do ano findo;
- b) - Prestar informações que forem solicitadas e que não envolvam qualquer instigação;
- c) - Elaborar com os Autarquias Locais;

O Delegado da Academia Xavier Pinheiro quer queo informem do programa de ações para este ano. O Secretário-Geral pede a atuação do Delegado da Academia Pinheiro para o programa de intuições, e diz que se procura concretizar essas intuições. bluecido de seguida alguns dos realizações em perspectiva:

Cursos de Dinamização de Teatro. Exposições de Fotografia sobre a ciência em colaboração com a Associação Portuguesa de Arte Fotográfica. Sessões de Cinema nas Colectividades. Actividades do AIC em unidades colectivas, independentemente das actividades culturais já mencionadas e ainda cursos

de Dirigentes de colectividades.

O Delegado da Tuna chelese sugere que se realizem reuniões periódicas de colectividades com a Federação para unificar as colectividades têm direcção de jovens que unites poderiam aprender nas reuniões, sugere que além das reuniões se realizem colóquios nos federados sobre gestos, cultura e recreio, etc.

É dada a palavra ao Delegado de Sociedade Filarmónica Timoteu Seixalense, Joaquim Rebelo, que felicita a Assembleia Geral pela sua actuação constante na análise de problemas dos federados. Sugere que no próximo relatório sejam mais detalhados os desenvolvimentos dos pontos e apela para o apoio da Federação às colectividades na medida em que esse apoio esteja ao seu alcance.

É em seguida dada a palavra ao Delegado, Sr. Custódio Branco, que lamenta que na Assembleia Geral estejam apenas 25 presenças, metade das quais são o Corpo Gerente.

Louva o espírito de trabalho e de intenção da Direcção e afirma que mais há de diálogo directo com a Federação e os dirigentes das colectividades.

Salienta o facto da Federação não ter subsídio estatal o que asfixia a sua acção por muito mais que sejam as intenções desta.

A Direcção vai tomar em conta as sugestões apresentadas para agir de acordo e mais estretamente com as colectividades e lutar pela obtenção de um subsídio anual, afirma o Secretário-Geral.

O Presidente da Assembleia Geral agradece a forma como a Assembleia se comportou no de-

*J. Franco*

coisa do sessão e declara encerrado o trabalho deste município pela uma hora do dia trinta e um de Março de mil novecentos e setenta e nove.

Para que conste se lavresse a presente acta que vai ser assinada pelos componentes da Mesa que preside à Assembleia Geral a que diz respeito.

Lisboa, trinta e um de Março de mil novecentos e setenta e nove.

O PRESIDENTE:

*J. Franco*

O PRIMEIRO SECRETÁRIO:

*Automodalytelyent*

O SEGUNDO SECRETÁRIO:

*Jorge José Franco*

Com tempo se declara que foi riscado, na página 31 (trinta e um) a seguinte expressão: "Para que se futuro".

O Presidente: *J. Franco*

O Primeiro Secretário: *Automodalytelyent*

O Segundo Secretário:

## ACTA N.º 14

No dezeto dia do mês de julho de mil novecentos e setenta, pelas vinte e uma horas e trinta minutos reuniu a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede, sito na Rua da Palma, 266-A em Lisboa. Preside à Assembleia Geral que reúne em sessão ordinária, o presidente, Tibério Figueira, secretário do foro António Telmo e Maria Gomes, titulares da Mesa da Assembleia Geral.

Aberta a sessão i feita a chamada do delega-  
dos conforme a inserção no respectivo livro  
de presenças.

Regista-se a presença de catorze delegados.  
Safira da Costa, delegado do Sporting Clube  
de Portugal, requer que seja dispensada a  
leitura da acta da sessão anterior, consi-  
derando-a aprovada.

Posto o requerimento à votação e este aprovado,  
entraudo-se de seguida no período de actas  
da Ordem de trabalhos. Safira da Costa lamenta  
o diminuto numero de presenças e conside-  
ra que este facto é motivado pelo facto da  
Assembleia Geral se realizar tardiamente em  
uma época que se está a considerar de férias.  
Chama a atenção da Direcção para o facto dos  
avisos convocatórios não serem enviados para  
os delegados mas para as colectividades que  
na maior parte dos casos não des-  
cobrem os delegados. Pede para a Di-  
recção ponderar o assunto remediando o caso  
enviando os avisos directamente também  
para os delegados.

Sugere que de futuro os elementos que consti-  
tuírem a lista do Grupo Gerentes sejam esco-  
lhidos criteriosamente entre os delegados consi-  
derados mais sérios e dispostos a cumprir a  
missão que lhes foi confiada ao serem eleitos.  
O Delegado do Grupo Excursionista Vai Tu, de-  
clara estar de acordo com as observações feitas  
pelo delegado do Sporting Clube de Portugal e  
explica que no seu caso se não fosse um  
dirigente da Federação avisá-lo que hoje  
havia Assembleia Geral, não teria vindo pois  
o aviso convocatório não lhe chegou em mãos.



Carlo Costa, na sua qualidade de delegado, e um  
 do membros do Conselho Fiscal, declarou (de) estar  
 de acordo com as considerações dos oradores ante-  
 riores mas acrescenta que a culpa do facto não  
 é da Federações. Quanto a si, as colectividades têm  
 a obrigação de enviarem ao seu delegado os  
 avisos convocatórios e quanto à escolha do elima-  
 tor ridido e cumpridores para o corpo gerentes  
 também compete às colectividades fazer uma esco-  
 lha criteriosa do mesmo.

Carlo Alberto, delegado do Clube Recreativo do Feijó,  
 considera que devem ser as colectividades a acor-  
 ritar a Federações e devem lamentar a ausência  
 de delegado das colectividades sem olhar à sua  
 dimensão associativa, isto é, sejam grandes ou  
 pequenas nesse aspecto.

Outros. - e seguida um Ordem de Trabalho:

- Apreciações, discussões e votações
- do Relatório e Contas da Direcção
- e Parecer do Conselho Fiscal refe-  
 rentes ao ano de 1979.

É dada a palavra à Direcção que por intermédio  
 do Secretário-Geral lê o Relatório da Direcção.  
 Dado que todo o delegado está de posse de um  
 exemplar do Relatório e contas, constando estas  
 no mapa anexos ao Relatório, o Sr. Presidente  
 consulta a Assembleia se esta está de acordo em  
 ser dispensada a leitura do mapa.

Obtida a aprovação da Assembleia, Carlo Costa,  
 do Conselho Fiscal, lê o respectivo parecer.

Será feita em discussão os dois documentos que  
 são aprovados por unanimidade.

Sobre as propostas contidas no Parecer do Con-  
 selho Fiscal, assim discriminadas:

1ª Que seja aprovado o Relatório e Contas da

Direccao;

2.º que o saldo negativo de gerencia seja levado a debito da Conta Patrimonial;

3.º Um voto de louvor aos elementos da Direcção;

4.º Um voto de louvor ao funcionamento da Federaçao (voto coincidente com o unico voto de louvor proposto pela Direcção).

O senhor Presidente põe em a aprovação da Assembleia, tendo esta sido aprovada por unanimidade. A 5.º proposta contida no Parecer do Conselho Fiscal: voto de pesar por todo o recreativista fazedor. É aprovada observando-se um minuto de silencio.

Concluido a Ordem de Trabalho o senhor presidente agradece a todos os presentes a forma como lhe facilitarão o trabalho de dirigir a Assembleia e menciona a sessao pelas vinte e tres horas. Para que conste se lavra a presente acta que vai ser assinada pelos componentes da Mesa.

Libra e sede da Federaçao Recreativa das Colónias de Cultura e Recreio, ao direito de julho do ano de mil novecentos e oitenta.

O Presidente:

O Primeiro Secretario:

António Augusto de Jesus

O Segundo Secretario:

João José de Jesus

## ACTA n: 15



Ante de Alhif de unif moicento, oitenta e um, pelas vinte e um horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede, sito na Rua de Palmos, n: 256-A. No impedimento do Presidente da Assembleia Geral, foram os trabalhos dirigidos pelo seu vice-Presidente, Sr. Orlando Baranheiro Santos, representante da Sociedade Filarmónica Inicial Almadense; tambem em falta de um dos secretarios, foi endereçada convite aos presentes para proceder ao preenchimento do livro, tendo accedido um representante da Sociedade Filarmónica Inicial Portovaleense. Aberta a Ordem dos Trabalhos, e por proposta do representante da Academia Recreativa 31 de Maio, foi discurada a leitura da acta da sessã anterior.

Seguidamente, um membro da Direcção procedeu à leitura do relatório correspondente ao seu mandato, relatório a que o Conselho Fiscal deu o seu accordo; o presidente deste organ, usando da palavra, sympathizou-se pela homogeneidade de todos os espiritos ao longo do periodo, acompanhando de perto a accã da Direcção; destacou tambem a accã do relator, para quem pediu um voto de louvor, voto esse extensivo tambem a toda a Direcção.

O mesmo autor, mas desta vez em nome da colectividade que representa, a União Democrática Baranheira "Os Francese", voltou a usar da palavra, para envidiar o cumprimento dos delegados presentes como umos accitacões dos actos praticados pela Direcção, o que estralhou, visto haver bastantes quem a criticam ao longo do seu mandato, ao ponto de se dizer que a Direcção só serviz para receber a quota das colectividades associadas.

O representante da Casa Espirital de Fimem do Zizem exaltou em a accã da Direcção e desejou as maiores felicidades aos novos Capos Gerentes.

A União Baranheira "Os Francese" pediu que o voto de louvor à Direcção e ao relator do Conselho fiscal fosse dado por adamação, o que se verificou.

O Senhor Presidente do Mesa endereçou depois umas sauda-

ap special ao delgado do freguesia do Modesto, do Foz, por  
após da parte de transportes, se encontrarem presente e sendo.  
Foi depois feita a discussão o orçamento da Direcção para o ano  
de mil novecentos e oitenta e um, o qual prevê um déficit  
da ordem de trezentos e cinquenta mil réis; e para a atenuar  
esta parte a despesa em a protização, que se prevê da ordem  
de cento e noventa mil réis, e que tendência para aumen-  
tar, pelo que pediu a todos os delgados presentes que liquidassem  
as quotas das colectividades directamente na sede da Direcção,  
ou através de cheque ou vale de correio. O delgado da Socie-  
dade Linhas de Foz de Lameira fez algumas considerações acerca  
de um espírito a prazo de trezentos mil réis.

Usou a seguir a palavra o senhor Eng. Bernardino, do Conselho  
Superior de Direcção, que disse se está a única Direcção  
que não dispõe de subsídio das entidades governamentais,  
após estas reconhecerem a sua acção, sendo ali a única  
entidade não estatal da Campanha Nacional de Alfabetização.  
Usando a palavra em representação das suas colectividades, o  
senhor Presidente de Mesa propôs que em Setembro próximo,  
se realizasse uma grande festa, no Pavilhão do Império,  
que a presença de grandes nomes do espectáculo, fizesse  
do que se poderia o recinto à Câmara Municipal de Lisboa.  
Foi, entretanto, posto a votação o orçamento para mil  
novecentos e oitenta e um, que foi aprovado por unanimidade.  
O representante da Independente tomou a manifestar a opi-  
nião de que a sugestão do presidente de Mesa se não enqua-  
drava dentro do Orçamento de Trabalho.

O delgado da União Democrática apoiou a ideia do senhor  
Almeida, mas que a participação de, aproximadamente dos  
associados da Direcção, para o que não se dispõe a sua  
colectividade.

O representante da parte do Alentejo manifestou a sua satisfação  
pelas sugestões apresentadas, quanto a meios de organiza-  
ção de fundos, sendo a disposição de quinze mil réis alen-  
tejanos depositados na Casa do Alentejo, pelo que se poderia

f. Franco

insuficiente um único espectáculo; supor-se que se fizesse um desfile de todos os anos.

O importante os laços dos Tabuenos, aplaudiu a ideia, por transmitir a direcção da sua apremiação, e, ainda no mesmo tempo, o delegado a Sociedade União Musical Libertad propôs que o assunto fizesse parte do plano de trabalho da Direcção a eleger. Incluído a Ordem do Trabalho, o seu presidente de honra em homenagem a si, de qual se lançou a seguinte acta, que, depois de lida e aprovada, vai ser enviada pelos componentes do Mesa. —

- O Presidente  
Clayton Francisco dos Santos
- O Primeiro Secretário  
Joaquim Pereira
- O Segundo Secretário  
Miguel Augusto dos Santos

### ACTA N.º 16

Por ter de abul de mil novecentos e oitenta e um, pelas vinte e duas horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede, sito na Rua de Palmos, 256-A, em Lisboa, em um ponto único na ordem de Trabalho - eleição da nova Comissão.

A Direcção apresentou uma lista, que foi aprovada pela Assembleia; não havendo outras, deu-se um intervalo de dez minutos para distribuição dos votos, após o que se procedeu à votação.

Foram sentinadores os representantes da Academia de Alameda e da Casa dos Tabuenos, e, após a votação, verificou-se que a lista, aliás, o numero constante da lista, foram eleitos por maioria, verificando-se apenas um voto para o Conselho Superior de Orientação do Desportante do Grupo Desportivo e Recreativo de Loures, sendo

Extra 1 fotocópia em 11/6/81  
Claro enviado de 30.00 vai para a caixa de correio nº 18º caso nos de 12.

Extra 1 fotocópia em 11/2/82  
CAJUL de 18º caso nº 18. de 12;

JJ.

Fernando Sabino de Sousa.

Foi do Orde[m] de Trabalho, e suplantou o preparativo o  
Tema de Pôrto, o Sr. Eng.º Bernardo voltou a usar de pre-  
lambes, historicando as vicissitudes da "Comissão de Liberdade"  
para levar a cabo pela Federação; este tema será assunto  
de um futuro reunião de Direcção onde se traçarão os  
planos de actividades da Federação.

O Representante do Grupo dos Modelos, após agradecer  
a forma como foi recebido, prometeu toda a colaboração à  
futura Direcção, informando que a colectividade organiza  
sem qualquer apoio oficial, a Comissão de Es de Pôrto, no  
Porto; convidou a Direcção a estar presente à festa deste  
ano, e assim que a Direcção aceitar em a maior satisfação  
deu-se um seguimento para os elementos eleitos, após o  
que o seu Presidente os fez dar por conhecidos e  
reza, mas sem antes ter manifestado a sua satisfa-  
ção pela forma ordenada e correcta como a reunião de-  
correu dela se lavou a presença actual, a qual depois  
de lida e aprovada, vai ser assumida pelos elementos  
que em seguida se listam.

O Presidente  
Helder Jaramari de Sousa  
O Primeiro Secretário  
Pedro José Jure  
O Segundo Secretário  
José Alberto Borde de Silva

## ACTA N.º 17

Aos vinte e sete de Abril de mil novecentos e oitenta  
e quatro, pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos,  
reuniram-se segunda convocatória a Assembleia Geral da  
Federação Portuguesa das Colectividades de Lullima e Pôrto,  
na sua sede, sita na Rua da Palma 256-A, em Lisboa,  
como um ponto único no Orde[m] de Trabalho - Estatuto dos  
nossos Colectivos.

f. Franca

A sessão que foi presidida pelo presidente em exercício José a secretária-la, na falta do respetivo elemento da mesa, Odete L. S. Vieira Viana, representante da Academia Recreativa Linda a Selha e Jaime Manuel da Silva, representante da Sociedade Filarmónica Linhas e Lapinhos Divalense.

Terminados os trabalhos foi feita a chamada dos delegados conforme a inscrição no respetivo livro de presença, após o que o presidente saudou os participantes e discorreu sobre a democraticidade e metodologia da Assembleia.

Procedeu-se então à leitura da convocatória e à explicação, pelo presidente, do facto de a Assembleia geral não ter sido realizada na data prevista pelos estatutos. Os motivos apontados que têm a ver com o abandono por parte de alguns dos membros do corpo gerencial que com esse acto originaram várias dificuldades, foram entendidos pelos delegados participantes.

Continuando, o presidente depois de chamar a atenção para o facto de apenas ter sido apresentada a lista pela Direcção Gerente, procedeu à distribuição, pelo presidente, da lista em causa e interrompeu a sessão por 5 (cinco) minutos a fim de que a mesma pudesse ser analisada.

Erão vinte e uma horas e quarenta e sete minutos quando a reunião foi reiniciada, sendo solicitado à Assembleia que designasse dois secretários.

Operaram-se para a função o Sr. António José Oliveira delegado do Grupo Excursionista "Vai Lá" e Manuel Modesto do Clube Desimbrense.

Após a conferência da mesa realizou-se a votação.

Pronunciaram-se 36 (Trinta e seis) colectividades.

A contagem foi então publicamente efectuada registando-se trinta e seis votos (listas limpas) que elegeram o elenco que segue:

### Assembleia Geral

Presidente - Soc. Democ. UNIAO BARREIRENSE - Representada por CARLOS DOS SANTOS COSTA

Vice-Presidente - GRUPO DOS MODESTOS - Representado por ANTONIO S.

S. CERTEIRA PINTO

1º SECRETÁRIO - SOC. JUST. BENEF. A Voz do OBRÁRIO - representada

por AUGUSTO MARQUES OLIVEIRA

2º SECRETÁRIO - ACADEMIA DE SANTO ANAÇO - representada por

VITOR M. M. P. e LILVA

DIRECCÃO

PRESIDENTE - SOC. FIL. JEN. TIMBRE SEIXALENSE - representada por

JOAQUIM AUGUSTO REBELO

VICE-PRESIDENTE - GRUPO RECREATIVO 21 DE MARÇO - representado

por HELDER SOARES CARVALHO

TESOUREIRO - SOC. FIL. ALUNOS DE APOLO - representado por Jorge

JOSÉ GOMES

VICE-TEOUREIRO - SPORT ALGÉS E DO FUNDO - representado por

MÁRIO VASCO T. BARREIROS

1º SECRETÁRIO - SOC. FILACM. UNIAO e CAPRICHIO OLIVALENSE -

representada por JAINE MANUEL DOS SANTOS CARVALHO

2º SECRETÁRIO - ACADEMIA RECREATIVA LINDA A VELHA - representada

por ODETE L. S. VIEIRA VIANA

1º VOGAL - CENTRO CULT. DR. MAGALHÃES LIMA - representado

por VIRIATO DE ALMEIDA

2º VOGAL - LISBOA CLUBE RIO DE JANEIRO - representado por

FERNANDO OLIVEIRA

3º VOGAL - CENTRO CULT. POP. STA. ENERACIA - representado por

NATALINA BARATA NUNES

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE - ACADEMIA REC. LEAIS AMIGOS - representado por

SAMUEL ORGE VIDAL

SECRETARIO - CASA DO ALENTEJO - representada por FRANCISCO

FIDALGO

RELATOR - CLUBE UNIDOS DO CACÉM - representado por FERDINANDO

SABINO DE SOUSA

CONSELHO SUPERIOR DE ORIENTACÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL - CARLOS DOS SANTOS COSTA

PRESIDENTE DO DIRECCÃO - JOAQUIM AUGUSTO REBELO

PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL - SAMUEL ORGE VIDAL



SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL CESSANTE - ANTONIO  
DA LUZ TELMO

1.º SECRETÁRIO DA DIRECCÃO CESSANTE - ALBERTO FERREIRA  
RAMOS

VOGAL DA DIRECCÃO CESSANTE - JOÃO PEDRO A. M. SILVA

VOGAL DA DIRECCÃO CESSANTE - JAIME JESUS VICENTE SILVEIRO

CLUBE DE FUTEBOL BENFICA - RAUL AUGUSTO VILAR -

CLUBE RECREATIVO DO FEIJÓ - CARLOS ALBERTO B. ALMEIDA

O sr. presidente Teceu, então, algumas considerações sobre a eleição efectuada chamando a atenção para o grande trabalho a efectuar e para as dificuldades presentes, a esse mesmo trabalho, desejando aos corpos que se elegeram as maiores felicidades.

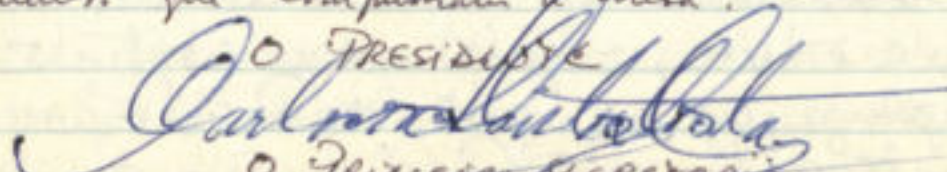
De seguida se procedeu, eram vinte e duas horas e cinco minutos, ao acto de posse tendo as faltas verificadas sido devidamente justificadas.

Voum então da palavra o novo presidente da direcção sr. Joaquim Augusto Rebelo para se pronunciar sobre o programa de intenções da direcção eleita focando alguns aspectos de especial incidência na vida da federação.

De seguida falou a palavra o sr. Carlos Alberto Bernardino Almeida, delegado do clube Recreativo do Feijó, para desejar êxito aos directores empenados.

Prosseguindo, falou Odete L. S. Vieira Vieira 2.ª secretária da direcção que realçou o papel desempenhado por mulheres nos movimentos associativos e colectivistas após o que o presidente deu por encerrado os trabalhos desta assembleia geral, eram vinte e duas horas e cinco e meia minutos.

Esta acta depois de lida e aprovada sem alteração pelos elementos que compoem a mesa.

O PRESIDENTE  
  
 O PRIMEIRO SECRETÁRIO  
 Jaime Manuel de Freitas Loureiro  
 O SEGUNDO SECRETÁRIO

Sr. D. ODETE:-

## ACTA N.º 18

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de mil novecentos e oitenta e quatro pelas vinte e três horas reuniu na sede da Federação Portuguesa das Coleções de Ovelha e Bóvis a Assembleia Geral Ordinária, estando presentes vinte e nove Federadas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Apreciar, discutir e votar o Relatório e Contas e Respostas aos pareceres do Conselho Fiscal respeitantes aos anos de 1981/82/83 e o orçamento para o exercício de mil novecentos e oitenta e quatro.

A Mesa ficou constituída por:

Presidente: D.ª Democrática União Brasileira representada por Carlos Santos Costa

1.º Secretário: D.ª de Leitura e Beneficência a Voz do Operário representada por Augusto Marques Oliveira

2.º Secretário: Academia de Santo Amaro, representada por Vitor M. P. Silva.

Aberta a sessão às vinte e três horas tomou a palavra o Presidente da Mesa que teve algumas considerações sobre o acto que se ia efectuar.

O 1.º Secretário do Executivo anterior Alberto Pereira Ramos leu o Relatório e fazendo votos de bom trabalho saudando ao mesmo tempo as três senhoras que doravante fazem parte da nova Direcção.

Seguiu-se Mário Branco, que fez uma explanação sobre as contas do Exercício de mil novecentos e oitenta e três, oitenta e dois e oitenta e três, analisando as causas de Resultados.

O Presidente do Conselho Fiscal desejou que a recuperação financeira se realize e endereçou um voto de louvor à Direcção cessante.

*f. f. f.*

Abertas as inscrições para que as Federadas se pronunciassem, Raul Augusto V. Vas de Clude Futebol Benfica, fez alguns reparos a falhas de esclarecimentos que no seu entender deveriam ser dadas no Relatório, dado que não existe um Boletim e que aquele é muito incompleto.

Jamie de Carvalho da Sociedade Fitarmónica União e Espinho (Lisvalense diz que fala sentado por gostar de dizer coisas e não palavras, que nos devemos assumir e dar à Federação trabalho e experiência. Reconhece a justiça de algumas observações do orador antecedente sobre o Relatório, mas que tudo foi feito com muita dignidade e para dignificação da colectividade.

Diz preferir o termo Colectividades Populares de Cultura e não de Colectividades de Cultura Popular e acha-se contrário a votos de louvor por entender que as pessoas vêm aqui para trabalhar e não para serem louvadas.

Jamie de Jesus Vicente Siverio de Desportos e Juventude de Vila Sintra, que o grau de participação da Federação em actos que participou foi muito positivo, (fere não está de acordo com a participação da Federação na C. Desportos dado que o seu trabalho é uma espécie de U. G. T. das Federações criticando a sua actuação. A Federação foi o motor do Organismo dos Deficientes onde temos uma palavra a dizer.

Não fala sobre o presidente da Direcção cessante apenas por ele não estar presente.

Pereira Ramos agradeceu a intervenção do colega Antão Vital dizendo que se fiziam críticas justas ao Relatório e que a razão de ser do simpativo foi por problemas de custos.

Raul Vitar que não fala por falar e que a

leitura que fez do Relatório não é para chocar  
pessoas e que a grandeza humana está em se  
ser capaz de aceitar as críticas.

Carlos Bernardino Almeida do Clube Revolucionário do  
Freixo, diz que está repa geral em desacordo com  
o colega Vitor, mas no caso das críticas as subs-  
creve e que compreende os problemas que a Direcção  
suportou. Pediu que o esclarecessem sobre as  
despesas e receitas das ranchas, que no  
sector do teatro fomos marginalizados pelos  
Ultramismos oficiais, que o Quartel é o condu-  
tor das Bandas da pais. Criticou o Conselho  
Fiscal por não falar no abandono do Presi-  
dente da Direcção e lamentou a sua posi-  
ção.

O Presidente da Mesa lembrou que se apro-  
ximava a uma hora da manhã e que  
os oradores se limitassem ao ponto em dis-  
cussão.

Aurólio Ferreira da Sociedade C. R. do Vale  
do Calvo. Misurge se contra o termo Salvo  
usado por Carlos Bernardino e que tendo  
a Federação, Federadas desde o Humbro ao  
Algame, deve ter um elo mais estreito com  
todas elas e que está disposto a dar toda  
a sua colaboração.

Academia Almeidaense pela voz do seu  
representante diz que o Relatório é qualista  
em relação ao trabalho feito e que se devia  
responder às questões feitas.

Joaquim Augusto Rebelo representante da  
Sociedade Filarmónica Democrática  
Humbro Seixalense, que todos temos Razão  
estamos em Democracia e devemos e  
deveríamos homenagear o trabalho da Direcção.

*A. Pereira*

Alberto Pereira Ramos responde a perguntas  
várias, que é preferível não editar o Boletim  
do que deixar de pagar o ordenado aos fem-  
eionários, que não se tem ido a vários en-  
contros por falta de verba, que o Congresso  
já há anos se cria em encadeiros em  
contos de laços, porque se não tem feito, mas de-  
vemos lutar para que se realize, que a Fed-  
eração está comprometida com o encontro  
das Colectividades de Setúbal e que se pro-  
cedesse à votação do Relatório e Contas.

Talou ainda o Senhor Vitor que pensa  
que com as Colectividades a Federação  
tem possibilidades de fazer o Congresso.  
O Presidente da Mesa deu por esclare-  
cidos os pontos em análise e foi posto a  
votação o Relatório e Contas o qual foi  
aprovado por unanimidade com vinte  
e um votos das Federações presentes.

Foi posto à discussão o aumento  
para mil novecentos e oitenta e quatro  
e custódia da Sociedade Cultural  
e Recreativa de Vale do Calvo Beselga,  
pretende saber qual o montante da  
quotização.

Joaquim Rebelo informou que está pre-  
visto um aumento para cento e oitenta  
Escudos.

Paul Vitor pergunta qual é a contrapar-  
tida que a Federação dá pelo aumento  
da quota, ao que Pereira Ramos respon-  
deu que pelo simples facto de estarem  
filiação nesta Federação, dá-lhes direito  
a qualquer por cento entre outras  
regalias, o que em parte justifica o

17  
aumento do quinquenal.

Joze Gomes da Sociedade Flamoiense  
Alunos de Sport, dá uma acbeja a  
este asseuto dizendo que é para evitar  
os aumentos constantes que se verificam  
e acha que alguns elementos mais detra-  
hidos deveriam ser esfolorecidos às  
Federadas e lamentava que algu-  
mas Federadas tivessem abandonado  
a sala.

Mano Barreiros de Sport Alge's e Delfundo  
Teunora que isto é um ordeman para  
ser aprovado ou não e que o momento  
é de actos e não de palavras.

Tudo o ordeman à votacao foi apro-  
vado por unanimidade com dezotto  
votos das Federadas presentes.

Não havendo mais nada a falar, foi a  
sessão encerrada a uma hora e vinte  
minutos, do dia vinte e oito de Abril  
de mil novecentos e oitenta e quatro,  
lavrando-se a presente Acta.

O Primeiro Secretário da Mesa do Assan-  
bleia Geral. Augusto Marques Oliveira.

Carlos Augusto Silva  
segundo secretario

*f. f. f.*

---

ACTA N.º 19

---

Aos 12 Dias do mês de Abril de 1985 pelas 21 horas e dez minutos realizou-se na sede desta Federação uma Assembleia Geral Ordinária com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Apreciar, discutir, e votar, o Relatório e contas da Direcção e respectivo parecer do Conselho Fiscal, Respetante ao ano de 1984 e o Orçamento para o exercício do ano corrente.

---

A reunião contou com a presença de 27 Electividades Federadas conforme consta no respectivo livro de presenças.

---

Por não estar presente o 2.º secretário titular da Mesa da Assembleia Geral, foi posto à consideração da Assembleia quem o haveria de substituir, sendo eleito Jaime de Carvalho da Sociedade Filantrópica União Círculo Divulgeuse, que ocupou o lugar, ficando assim completa a Mesa que presidiu aos trabalhos.

---

Depois de algumas falas sobre o fato que se ia seguir, o presidente da Mesa consultou a Assembleia sobre a participação de um representante do Sport Lisboa e Camfobide que não era fundador da credencial, sendo o mesmo autorizado pela Assembleia a participar nos trabalhos. Da mesma forma estatutariamente o referido antes da ordem de trabalhos não seja obrigatório nos actuais Estatutos o Presidente pôs à consideração da Assembleia se seria necessário ou não, sendo deliberado que o mesmo tivesse lugar no final da reunião.

---

O Representante do Gimásio Clube Português propôs que não fosse lida a Acta da Assembleia anterior.

Foi a pro posta admitida e posta à discussão.

---

O Representante do G.D. Ponto Santo entende que a Acta deve ser lida para que dela tomem conhecimento aqueles que não estiveram presentes nessa reunião, sendo da mesma opinião os representantes

tes da Academia Recreativa de Sacavém e Grupo R. do Tejo.

Foi consultada a Assembleia se deveria ser ou não ser lida a Acta, pronunciando-se esta pela sua leitura, a qual foi feita pelo 2.º secretário Jaime de Carvalho.

O representante do G. D. Porto interveio para dizer que não quis invadir as pessoas e que a leitura da Acta o esdaneceu sobre o trabalho feito.

Pereira Ramos da Alameda teve algumas considerações sobre a proposta apresentada, que o seu conteúdo teve a sua concordância pelo seu entendimento ser aprovada.

O presidente Carlos Costa propôs a Acta para a aprovação a qual foi aprovada por unanimidade.

Foi lido o Expediente pelo 2.º secretário, o qual não suscitou qualquer intervenção.

Na continuação dos trabalhos o presidente da mesa pôs a discussão o Relatório e em uso da palavra o vocal do Executivo, representante da Associação Ilhas Limpas lê o Relatório, sendo o parecer do conselho Fiscal lido pelo representante do Clube V. Carcém. Abertas as inscrições para apreciação e discussão tomou a palavra o C. R. do Tejo que diz apreciar o trabalho desenvolvido pela Direcção e lamenta a falta de Capital com que se deflete a Federação e bem assim a falta de não se ter referido no Relatório a participação da Federação no furo do maior festival de Teatro Amador que se realiza em Portugal. Entende também que no Relatório se deveria referir as obras as quais foram iniciadas por força das circunstâncias aproveitando assim para ser criticada a Câmara Municipal e os Governantes deste país, para quem a Federação continua a ser entendida.

Helder de Carvalho, do executivo da Federação lamenta o facto de o Relatório não mencionar a fan-



tuição da Federação no Juri do Festival de Teatro  
 promovido pela ZUT, e dá a culpa desta omissão  
 Cár ao Executivo. O Presidente da Direcção no uso  
 da palavra refere as falas do orador anterior  
 e lamenta igualmente o lapso cometido e presta  
 alguns esclarecimentos sobre as contas apresen-  
 tadas.

O Representante da Casa do Alentejo diz que tem a-  
 comfandado os trabalhos da Federação e acha que  
 as contas apresentadas estão certas, que foi um es-  
 forço e lamenta que a Federação de não tivesse avistado  
 para participar no encontro sobre o ZUT, que se reali-  
 zem na voz do Operário.

Raul Vilas do C.F. Benfica entende que o Relatório  
 é muito resumido e que a Federação não ofoute es-  
 forço para o futuro.

Pereira Ramos no uso da palavra diz que as contas  
 apresentadas demonstram a vida difícil das Colectivi-  
 dades, o que originou ter que se mexer na verba que es-  
 tava a fazer. Com gratidão-se pelo Ministério ter conce-  
 lido à Federação a Medalha da Cultura e que pela 1.<sup>a</sup>  
 vez tivessem tido um subsídio oficial. Endereçou  
 os seus parabéns à Federação pelo trabalho feito em  
 1984 e aproveitou para informar que a convocató-  
 ria sobre o ZVA, foi realmente enviada à Casa do  
 Alentejo.

Jorge Gomes do Executivo da Federação, justifica a  
 elaboração do Relatório nos moldes em que foi fei-  
 to, realça acções que foram desenvolvidas, que o Exe-  
 cutivo tem falta de elementos e afeta à Assembleia  
 que indique melhoradores, informou que os subsídios  
 já estão em poder da Federação mas contabilística-  
 mente só serão contabilizados no próximo exer-  
 cício e sobre as Obras diz que não está a fazer  
 unicamente e muito menos o Presidente da Câmara

Municipal. —

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral interveiu, dizendo que estatutariamente não é executível a ideia do Jorge Gomes em cooptar elementos que coadjuvassem a Direcção. —

O Presidente da Direcção aceita as críticas que foram feitas ao Relatório e diz se os novos Estatutos já estivessem aprovados haveria mais possibilidades de divisão das tarefas e maior fructificação na sua execução. —

Paul Vilar interveiu para dizer que se tem de fazer um alerta às Colectividades chamando-as à gestão da Federação e que o relatório seja junto num outro documento mais explícito e fecundo.

O C.R. do Feijó no meio da fala diz que é importante que as Colectividades da provincia saibam o trabalho útil que a Federação tem feito e louva a Direcção pelo seu trabalho. —

Pela União Desportiva de Vila Chã foi dito que se aprovem os Estatutos o mais rapidamente possível e exemplifiquem: - Se a Federação tem mil associados e estas mil sócios, todos juntos somam uma grande força de cem mil. —

Foi entregue na Mesa uma proposta pelo delegado da Magalhães Lima para que a sessão continue fora além das 24 horas. Admitida e posta à aprovação, foi a mesma aprovada por maioria. —

Holden Carvalho justifica e lamenta que no Relatório não venha tudo o que se fez e que se há assuntos que dizem a 1985 eles não poderiam ser incluídos neste documento que se refere a 1984.

O delegado da Magalhães Lima justifica o formato da sua proposta e a roverta para se manifestar contra dirigentes da Federação pelas suas mesquinhas pers. pessoais e emotivamente diz que não o abor

f. Franca

Recam muito se não se vai embargado a propósito do Helder de Carvalho.

A vogal da Direcção Natália justifica o Relatório, afeta a união de todos e acha que este documento deveria ser feito com todos os elementos dos Comités Sociais que é preciso haver entendimento para que se não crie uma má imagem da Federação, o que não corresponde à verdade.

Pereira Ramos diz que a discussão teve sido muito útil e especial para os dirigentes novos aqui presentes e entende que se deve fazer a votação dos documentos e em discussão.

O Presidente da Mesa põe a votação do Relatório, Contas e Parecer do Conselho Fiscal, sendo estes documentos aprovados por unanimidade.

Passou-se de imediato à análise do Orçamento para 1985 e o delegado da C&E de Alentejo, que, longe de ter criticado o trabalho desenvolvido pela Direcção, foi antes um alerta para uma maior unidade e incentivo para todos. Que os federados devam contribuir para superar as despesas da Federação para que esta continue cada vez mais forte na defesa do associativismo e formule votos para que as acções e desenvolvimentos sejam cada vez mais intensas no sentido de cativar para a Federação novas filiações.

O Clube F. Benfica diz que a força da Federação deve vir das Colectividades para as quais está ao seu serviço, que a venda de 200 contos onçamentada para a edição do Boletim é a necessária para seu engrandecimento e termina felicitando a Direcção pela elaboração do Orçamento.

A Academia Alentejense teme que não se edis:

27  
Ga chegou ao fim do ano de 1985 sem serem pl-  
fina falta das as previsões orçamentadas, que a  
Direcção continue na captação de novas filiações  
e expressa o seu voto de confiança ao trabalho  
que irá ser feito em 1985.

Na continuação da análise do Orçamento o Ple-  
be Recreativo do Feijó fez muita o porquê de di-  
ferença entre o aumento de verbas para o Gabinet-  
te de Apoio Jurídico eo aumento conseguido pa-  
ra pagamento de ordenados dos Serviços Admini-  
strativos achando um desfasamento em ter-  
mos percentuais das mesmas.

O Presidente da Direcção presta alguns es-  
clarecimentos sobre questões que foram colo-  
cadas e termina dizendo que a Federação tem  
uma boa imagem junto das Federações que fa-  
tente quando das Representações.

Tereisa Ramos explica o porquê do aumento  
da verba ao Gabinete Jurídico e que no Relató-  
rio deveria ter vindo um voto de louvor ao Advoca-  
do pelo bom trabalho feito ao longo de 5 anos  
e felizmente sempre mal remunerado.

Mais uma vez o G.R. Feijó interveiu para incenti-  
van os Conso Directivos a sempre que se possa si-  
Certar os convites que lhes são dirigidos pelas  
Federações, para a Federação estar presente nas suas  
festas.

Carlos Costa Presidente da Mesa da Assembleia Ge-  
ral põe o Orçamento a aprovação o qual foi a-  
provado por unanimidade pelas Federações presen-  
tes.

O Gabinet de R. Pontonês endereça um voto de Louvor  
à Mesa pelo forma inteligente como foram con-  
duzidos os trabalhos.

Também o C.R. do Feijó endereça um voto

f. Franca

de confiança a Mesa e João José da Adm desta As  
Suflera seja Aprovada em minutos. Esta esta  
a aprovação foi a mesma aprovada por unanimi-  
dade.

O Presidente da Mesa dirige algumas palavras  
 de congratulação pelo forma digna como decorre  
 Renau os trabalhos e endereça os seus votos de  
 parabenos aos jovens dirigentes presentes, que  
 estoicamente se mantiveram até final dos  
 trabalhos.

Por não haver mais nada a tratar, foi a ses-  
 são encerrada pela 1 hora e vinte e cinco minu-  
 tos, do dia 13 de Abril de 1978.

Jacques Chaves  
 Jaime Carvalho.

Calisto Tanzi  
 Manuel Soares de Sousa

## ACTA N.º 20

nos 31 dias do mês de Outubro de 1986 pelas 21 horas, reuniu-se a Assembleia Geral Extraordinária com a seguinte Ordem de trabalhos: —

Ponto único: — Apreciação, discussão e aprovação do Projecto dos Novos Estatutos, cujo exemplar, foi em tempo oportuno enviado a todas as Federações, para conhecimento do respectivo texto.

Por falta do Delegado da Academia de S. Amaro, membro da Mesa, foi convidado o Sr. Raul Coelho Dias representante da S. Bus. E. Cruz — Quebradense à Secretaria, ficando este constituído por: Carlos Costa — Presidente, Augusto Oliveira — 1.º Secretário, Raul Dias — 2.º Secretário. Com a presença de: 33 Federações iniciaram-se os trabalhos com a leitura da convocatória. O delegado do G.C. Portuense apresentou uma proposta para que não fosse lida a acta anterior a qual foi admitida e aprovada por unanimidade. No mesmo sentido e para que se entrasse imediatamente na ordem de trabalhos, o delegado do F.C. Lisboa apresentou também uma proposta a qual foi admitida e aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Presidente da Mesa pôs à discussão e votação o Projecto de Estatutos para que fosse votado na generalidade, sendo este aprovado por maioria. O Presidente da Mesa pediu ao Raul Vitor, como membro da comissão de redacção dos Estatutos para proceder à leitura destes e fim de ser apreciados e votados na especialidade. O ant.º 1.º e seus parágrafos 1.º e 2.º foram aprovados por unanimidade e o quanto ao parágrafo 3.º o Sr. Malheiro Brito apresentou uma proposta para que se emse-

de 1955 as colectividades fora do território Nacio-  
nal sob a jurisdição da Federação. Posta esta a  
votação, foi a proposta aprovada por maioria  
com 8 votos a favor, 6 contra e 2 abstenções.  
Como se então alguma controvérsia sobre as im-  
plicações jurídicas na alteração da redacção em-  
tra na Mesa um requerimento do delegado  
dos B.V. Caceú. Este requerimento prevê a  
consulta a um advogado para dar o seu fe-  
cer sobre a nova redacção do parágrafo 3.<sup>o</sup>  
do art.<sup>o</sup> 4.<sup>o</sup>, ficando assim este parágrafo sem  
seu voto.

O art.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> e suas alíneas foram aprovadas por  
unanimidade com a seguinte adenda este-  
rções:

Alínea d) "afirma os deficientes e suas orga-  
nizações comunitárias".

Alínea e) ficou com a seguinte redacção: Promo-  
ver acções dirigidas a' criação e' tenção de  
e aos deficientes.

Alínea i) Alterado para "Congressos Nacionais  
das Colectividades abertas".

Dado o adiantado da hora foi a sessão inter-  
rompida pelas 24,15 do dia 01/12 e sua con-  
tinua na próxima 6.<sup>a</sup> feira, dia 7/11 pelas 21  
horas.

Pelas 21 horas do dia 7/11/86 com a presença de: 11  
redondeas de-se iniciou a continuação da A. Geral  
para apreciação dos Estatutos, sendo a Mesa con-  
stituída por: Presidente Carlos-Costa - 1.<sup>o</sup> Secret.  
Pio Augusto Oliveira - 2.<sup>o</sup> Secretário Vitor Silva. Li-  
do o expediente toma a palavra Raul Vilas que in-  
forma que foi consultado o advogado para a  
apreciação do parágrafo 3.<sup>o</sup> do art.<sup>o</sup> 4.<sup>o</sup> a nova  
redacção é a seguinte:

38

"A sua acção dirige-se em todo o território nacional e no estrangeiro sobre todas as colectividades e outras associações federadas". Posta esta alteração à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade com 1 voto contrário.

Apresentada referente ao art.º 1.º, o S. A. D. Alfredo apresentou a proposta nº 1 com a seguinte redacção: "e tem a sua sede na Rua da Palma, 256/A, freguesia Socorro e concelho de Lisboa." Esta redacção foi aprovada por unanimidade.

O art.º 3.º foi aprovado por unanimidade.

Entrou na mesa a proposta nº 1 para alteração do art.º 4.º, a qual depois de admitida e aprovada dá a este artigo a seguinte redacção: "A Federação estabelecerá e manterá Relações com todas as Organizações, Federações ou Confederações Nacionais e Internacionais cujas actividades se realizem no seu âmbito." Esta votação foi aprovada por unanimidade.

Art.º 5.º - Subscreta por S. A. Alfredo e Alberto Pereira Courentina na Mesa uma proposta de alteração que dá ao art.º 5.º a seguinte redacção: "A Federação pode criar delegações em quaisquer localidades do território Nacional". Posta a votação foi esta redacção aprovada por unanimidade.

Art.º 6.º e seus anexos a e b, aprovados por unanimidade.

Artigo 7.º - São apresentadas 3 propostas de alteração: a nº 1 subscreta por S. A. Seixalense, a nº 2 por C. F. Benfica e a nº 3 por F. E. L. Em alternativa foi aprovada a proposta nº 1 que dá ao art.º 7.º nº 2 a seguinte redacção: "São consideradas auxiliares, as Colectividades, Associações ou outras organizações de portugueses legalmente



*J. Franco*

te e constituídas, sediadas fora do território nacio-  
nal, que pratiquem actividades de carácter des-  
portivo, recreativo ou cultural, cujos corpos gerentes  
sejam constituídos por aqueles e/ou os descendentes.  
O art.º 7.º fica constituído num todo dessa-  
maneira os seus n.ºs 1 e 2.

Art.º 8.º - Pela proposta n.º 1 referente a este  
artigo, e subscrita por Alberto Pereira Ramos  
e S.A.D. é alterada a redacção deste artigo que  
passa a ter a seguinte: "A Representação das  
Colectividades na Federação, será feita por inter-  
médio dos delegados, efectivo ou suplente, ou  
Representante devidamente credenciado." Esta  
nova redacção foi aprovada por unanimidade.

Dado o adiantado da hora deu-se por terminado  
a sessão, continuando na próxima sê-  
ra dia 13/11/86 pelas 21 horas.

Continuação da A. Geral para apreciação e vota-  
ção do Projecto de Estatutos. Com a presença de  
11 federações e a Mesa presidida por: Carlos Costa  
e Secretariada por Augusto Oliveira e Vitor  
Silva, pelas 21 horas do dia 13/11/86 deu-se  
início à sessão.

Foi lida a convocatória enviada ao Diário Po-  
pular e o Raul Vilas iniciou a leitura do an-  
tulado.

Entram na mesa 2 propostas. Subscrita por  
S.A. D. Afundo e Alberto Pereira Ramos a pro-  
posta n.º 1 (ref. ao art.º 9.º alínea e) foi apro-  
vada por unanimidade. A proposta n.º 2 referente  
à alteração de alínea c) art.º 9.º enviada pela Aca-  
demia Amadense foi rejeitada por unanimidade.

Todo o art.º 9.º e suas alíneas foi aprovado  
com excepção da alteração introduzida pela

Proposta n.º 1 Ref. a) alínea d) a qual fica com a seguinte redacção: "Parágrafo único: - A eleição dos Comités Gestores da Federação, só poderá recair em filiadas que não se encontrem em regime de Comissão Administrativa".

Art.º 10.º - A Proposta n.º 1 suscitada por S. F. Edilvelise e aprovada por unanimidade propõe no seu ponto 1.º que: a) alínea c) do art.º 10.º seja retirada deste artigo e introduzida como parágrafo único no art.º 15.º do cap. IV.

No ponto 2.º: que pela eliminação da alínea g) sejam alteradas as letras do art.º 10.º.

No ponto 3.º: que a alínea h) passe a ser parágrafo, eliminando-se do seu texto a alínea b).

A proposta n.º 2 suscitada por Clube Atlético de Alvalade foi aprovada com 8 votos a favor e 1 voto contra e introduza a seguinte alteração de redacção da alínea d) do art.º 10.º: "Receberá gratuitamente um exemplar do relatório e contas da Direcção com o parecer do C. fiscal e um exemplar do encargo para o ano seguinte, bem como todas as publicações eventualmente editadas pela Federação".

Foi aprovado todo o art.º 10.º com as alterações introduzidas por estas propostas.

Art.º 11.º - É apresentada a proposta n.º 1 suscitada por S. Simão Seixas Leite para alteração das alíneas a) e b) e a sua seguinte redacção e que foi aprovada por unanimidade:

Alínea a) - A colectividade federada será eliminada administrativamente, quando se verificar um atraso no pagamento das suas quotas.

Alínea b) - A colectividade federada só pode

ga' Ser eliminada por outros motivos em A. Geral e foi proposta da Direcção.

A reunião interrombida às 24 horas do dia 13/11/86 e continuará na próxima sexta-feira dia 23.

No dia 23/11/86 pelas 21 horas e trinta minutos deu-se início à continuação da Assembleia Geral para apreciação e votação do Projecto de Estatutos que contou com a presença de 12 federadas.

A Mesa foi constituída por: presidente Carlos Costa, 1.º secretário Augusto Oliveira e 2.º secretário Helder de Almeida Lopes.

A Berta a sessão foi lida a convocatória enviada no Diário Popular no dia 18/11. O delegado do G.R. Tencena pediu a falcua para expressar um voto de louvor da sua representada pelo bom trabalho levado a efeito pela Federação.

Raúl Vilas do C.F. Benfica iniciou a leitura do Clausulado e entraram na Mesa 2 propostas de alteração ao art.º 12.º: a n.º 1 subscrita por C.F. Benfica e a n.º 2 pelo C.A. Alvalade. As duas votadas em alternativa foi aprovada a proposta n.º 1 com 4 votos a favor, 2 contra e 3 abstenções a qual a seguinte é alterada do antigo 12.º para a seguinte Redacção "Associações Regionais e Federadas".

Art.º 13.º - Apresentada pelo C.A. Alvalade e 4.ª de Maria Almeida, a proposta n.º 1 de alteração ao art.º 13.º depois de votada e aprovada com 11 votos a favor e 1 abstenção de a este antigo a seguinte redacção: "Os cargos dos Corpos Gerentes serão desempenhados por delegados ou representantes -

devidamente credenciados das Colectividades fed-  
eradas e electivas!

Art.º 14.º - Apresentado na Mesa a proposta nº 1  
de alteração ao artigo 14.º, suscrita por S. M. Odi-  
velense a qual foi aprovada por unanimidade  
e que dá a este artigo a seguinte redacção:

"A eleição dos corpos gerentes será trienal e a-  
cairá em indivíduos com mais de 18 anos  
de nacionalidade portuguesa no pleno gozo  
dos seus direitos civicos".

Art.º 15.º - A S. M. Odivelense propõe pela propo-  
sta nº 1 ao artigo 15.º que seja acrescentado um  
parágrafo único a este artigo e que foi apro-  
vada por 11 votos a favor de 1 contra, ficando  
este parágrafo com a seguinte redacção:

Parágrafo Único: - As federadas e electivas têm  
direito a um voto cada".

Trabalha por intermissão pelas 24 horas e quinze  
minutos do dia 24/11/86. A qual continua-  
rá na próxima sexta-feira dia 28.

Continuação da Assembleia Geral para a aprecia-  
ção e votação do Projecto de Estatutos.

Com a presença de: 11 federadas e a Mesa presi-  
dida por Carlos Costa, Secretariada por Augusto  
Oliveira e pelo delegado do F. E. Lisboa, pelas 21h.

20 minutos do dia 28/11/86 deu-se início à ses-  
são. Raul Vilas começa a leitura do art.º 16.º  
e entram na Mesa 3 propostas de alteração: a  
n.º 1 suscrita pela voz do Operário, acaba de ser re-  
futada, a n.º 2 pelo C. R. "21 de Maio" e a n.º 3 E. F.  
Iberica. Entre a votação destas duas propostas é  
aprovada a n.º 2 com 6 votos a favor e 4 contra,  
dando a este artigo a seguinte redacção: "A Mesa da As-  
sembleia Geral compor-se-á de: Um Presidente -  
Um Vice-Presidente - Um Primeiro Secre-

*f. Franco*

Art.º 17.º - Um Segundo Secretário - Um Secretário Suplente.

Art.º 17.º - Por proposta verbal de S.ª. Odilveuse foi aprovada por unanimidade que fossem ratificadas deste artigo as seguintes palavras "de Deleçados presentes".

Art.º 18.º - Por proposta do F.ª. LIS 324, a qual foi aprovada por unanimidade, é acrescentado a este artigo o seguinte: "Parágrafo único: - "O Presidente da Mesa poderá usar o direito de voto de qualquer de desde que haja uma sinalização de empate." Em face desta alteração é eliminado o art.º 21.º

Art.º 19.º - A Proposta apresentada por S.ª. Odilveuse é aprovada por unanimidade e a este artigo a seguinte redacção "Art.º 19.º A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente: a) Anualmente, até 31 de Dezembro para discussão e votação do Orçamento para o ano seguinte.

b) Anualmente, até 31 de Março para discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção e do parecer do Conselho Fiscal.

c) Anualmente, até 31 de Maio para eleição das Câmaras Gerentes.

Art.º 20.º - Aprovada por unanimidade a proposta apresentada por "A Voz do Operário" que acrescenta a (línea d) a seguinte e fclgona convocação o seguinte: "Será obrigatório a presença de 2/3 das reuniões".

Reunião extraordinária às 24 horas do dia 28/11/87, continuando no dia 9/1/87, a qual foi adiada por falta de presença para o dia 16/1/87.

Sessão de 9/1/87 - Pela noite tempestuosa que se fazia sentir, que motivou o baixo número de

de presenças a esta sessão, a mesma não se realizou, estando presentes apenas os elementos referenciados.

Sr Carlos Costa

Sr Augusto Oliveira

Sr João Maria Rebelo

Sr Raúl V. Paz

Sr Jorge Gomes

tendo determinado que tenha continuação no próximo dia 16/1/87 pelas 21 horas.

No dia 16/1/87, pelas 21:30, em 2ª convocação e com a presença de 10 Fedeadas deu-se início à continuação da Assembleia Geral para apreciação e votação do Projecto de Estatutos.

A Mesa foi constituída por: Presidente Carlos Costa 1.º Secretário Voz do Presídio 2.º Secretário Académia R. Afonso.

colida numa carta em que o delegado da Federação Alentejana justificou a sua falta e esta reunião enviada ao presidente da Mesa Sr. Carlos Costa desejos de Bom Ano Novo.

O Presidente da Mesa fez um reparo pela ausência até este momento dos elementos do Conselho Fiscal que não têm comparecido às A. Gerais.

Dado que pela proposta nº 1 referente ao artigo 18.º votada em 28/11/86 foi eliminado o artigo 21.º e parte deste momento é alterada a numeração do anteprojeto, passando o artigo 21.º a fazer parte do capítulo V.

Leu-se a leitura do artº 21.º pelo Raúl Vilas e outra na Mesa numa proposta de A Voz do Presídio de alteração aos nomes dados aos membros da Direcção a Sual com uma proposta verbal da Sra. Seixasense foi aprovada por unanimidade e deu-se a este artigo a seguinte

f. 1.ª

### Composição:

- Um Presidente
- Um Vice-Presidente
- Um 1.º Secretário
- Um 2.º Secretário
- Um Tesoureiro
- Um Vice-Tesoureiro
- 5 Vogais.

Artigos 22.º - 23.º - 24.º - 25.º: Não sofreu alteração.  
 Artigo 26.º - Alteração para ... o delegado ou representante da Colectividade.

Artigo 26.º - Parágrafo 2.º: Por concenso verbal dos elementos presentes é alterado para: ... a qual matéria será preenchida na próxima A. Geral extraordinária a pedido da Direcção Distrital nos da alínea b) do artigo 20.º.

A sessão foi interrompida às 24 horas, continuando no próximo dia 23/1/87.

Pelas 21,30 horas do dia 23/1/87 deu-se início à continuação da A. Geral para apreciação e votação do Projecto de Estatutos, a qual contou com a presença de 12 federadas. A Mesa foi constituída por: Presidente Carlos Costa e Secretária da por Helder Lopes e Augusto Oliveira.

Art.º 27.º - Não sofreu alteração.

Art.º 28.º - Onde se diz art.º 23.º alterado para o art.º 22.º.

Art.º 28.º alínea b): - Pela Proposta nº 1 da Tereza Seixalense e aprovada por unanimidade é alterada a sua redacção que passa a ser a seguinte: Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em todas as suas funções na ausência ou impedimento do mesmo. Enquanto ocorre, dezan os seguintes: Administrativo, Cultural, Desportivo e Recreativo, coordenado pelos 5 Vogais da

## Direcção.

Art.º 28.º Alínea c): - Pela proposta nº 2 Subscrita por Timbre Seixaleuse e aprovada por unanimidade é alterada a sua redacção que passa a ser a seguinte:  Ao 1.º Secretário, compete dirigir todo o expediente da secretaria, programar o seu plano de funcionamento, despachar e assinar toda a correspondência e documentação corrente, lançar Actas da Direcção, coadjuvado pelo 2.º Secretário.

Art.º 28.º Alínea d): - Pela proposta nº 3 Subscrita por Timbre Seixaleuse e aprovada por unanimidade é alterada a sua redacção para:  Ao Tesoureiro compete: Elaburar o Documento anual, annuário sob sua inteira responsabilidade os fundos da F.P.C.C.R., escriturar ou mandar escriturar todo o movimento contabilístico. Dar a conhecer mensalmente a situação financeira da Federação, efectuar e mandar efectuar as cobranças e pagamentos e apresentar no final de cada ano o Balanço e Contas de Resultados, coadjuvados pelo Vice-Tesoureiro.

Art.º 28.º Alínea e): - Pela proposta nº 4 do Timbre Seixaleuse e aprovada por unanimidade é alterada a sua redacção para:  Aos Vocais ser-lhe-ão atribuídos os diversos Pannos previstos na alínea f) sob a coadjuvação do Vice-Presidente. A atribuição fan. se. é na 1.ª reunião efectuada pela Direcção.

Art.º 29.º: - Não sofre alteração.

Art.º 30 e suas alíneas: - Não sofre alteração.

Art.º 31: - Pela proposta nº 1 a este antigo é acrescentada pela voz do Ofendido aprovada por unanimidade é introduzida a seguinte redacção:



*f. Franco*

O Conselho Fiscal reunirá sempre em lugares convenientes por convocatória do Presidente e obrigatoriamente uma vez por mês.

Art. 32.º: - A redacção deste artigo que estava no 31.º mantém-se: O membro do C. Fiscal, etc....  
... (acrescentar apenas): O Delegado ou representante da Colectividade.

Art. 33.º: - Não sofre alteração - "Das Reuniões do C. Fiscal etc"....

Art. 34.º: - Não sofre alteração - "O Conselho Fiscal, etc"....

A sessão interrompeu-se às 24 horas, continuando no próximo dia 30/1/87.

Pelas 21,30 do dia 30/1/87 deu-se início à continuação da Assembleia Geral para apreciação e votação do Projecto de Estatutos a qual contou com a presença de 9 federadas. A Mesa ficou constituída pelo Presidente Carlos Costa, secretariado por Augusto Oliveira e Manuel Guiza da Silva.

Art. 35.º: - Pela proposta nº 1 da Tímote Seixalense e aprovada por unanimidade é alterado este artigo para: Conselho Geral - em lugar de Conselho Superior de Orientação. Também a sua redacção é alterada para: O Conselho Geral é uma orgão Consultivo de Apoio da Direcção da Federação Portuguesa das Colectividades Culturais e Recreativas, constituído por antigos dirigentes das Colectividades.

Art. 36.º: - Não sofre alteração.

Art. 37.º: - Pela proposta nº 1 A da Tímote Seixalense e aprovada por unanimidade são eliminadas as cláusulas anteriores deste artigo e é-lhe dada a seguinte redacção: Compete ao Conselho Geral: Dar pareceres quando chamado a pronunciá-lo a pedido da Direcção, sobre qual quer assunto ou problemas que lhe sejam postos.

18  
Art.º 38.º - Pela proposta nº 13 apresentada pelo Tim-  
Bre Seixaleense e aprovada por unanimidade é dado  
a este artigo a seguinte redacção: Os Pleneários do Con-  
selho Geral só serão válidos quando tomados por maio-  
ria, os seus serão traduzidos por escrito.

Art.º 39.º - Não sofre alteração

Art.º 40.º - Pela eliminação do anteprojeto do Conselho  
Regional de Federadas O capítulo VIII passa a tra-  
tar de "Das Associações Federadas" sendo o sempre-  
meio antigo o 40.º, pela proposta nº 1 e aprovada por  
maioria com voto contra da S. M. Cruz Quebradense  
e uma abstenção de A. Voz do Pensar, sofrendo assim  
alterações aonde dos antigos. A eliminação acima  
referida foi proposta pelo Clube Futebol Benfica.

#### "PROPOSTA"

Face ao que se actual relativamente à Regionali-  
zação do País, pensamos que é mais sensato e de-  
ixar para uma melhor oportunidade a organiza-  
ção das colectividades em termos regionais.

Desta maneira, fica em suspensão todo o an-  
ticipado proposto no capítulo VIII, artigos 40.º,  
41.º e 42.º.

Pela proposta nº 14 apresentada pelo G. E. "Os E-  
conómicos" e aprovada por unanimidade "Do Con-  
selho Regional de Federadas" passou a denominar-  
se "Das Associações de Federadas" e bem assim é  
eliminado o parágrafo único. Desta forma o arti-  
go 40.º do capítulo VIII passa a ter a seguinte re-  
dacção: As Associações de Federadas são órgãos da  
F.P.C.C.R. destinadas a coordenar, promover e di-  
minuir as actividades das Federadas, em colabo-  
ração com a Federação.

Art.º 41.º - Pela proposta nº 1 subscrita pelo G. E. "Os  
Económicos" e aprovada por unanimidade é  
alterada a redacção deste artigo para: As As-

f. Franco

Sociedades de Federadas são órgãos da F.P.C.C.R., destinadas a coordenar, promover e dinamizar as actividades das Federadas, em colaboração com a Federação.

Art.º 41.º - Pela proposta n.º 1 suscrita pelo G.E. "OSECOMÓNICOS" e aprovada por unanimidade é alterada a redacção deste artigo para: As Associações de Federadas serão criadas por iniciativa das Colectividades de uma mesma região, com um mínimo de 20, ou por iniciativa da F.P.C.C.R., regulando-se por regulamento próprio, de acordo com os Estatutos e Regulamento da Federação.

Pela mesma proposta é alterado o parágrafo único que passa a ter a seguinte redacção: Este Regulamento deverá ser submetido à aprovação da F.P.C.C.R. para ser presente em Assembleia Geral para discussão e votação.

Art.º 42.º - Verbalmente foi acordado que este artigo e seu parágrafo único sofressem ligeiras alterações passando para: As Associações e Federadas terão a seguinte composição: Um Presidente - Um Secretário Administrativo - Um Secretário Técnico para a Área Cultural - Um Secretário Técnico para as Áreas Desportivas/Recreativas - Um Tesoureiro.

Parágrafo Único: - Os cargos nas Associações Federadas deverão ser desempenhados sobretudo por ex-dirigentes ou ex-praticantes. Sempre que um dos seus dirigentes tenha abandonado o cargo ou pedido a demissão, pode ser escolhido um substituto, acto que deverá ser sancionado na 1.ª reunião que se efectuar entre as respectivas Colectividades. Esta substituição deve ser comunicada à Federação por intermédio das Colectividades de Cultura e Recreio.

A. Reunião às 24 horas foi interrompida, e

Continua no dia treze de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e sete.

Pelas vinte e uma horas e trinta minutos do dia treze de Fevereiro reuniu a Assembleia Geral, tendo Secretariado a Mesa o Clube Recreativo de Sacavém e a Sociedade Musical Odivelense.

Estiveram presentes as seguintes associadas: Clube Recreativo de Sacavém, Sociedade Musical Odivelense, Clube 1.º de Maio, Grupo Desportivo e Recreativo de Francos, Clube Futebol Benfica Sociedade Clube Soraense e Academia Recreativa "Leois Amigos". Dando continuidade aos trabalhos de revisão dos estatutos foram discutidos os seguintes artigos:

Artigo 43.º - Foi aprovado por unanimidade uma proposta da Sociedade Musical Odivelense que propõe para este artigo a seguinte redacção "Os órgãos sociais das associadas Federações serão eleitos trienalmente pelas respectivas colectividades".

Artigo 44.º - Foi rejeitado com cinco votos contra, dois a favor e uma abstenção uma proposta da Sociedade Musical Odivelense. Que propunha a eliminação deste artigo por desnecessário.

Artigo 45.º - Foi aprovado por quatro votos a favor e quatro abstenções.

Artigo 46.º - Foi eliminado por unanimidade.

Artigo 47.º - Foi eliminado por unanimidade. A sessão foi interrompida pelas três horas do dia quatorze continuando a Assembleia na data a anunciar.

Pelas vinte e uma horas e trinta minutos do dia doze de Março de mil novecentos e oitenta e sete deu-se início à continuação da A. Geral para apreciação e votação do Projecto de Estatutos a qual contou com



a presença de dez Federadas.

A Mesa foi constituída pelo presidente Carlos Costa e Secretariada por Sr. Augusto Oliveira e Sr. Basílio D. Carvalho do C.A. Alvatade em substituição do delegado efectivo que não esteve presente.

#### CAPÍTULO IV

DO CONGRESSO NACIONAL DE COLECTIVIDADES

Art.º 48.º - Por proposta verbal do Sr. Raul Vilare e aprovada por unanimidade é alterado para: O Congresso Nacional das Colectividades é o órgão SUPREMO

Art.º 49.º - Por proposta verbal do Sr. Raul Vilare e aprovada por unanimidade é alterado para: em Assembleia Geral por proposta do pleucário de Corpos Coerentes.

Art.º 50.º - Por proposta verbal do Sr. Raul Vilare e aprovada por unanimidade é alterado para: assoc.ativismo e formação de quadros que visem...

Art.º 51.º - Aprovado por unanimidade é alterado para: da F.PCCR. e os Presidentes das Associações Federadas.

#### CAPÍTULO V

DA DISCIPLINA E PENALIDADES

Art.º 52.º - Proposta verbal do Sr. Raul Vilare e aprovada por unanimidade para diminuição deste, passando o antigo seguinte a SM o n.º 52.º

Art.º 52.º - Proposta verbal do Sr. Raul Vilare para a eliminação da e) e dos parágrafos 4.º e 5.º que foi aprovada por unanimidade. Passando a para de expulsão a SM a alinea e) e ficando em 4 parágrafos: o parágrafo 1.º é de seguinte Redacção: 4 Direc. da F.PCCR e as des...

Art.º 53.º - Aprovada a sua redacção actual por unanimidade.

Art.º 54.º - Aprovada por unanimidade a sua Redac.

com as seguintes alterações das alíneas e) d) e):  
Eliminadas as e) f). Alterado para: subordinadas à  
elaboração de pareceres.

Art. 55.º: - Aprovada por unanimidade a sua redacção actual.

## CAPÍTULO XI

### DO PATRIMÓNIO

Art. 56.º: - Por proposta verbal do Sr. Carlos Costa e aprovada por unanimidade é alterado para: Que lhe venham a ser doados ou legados ou quaisquer rendimentos que venha a usufruir. Mantém-se o fidejussorato mútuo.

## CAPÍTULO XII

### DAS INSIGNIAS DA F.P.C.C.R.

Art. 57.º: - Aprovado por unanimidade a alteração do parágrafo 1.º para: ou ainda Aduelas e Quem por mérito lhe seja atribuído.

Art. 58.º: - Aprovado por unanimidade

Art. 59.º: - Aprovado por unanimidade

Art. 60.º: - Aprovado por unanimidade

Art. 61.º: - Aprovado por unanimidade

## CAPÍTULO XIII

### DOS GALARDÕES

Art. 62.º: - Aprovado por unanimidade a reunião foi interrompida às vinte e duas horas continuando no próximo dia vinte de Março de Mil novecentos e oitenta e sete.

Pelas (22 horas) vinte e duas horas do dia vinte de Março de Mil novecentos e oitenta e sete iniciase a continuação da A. Geral para apreciação e votação do Projecto de Estatutos a qual contou com a presença de onze Feduadas.

A Mesa foi presidida pelo 1.º Secretário Sr. Augusto de Oliveira por impossibilidade do Presidente Sr. Carlos Costa, não estarem presente pelo

f. Fonseca

falecimento de um familiar, e secrete tenido por Sr. Eduardo Fonseca e pelo representante do Clube R. Sacaveu.

#### CAPITULO XIV

##### DAS RECEITAS E DESPESAS

Art.º 63º: - Por proposta verbal do representante do C.R. Sacaveu é retirada a palavra benefícios da alínea g).

Por proposta verbal do Sr. Raul V. Par é retirada a palavra Multas da alínea f).

Todas as propostas foram aprovadas por unanimidade.

Art.º 64º: - Alterado para: As remunerações dos soal.

Pela proposta de alteração nº 1 subscrita pelo Sr. N. Odivelense a alínea d) deste artigo passa a ter a seguinte redacção: As de representação da Federação a efectuar pelos Comités Gerentes, que serão reembolsados de acordo com uma tabela aprovada em reunião de Comités Gerentes.

Alínea e) é retirada e a palavra critérios é substituída pela palavra eventualmente.

Alínea f) é retirada a expressão a atribuição de e substituída por com.

Todas as alterações propostas foram aprovadas por unanimidade.

#### CAPITULO XV

##### Disposições Gerais

Art.º 65º: - Este artigo passa a ter a seguinte redacção: A duração do T.P.C.C.R. é limitada e sua dissolução só poderá ser decidida em A. Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim.

Os parágrafos 1º e 2º deste artigo desaparecem e é introduzido um parágrafo único que tem a seguinte redacção: A Assembleia Geral de dis-

Solução Remirá em 1.<sup>o</sup> convocação com  $\frac{3}{4}$  das colectividades federadas constantes do Registo Federativo e em 2.<sup>o</sup> convocação com  $\frac{2}{3}$  das mesmas. —

As alterações introduzidas a este antigo foram aprovadas por unanimidade.

Art. 66.<sup>o</sup> - Por proposta da voz do Perito e aprovada por unanimidade este antigo passa a ter a seguinte redacção: —

1- No caso de dissolução da Federação, competirá a Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária. —

2- Os poderes da Comissão Liquidatária ficarão a parca dos actos meramente conservatórios e necessários para a liquidação do património, bem como a execução dos negócios pendentes. —

Art. 67.<sup>o</sup> - Alteraram-se as posições dos antigos 67.<sup>o</sup> e 68.<sup>o</sup> designando o antigo 71.<sup>o</sup> o antigo 67.<sup>o</sup> e passará a ter a seguinte redacção o antigo 67.<sup>o</sup>: O Regulamento Geral Interno da Federação completará o disposto nestes Estatutos e será aprovado em Assembleia Geral. As alterações introduzidas foram aprovadas por unanimidade. —

Art. 68.<sup>o</sup> - Cortada a vírgula na palavra Estatutos. —

Por unanimidade foi deliberado eliminar os antigos 69.<sup>o</sup> e 70.<sup>o</sup>, ficando estes Estatutos com 68 artigos.

Por último foi deliberado constituir uma Comissão de Redacção a qual ficou composta por: —

Sr. duardo ronseca . . . . . Sr. Odive Luis —

Sr. Basilio Carvalho . . . . . P. A. Aguado —

Sr. Perito Ramos . . . . . Membro do Conselho S. Américo —

Esta comissão apresentará os Estatutos na sua forma definitiva na próxima sessão desta A. Geral a convocar oportunamente. —



# ESTATUTOS



f. Franca

É por não haver mais nada a tratar, foi a sessão encerrada pelas 23 horas e em seguida, minutos da dia vinte de Maio de mil novecentos e quarenta e sete.

PRESIDENTE: -

*Calisto Tanzi*  
Calisto Tanzi de Oliveira

SECRETÁRIOS: -

*Paulina*  
Vita Manuel Maria Pedro de  
Feliz de Almeida  
Mário de Almeida

*Albino*  
Frederico António de Almeida  
Eduardo Manuel Estreito Fomica  
Paulo Duarte de Carvalho

CAPÍTULO I

DA Constituição, Objeto e Fins

Artigo 1.º

1- A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio adiante indicada por T.P.C.C.R. resultou da fusão da Federação das Sociedades de Educação e Recreio, fundada em 31 de Maio de 1924, e a Federação das Colectividades do Distrito do Porto de Educação e Desporto, fundada por alvará de 7 de Julho de 1944.

É a única entidade que representa as Colectividades em outras Associações de Cultura, Recreio e Desporto no seu contexto como pessoas jurídicas e tem a sua sede na Rua da Palma, 256A, freguesia do Socorro, Queluz de Lisboa.

2- É constituída por um número ilimitado de Colectividades em outras Associações que praticam actividades nas áreas cultural, recreativa ou desportiva.

3 - Regem-se pelas disposições legais, pelos presentes Estatutos e pelo Regulamento Geral em anexo.

4 - A sua acção exerce-se em todo o território nacional e no estrangeiro sobre as Colectividades e outras Associações fedradas.

### Artigo 2.º

A F.P.C.C.R. tem como principais objectivos:

a) O estabelecimento do associativismo, de modo a que as Colectividades promovam a sua valorização;

b) Incentivar a realização das Colectividades ou Associações que se dediquem à cultura, ao Recreio ou ao Desporto;

c) Dinamizar a criação de secções culturais, de recreio ou desportivas em Colectividades ou Associações, recorrendo para o efeito à colaboração das Federações Nacionais das várias modalidades;

d) Promover acções de tempos livres e promover, através das Colectividades ou Associações, auxiliar as populações no combate à droga, ao alcoolismo e ao analfabetismo e apoiar os deficientes e as suas organizações comunitárias;

e) Promover acções dirigidas à criança, à terceira idade e aos deficientes;

f) Desenvolver uma acção intensa pela Paz entre os Povos;

g) Promover e facilitar a realização de encontros Regionais e nacionais;

h) Promover acções de formação semi-únicos e encontros com vista à formação de quadros;

i) Realizam Congressos Nacionais das Colectividades abertas à participação de todas as Associações e Colectividades do País, nas áreas da Cultura, Recreio e Desporto.

f. Franco

Artigo 3.º

Para a consecução destes fins a F.P.C.C.R. solicitará os apoios necessários das entidades oficiais. —

Artigo 4.º

A F.P.C.C.R. estabelecerá e manterá relações com todas as Organizações, Federações ou Confederações nacionais e internacionais cujas actividades se misturem no seu âmbito. —

Artigo 5.º

A F.P.C.C.R. pode criar delegações em locais ou localidades do território nacional. —

Capítulo IIDAS FEDERADASArtigo 6.º

As colectividades Federadas dividem-se em duas categorias: —

a) Efectivas; —

b) Auxiliares; —

Artigo 7.º

1- São consideradas Efectivas as Colectividades que si data da aprovação destes Estatutos já estavam federadas e as que venham a federar-se de acordo com as presentes disposições estatutárias;  
2- São consideradas Auxiliares as Colectividades de portugueses legalmente constituídas, sediadas fora do território nacional, que pratiquem actividades de carácter desportivo, recreativo, ou cultural, cujos corpos gerentes sejam constituídos por aqueles e ou descendentes. —

Artigo 8.º

A representação das Colectividades na F.P.C.C.R. será feita por intermédio do delegado efectivo ou suplente, ou representante devidamente credenciado. —

Artigo 9.º

São deveres das Colectividades Federadas: —

- a) Ocumprir todas as disposições dos Estatutos e do Regulamento Geral Interno e bem assim as deliberações da Assembleia Geral;
- b) Participar e colaborar nas actividades a promover pela FPCCR;
- c) Contribuir com a quota anual, semestral ou trimestral fixada em Assembleia Geral;
- d) Comunicar à F.P.C.R. a constituição dos seus Comités Gerais e seus delegados ou representantes, bem como a reunião da sede ou outras instalações;
- e) Comunicar à F.P.C.R. as iniciativas mais importantes nas áreas cultural, recreativa ou desportiva.

#### Artigo 10.º

1- As Colectividades Federadas têm direito a:

- a) Propor, eleger e ser eleitas para os Comités Gerais da FPCCR, bem como para quaisquer outras missões que a Assembleia Geral venha a determinar;
- b) Diploma comprovativo da sua filiação;
- c) Receber anualmente um exemplar do relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal e do Orçamento para o ano seguinte, bem como todas as publicações eventualmente editadas pela FPCCR;
- d) Participar nas reuniões da Assembleia Geral nas fendas estatutárias;
- e) Participar em todas as actividades da FPCCR, usando no pleno uso dos seus direitos;

2- As Federações Auxiliares gozarão de todos os direitos do número anterior excepto os da alínea a).

#### ARTIGO 11.º

- 1- A Colectividade Federada será eliminada administrativamente quando se verificar um atraso no pagamento das suas quotas durante um ano.
- 2- A Colectividade Federada só poderá ser eliminada por outros motivos em Assembleia Geral, por proposta.



da da Direcção.

### CAPITULO III

#### DOS CORPOS GERENTES

##### Artigo 12.º

São órgãos dos corpos gerentes:

- 1) Mesa da Assembleia Geral;
- 2) Direcção;
- 3) Conselho fiscal;
- 4) Conselho Geral;
- 5) Associação Residenciais de Federações.

##### Artigo 13.º

1- Os cargos dos corpos gerentes serão desempenhados por delegados, ou representantes devidamente credenciados das Colectividades Fedradas Efectivas.

2- A eleição dos corpos gerentes será trienal e re-  
cairá em indivíduos com mais de 18 anos de  
nacionalidade portuguesa, no pleno gozo dos seus  
direitos civis.

3- A eleição para cargos dos corpos gerentes só fo-  
dará recair em Colectividades Filiações que não se an-  
contnem em regime de Comissão administrativa.

### CAPITULO IV

#### DA ASSEMBLEIA GERAL

##### Artigo 14.º

1- A Assembleia Geral é composta por todos as Cole-  
tividades Fedradas no pleno gozo dos seus direitos.

2- As Colectividades Fedradas Efectivas têm direito a  
um voto cada.

##### Artigo 15.º

A Assembleia Geral considerará-se localmente cons-  
tituída com a maioria absoluta das Colectividades  
fedradas, podendo funcionar mere hora depois  
com qualquer número.

Artigo 16.º  
As convocações são feitas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a antecedência mínima de quinze dias da data para a realização da Assembleia Geral.

Artigo 17.º  
1- As deliberações da Assembleia Geral serão válidas quando tomadas por maioria, exceptuando-se as que respeitarem a alterações estatutárias, para as quais serão exigidos  $\frac{2}{3}$  dos votos das Federações presentes.

2- O Presidente da Mesa poderá usar o direito de voto de qualidade quando se verificar uma situação de empate.

Artigo 18.º  
A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente:  
a) Anualmente, até 31 de Dezembro, para discussão e votação do Orçamento para o ano seguinte;  
b) Anualmente até 31 de Março, para discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal;  
c) Trimestralmente, até 31 de Março, para eleição dos Corpos Gerentes.

Artigo 19.º  
A Assembleia Geral reúne-se extraordinariamente:  
a) Por iniciativa do Presidente da Mesa;  
b) A pedido do Conselho Gerente;  
c) A pedido de 31 Federações Efectivas no pleno gozo dos seus direitos, as quais deverão justificar o fundamento da convocação. Para a Assembleia se realizar é obrigatória a presença de, pelo menos,  $\frac{2}{3}$  das requerentes.

#### Capítulo II

#### DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 20.º

A Mesa da Assembleia Geral é composta por \_\_\_\_\_

a) Um Presidente; \_\_\_\_\_

b) Um Vice-Presidente; \_\_\_\_\_

c) Um Primeiro Secretário; \_\_\_\_\_

d) Um Segundo Secretário; \_\_\_\_\_

e) Um Secretário Suplente; \_\_\_\_\_

## CAPÍTULO VI

### DA Direcção

#### Artigo 21.º

A Direcção é composta por: \_\_\_\_\_

a) Um Presidente; \_\_\_\_\_

b) Um Vice-Presidente \_\_\_\_\_

c) Um Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

d) Um Segundo Secretário \_\_\_\_\_

e) Um Tesoureiro; \_\_\_\_\_

f) Um Vice-Tesoureiro; \_\_\_\_\_

g) Cinco vogais; \_\_\_\_\_

#### Artigo 22.º

Compete à Direcção: \_\_\_\_\_

a) Elaborar e fazer cumprir os Estatutos e o Regulamento Geral Interno, bem como as deliberações da Assembleia Geral, tendo de forma a garantir a realização plena dos objectivos da FPCCR;

b) Tratar dos assuntos que digam respeito às Colectividades Reduzidas;

c) Elaborar anualmente, até 31 de Outubro, e com a elaboração do Conselho Fiscal, o Orçamento e Balanço Provisório para a sua actividade;

d) Elaborar, com a elaboração do Conselho Geral, o projecto anual das actividades da F.P.C.C.R.;

e) Prestar ao Conselho Fiscal todos os esclarecimentos por este solicitados;

f) Contratar pessoal, dentro dos limites financeiros, para colaborar na execução das actividades da FPCCR.



## Artigo 23.º

A Direcção reúne-se a ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que o seu Presidente ou seis dos seus membros o julgarem necessário.

Das reuniões serão elaboradas actas, que serão assinadas por todos os presentes.

## Artigo 24.º

As resoluções da Direcção só são válidas quando tomadas por maioria absoluta. Em caso de empate o Presidente usará de voto de qualidade.

## Artigo 25.º

1. Todos os membros da Direcção têm poderes iguais e são responsáveis, individualmente, pelos actos praticados no exercício de funções específicas que lhes tenham sido confiadas. Esta responsabilidade só cessa quando os seus actos tenham sido sancionados pela Assembleia Geral, perante a qual unicamente se devem justificar.

2. Qualquer membro que se haja oposto expressamente a uma resolução da Direcção não será considerado como solidariamente responsável por ela, desde que na Acta seja registado o seu desacordo.

## Artigo 26.º

1. Sempre que um membro da Direcção haja abandonado o cargo ou pedido a demissão, fica a mesma em confiança para chamar a actividade o delegado suplente ou representante da respectiva colectividade.

2. Considera-se como abandono de cargo a falta de comparecência a cinco reuniões consecutivas ou a sete alternadas, sem motivo justificado.

3. A vacatura será preenchida na próxima Assembleia Geral extraordinária a pedido da Di-

f. Franco

Reccõ nos termos da alinea b) do artigo 19.º —

4. Os representantes designados pelas Colectividades Federadas eleitas para os Comités Gerais da F. PCCR não poderão ser substituídos pelas mesmas em quanto durar o mandato. —

### ARTIGO 27.º

4 Direcção poderá nomear ou demitir sob a sua inteira responsabilidade as comissões destinadas a realizar estudos e tarefas futuras. —

### ARTIGO 28.º

4 cada membro da Direcção competem, além das atribuições consignadas no Artigo 22.º mais as seguintes funções específicas: —

- a) O Presidente, representar ou fazer representar a Direcção em todos os actos oficiais, dirigir as reuniões da Direcção, assinar a documentação e expediente que entende ser de sua atribuição, visar todos os documentos e facturas, além de outras funções que lhe são inerentes; —
- b) O Vice-Presidente, substituir o Presidente em todas as suas funções, na ausência ou impedimento deste, e coordenar as partes administrativas, culturais, desportivas, e recreativas coordenadas pelas cinco vogais da Direcção; —
- c) O Primeiro Secretário, dirigir todo o expediente da Secretaria, programar o seu plano de funcionamento, despachar e assinar toda a correspondência e documentação corrente e levar as Actas da Direcção, coordenado pelo Segundo Secretário; —
- d) O Tesoureiro, elaborar o Orçamento Anual aprovado, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os fundos da F. PCCR e escrituras ou mandatos escriturais todo o movimento contabilístico, dar a conhecer mensalmente a situação financeira da F. PCCR; —

efectuar ou mandam efectuar as cobranças e facturas e representar no final de cada anno o Balanço e Contas do Resultado, com a justificação pelo Vice-Secreário;

e) Os vogais os diversos Relatores previstos na alínea b) sob a coordenação do Vice-Presidente. A atribuição far-se-á na forma mais conveniente efectuada pela Direcção.

### Artigo 29.º

A assinatura conjunta de dois membros da Direcção é suficiente para obrigar a PCCR em todos os seus actos e contratos.

### Capítulo VII

#### Do Conselho Fiscal

### Artigo 30.º

O Conselho Fiscal é composto por:

- Um Presidente;
- Um Secretário;
- Um Relator.

### Artigo 31.º

As atribuições do Conselho Fiscal são as que a lei lhe confere, competindo-lhe em especial:

- Fiscalizar todos os actos da Direcção e demais órgãos dos corpos gerentes;
- Verificar a existência de todos os valores, bem como o seu registo, e conferir mensalmente as contas da Direcção;

Assistir, sempre que o entender, às reuniões da Direcção.

### Artigo 32.º

O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que o julgar conveniente, por convocatória do Presidente e, obrigatoriamente, uma vez por mês.

### Artigo 33.º

O membro do Conselho Fiscal que faltar sem moti-

vo justificado a cinco reuniões consecutivas, ou sete alternadas, findo o seu mandato, sendo chamado a efectividade o delegado suplente ou representante da respectiva Colectividade.

### ARTIGO 34.º

DAS REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL SERÃO SEMPRE ELABORADAS ACTAS.

### ARTIGO 35.º

O Conselho Fiscal elaborará e apresentará na Assembleia Geral Ordinária o seu Parecer sobre Relatórios e Contas e demais actos da Direcção.

## CAPITULO VIII

### DO CONSELHO GERAL

### ARTIGO 36.º

O Conselho Geral é um órgão consultivo de apoio à Direcção da FPCCR, constituído por antigos ou actuais dirigentes das Colectividades.

### ARTIGO 37.º

A Composição do Conselho Geral é a seguinte:

- a) Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- b) Presidente da Direcção;
- c) Presidente do Conselho Fiscal;
- d) Seis Vogais;

### ARTIGO 38.º

Compete ao Conselho Geral dar pareceres, quando chamado a pronunciarem-se a pedido da Direcção, sobre qualquer assunto ou problema que lhe seja apresentado.

### ARTIGO 39.º

OS Pareceres do Conselho Geral só serão válidos quando tomados por maioria, os quais serão traduzidos por escrito.

## CAPITULO IX

### DAS ASSOCIAÇÕES DE FEDERADAS

## Artigo 40.º

As Associações de Federadas são órgãos da FPCCR destinados a coordenar, promover e dinamizar as actividades das Federadas, em colaboração com a mesma.

## Artigo 41.º

- 1- As Associações de Federadas serão criadas por iniciativa das Colectividades, com um mínimo mínimo de 20, ou por iniciativa da FPCCR. Regendo-se por regulamento próprio, de acordo com os Estatutos e Regulamento Geral Interno desta.
- 2- Este Regulamento deverá ser submetido à apreciação da FPCCR para ser presente em Assembleia Geral para discussão e aprovação.

## Artigo 42.º

- 1- As Associações de Federadas terão a seguinte composição:
  - a) Um Presidente;
  - b) Um Secretário Administrativo;
  - c) Um Secretário Técnico para a Área Cultural;
  - d) Um Secretário Técnico para as Áreas/Renovação/Desportiva;
  - e) Um Tesoureiro.
- 2- Os cargos das Associações de Federadas deverão ser desempenhados sobretudo por ex-dirigentes ou ex-participantes. Sempre que um dos seus dirigentes tenha abandonado o cargo ou pedido a demissão, pode ser escolhido um substituto, acto que deverá ser sancionado na primeira reunião que se efectuar entre as respectivas Colectividades. As substituições serão comunicadas à FPCCR.

## Artigo 43.º

Os órgãos sociais das Associações de Fe-

denadas serã elatos trienualmente pelas respectivas colectividades.

#### Artigo 44.º

As Associações de Federações utilizarã papel timbrado próprio.

#### Artigo 45.º

O apoio financeiro para as despesas administrativas das actividades próprias poderá ser prestado pela Direcção da F.P.C.C.R., a través de uma percentagem da quota pagada pelas Federações.

### CAPÍTULO X

#### DO CONGRESSO NACIONAL DAS

#### COLECTIVIDADES

#### Artigo 46.º

O Congresso Nacional das Colectividades é o Órgão Supremo e rege-se em conformidade de com o disposto na alínea i) do artigo 2.º dos presentes Estatutos.

#### Artigo 47.º

A organização do Congresso e a escolha da localidade para a sua realização serão determinados na Assembleia Geral, por proposta do plenário dos Corpos Governantes.

#### Artigo 48.º

No Congresso serão tratados todos os assuntos que digam respeito ao fomento, e, ainda, ao Sociativismo e formação de quadros que visem a renovação, desenvolvimento e dinamização da actividade das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

#### Artigo 49.º

Para a realização do Congresso deverá ser formada uma comissão presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e constituída pelos Presidentes da Direcção e do Conselho Fis-

13  
CAL da FPCCR e pelos Presidentes das Associações de Federadas.

## CAPITULO XI

### DA DISCIPLINA E PENALIDADES

#### ARTIGO 50º

1- As Colectividades, entidades ou pessoas estatutariamente subordinadas a FPCCR. Que transgirem os presentes Estatutos e Regulamento Geral Interno, bem como os das Associações de Federadas, ficam sujeitos as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Repreensão REGISTRADA;
- c) Suspensão até seis meses;
- d) Suspensão Superior a seis meses;
- e) Expulsão.

2- A Direcção da FPCCR e as das Associações de Federadas têm competência para aplicar as penalidades previstas nas alíneas a), b) e c).

3- As restantes penas são da atribuição da Assembleia Geral da FPCCR. por proposta das Colectividades ou Associações de Federadas.

4- Quando a infracção for praticada por algum dos membros dos Corpos Gerentes da FPCCR, ou Associação de Federadas, somente a Assembleia Geral pode decidir da penalidade a aplicar, ficando o aquele membro suspenso das suas actividades até a decisão condenatória, ou não, da referida Assembleia Geral.

5- Os indivíduos ou colectividades castigados ao abrigo dos presentes Estatutos não podem desempenhar quaisquer cargos nos Corpos Gerentes da FPCCR. ou entidades a ela subordinadas enquanto decorrer o período do castigo.

#### ARTIGO 51º

A Pena de suspensão pode ser comutada ou revogada.

da por proposta apresentada à Assembleia Geral especialmente para o efeito ou quando constar do aviso convocatório.

### ARTIGO 52.º

A aplicação das penalidades das cláusulas c), d) e e) do Artigo 50.º fica sempre subordinada à elaboração de inquérito.

### ARTIGO 53.º

DAS decisões da Direcção da FPCCR e das Associações de Federadas cabe recurso à Assembleia Geral.

## CAPÍTULO XII

### DO PATRIMÓNIO

#### ARTIGO 54.º

1. Constituem património da FPCCR os bens e outros utensílios que guardarem a sua Sede. Constituirão igualmente seu património os imóveis que venha a adquirir, que lhe sejam dados ou legados, os seus rendimentos que venha a usufruir.

2. Fazem também parte deste património as distinções concedidas tais como: Comenda da Ordem Militar de Cristo, Comenda da Ordem de Benemerência e Medalha de Ouro da Cidade de Lisboa, ou outras que lhe venham a ser atribuídas.

## CAPÍTULO XIII

### DAS ENSÍGNIAS

#### ARTIGO 55.º

1. A FPCCR dispõe das seguintes insígnias:

- Um Emblema;
- Uma Bandeira;
- Uma Plâmula;
- Um Estandarte;

2. O Emblema é constituído por uma esfera ar-



27

ular sobre a qual assenta uma estrela de cinco pontas de couro verde, e destina-se a identificar os Comités Genentes quando em exercício, os que fizerem parte dos Comités Genentes ou ainda a oferecer a quem, por mérito, lhes seja atribuído como Galandão.

---

3- A Bandeira é de forma rectangular, de pano verde com uma faixa branca em diagonal sobre a qual, ao centro, tem o Emblema da FPCCR, rodeado de uma coroa de louros. Na parte superior da Bandeira, a letras pretas, tem as palavras FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS E, NA parte inferior COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO, e destina-se a ser içada na sua sede em datas festivas ou por seu préstimo às suas Federações em serviços comemorativos.

---

4- A Flâmula é de formato triangular de cor verde, com o Emblema já descrito e, destina-se a oferecer a entidades colectivas ou singulares que merecerem essa distinção.

---

5- O Estandarte é de forma rectangular com a face principal de seda verde, sobre a qual estão bordados ao centro, o Emblema da FPCCR a ouro e prata, tendo na parte superior, bordadas a ouro, as palavras FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS E, NA parte inferior, COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO. A parte posterior é de seda branca. O Estandarte é ornado por um cordão dourado, pendendo ao lado da haste duas bolas douradas.

---

## CAPITULO XIV

### DOS GALARDÕES

#### ARTIGO 56.º

Para premiar os bons serviços, a dedicação e o

Mérito associativo desportivo ou cultural a F.P. C.C.R. atribuir e galardoar de honrarias com o distintivo no Regulamento Geral Zutevuo. —

## CAPITULO XV

### DAS RECEITAS E DESPESAS

#### ARTIGO 57.º

1- Para o desempenho da sua missão a FPCCR dispõe de fundos constituídos pelas receitas a seguir indicadas: —

a) Ordinárias: Quotizações das suas Federações, Rendimentos de bens próprios, rendimento de bens letados ou doados ou em usufruto; —

b) Extraordinárias: Subsídios oficiais ou particulares, produto de festas ou outras realizações e quaisquer outras receitas legalmente autorizadas. —

2- Constituem despesas: —

a) A aquisição de material de expediente e administração; —

b) Os gastos normais de utilização e manutenção da Sede; —

c) As remunerações do pessoal; —

d) As de representação da FPCCR a efectuar pelos corpos gerentes que serão reembolsados de acordo com um e tabela aprovada em reunião dos mesmos; —

e) Os subsídios ou doativos que venham a ser atribuídos, eventualmente, às Federações para o desenvolvimento das suas actividades; —

f) As vendas despendidas com diplomas, medalhas ou prémios e galardoas. —

## CAPITULO XVI

### DA DISSOLUÇÃO

#### ARTIGO 58.º

1- A duração da FPCCR é ilimitada. A sua

dissolução só poderá ser decidida em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

2- A Assembleia Geral de dissolução reunir-se-á em primeira convocação, com  $\frac{3}{4}$  das Colectividades Federadas constantes do Registo federativo e, em segunda convocação, com  $\frac{2}{3}$  das mesmas.

3- No caso de dissolução da F.P.C.C.R., compete à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, bem como eleger uma comissão liquidatária.

4- Os poderes da comissão liquidatária ficarão limitados à prática dos actos meramente conservatórios e dos necessarios para a liquidação do património, social para a liquidação dos negócios pendentes.

## CAPITULO XVII

### Disposições Gerais

#### ARTIGO 59.º

1- Regulamento Geral Interno da F.P.C.C.R. completará o disposto nestes Estatutos e será aprovado em Assembleia Geral.

2- Os casos omissos nos presentes Estatutos e no Regulamento Geral Interno serão resolvidos pela Assembleia Geral.

Atestado de fidejussão de divisa

Vitor Manuel Martins Pedro Silva

## ACTA Nº 21

No dia vinte e um de Dezembro de 1971 noventa e oito horas e com a presença de oito Federadas reuniu a Assembleia Geral, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1.º - Discussão e votação do orçamento para o ano de 1971 noventa e oito e oito.



Abertura da sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Carlos Costa, foi de seguida apresentada o orçamento para mil novecentos e oitenta e oito pelo Presidente da Direcção —

Depois de ampla discussão do Orçamento foi apresentada pela Sociedade Musical Odivelense a seguinte proposta: —


"Considerando que um orçamento é um instrumento de trabalho susceptível de, a qualquer momento, poder ser corrigido, propuzo que o último parágrafo da apresentação do orçamento para mil novecentos e oitenta e oito, passe a ter a seguinte redacção: —

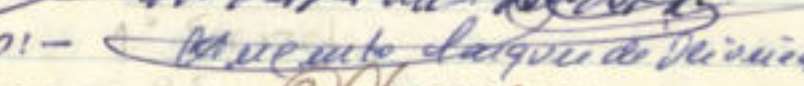
— NAS DESPESAS procederam-se a algumas restrições e reajustamentos em virtude das condições e necessidades da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio. —

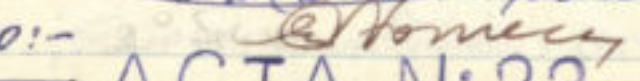
Foi esta proposta admitida à discussão por unanimidade com um voto contra, tendo depois sido aprovada também por unanimidade com um voto contra. —

Sequidamente foi aprovado por unanimidade o Orçamento para mil novecentos e oitenta e oito com a redacção final depois da introdução da proposta da Sociedade Musical Odivelense. —

Não havendo mais a tratar, foi a sessão encerrada pelas vinte e três horas e quinze minutos. —

PRESIDENTE: — 

1.º SECRETÁRIO: — 

2.º SECRETÁRIO: — 

ACTA N.º 22

No dia vinte e um de Dezembro de mil nove-

centos e oitenta e sete pelas vinte e três horas e em  
Sessão Extraordinária, reuniu a Assembleia Geral  
com a presença de oito Federadas, em a seguinte  
ordem de trabalhos:

Ponto um - Discussão e votação dos Relató-  
rios e Contas das Geneiras de Mil novecentos e  
oitenta e cinco e Mil novecentos e oitenta e seis.  
Aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa,  
Senhor Carlos Costa, foi apresentada uma pro-  
posta verbal pela Sociedade Musical Odivelense  
e Sociedade Amadora e Recreio do Lanaufeiro e  
Clube Futebol de Benfica no sentido de ser dis-  
pensada a leitura dos Relatórios e Contas de  
Mil novecentos e oitenta e cinco e Mil novecentos e  
oitenta e seis dado que os mesmos são já do con-  
hecimento das Federadas, Proposta que foi aprovada  
por maioria.

Depois de ampla discussão de ambos os Relató-  
rios e Contas e dos respectivos pareceres do Con-  
selho Fiscal foram os mesmos aprovados por una-  
nimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encer-  
rada pela uma hora do dia vinte e dois de Dezembro  
de Mil novecentos e oitenta e sete.

Resolva: A Hora de início da Assembleia Geral Extraordi-  
nária foi pelas vinte e três horas e vinte minutos, e não  
pelas vinte e três horas como se aqui mencionou.

PRESIDENTE: -

1º SECRETÁRIO: -

2º SECRETÁRIO: -

ACTA N.º 23

Com a presença de dez federadas e com início às  
vinte e duas horas e trinta minutos, realizou-se  
no dia onze de Março de Mil novecentos e oitenta e  
sete uma Assembleia Geral, cuja convocatória incluiu



As seguintes Puntos:

Punto Um: - Apreciação, discussão e aprovação do Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal referente ao Exercício de 1974 noventa e sete.

Punto Dois: - Discussão e Aprovação do Regulamento Eleitoral.

Dada a não comparecência do segundo secretário da Mesa, foi o lugar ocupado por Eduardo Fonseca, da Sociedade Musical Odivelense.

Aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Carlos Costa, este congratula-se pelas Colectividades presentes que compareceram a este acto tão importante.

Seguidamente o Primeiro Secretário leu uma carta em que Senhor Alberto Pereira Ramos justificou a sua ausência e não foi lida a acta da Assembleia anterior, por a mesma não se encontrar ainda transcrita no livro respectivo.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direcção, Senhor Joaquim Rebelo, que iniciou a leitura do relatório, Parecer do Conselho Fiscal e uma sucinta explicação sobre as Contas.

Após esta intervenção, o Senhor Carlos Costa convidou os Delegados a pronunciarem-se e a uma proposta do Clube Atlético de Alvalade, que desistiu sobre o Parecer do Conselho Fiscal se tinha duas assinaturas, sendo-lhe comunicado que um dos elementos não teve a palavra às reuniões.

No uso da palavra, o Delegado da Casa da Louçã de Tróvão dos Vinhos diz que na sua opinião, o relatório é um documento válido e que

He faneet sen fossible uma diminuição dos custos no que diz respeito às despesas.

O Senhor Raül Vilan, informou que pela modificação dos telefones, haverá uma economia de sessenta mil escudos por ano.

Não havendo mais intervenções sobre o Relatório e contas, foi o mesmo posto à votação, sendo aprovado por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem de trabalhos o documento para análise foi lido por Senhor Eduardo Fonseca.

O Delegado da C. S. T. da Comarca de Trancoso dos Vinhos entende que ao numero dois do documento deveria ser acrescentado - pela Direcção ou - a seguir à falsura (subscritas) o que foi aceite ficando este numero com a seguinte redacção

"As candidaturas terão que ser subscritas pela Direcção, ou por um mínimo de trinta e uma colectividades e ele flego gozo dos seus directos".

O Senhor Raül Vilan no uso de falsura diz que a Direcção tem que subscriver a lista com trinta e uma colectividades fedegadas, pois que assim a Direcção ficaria favorecida e ele relação a outras possíveis candidaturas apresentadas.

O Senhor Carlos Bernardino não está de acordo e entende que a Direcção não necessita de ter de subscriver a lista com as trinta e uma colectividades e nesta ordem de ideias se pronunciaram o Senhor Joaquim Rebelo e o Senhor Eduardo Fonseca, que afirmam que a Direcção tem a prerrogativa de poder realizar o acto eleitoral, sem o suporte das trinta e uma colectividades, por estar nos Estatutos o contrario.

O Senhor Carlos Bernardino diz ainda que o tem-

f. Franca

po é peneo para a marcação das eleições e o Senhor Eduardo Fonseca, embora emfirmuando isto, diz que nos aspectos legais está correcta a convocação para o dia vinte e seis de Março de mil novecentos e oitenta e oito e que poderia ser alterado para oitodias e não dez, a antecedência da apresentação das candidaturas. Nesta conformidade é alterado o numero cinco do Regulamento Interno que passa a ter a seguinte redacção: "A apresentação das candidaturas deve ser feita com uma antecedência minima de oito dias da data das eleições."

O Senhor Raul Vilas diz que é pouco tempo dado às federadas para poderem concorrer à eleições. O Senhor Ydrio Banneiros diz que é fulvio do Regulamento e data das eleições e que as federadas é que tem obrigação de contractar a Federação para qualquer esclarecimento.

O Senhor Carlos Bernardino diz que na convocatória para o dia vinte e seis, devia ser indicado que os documentos para o acto eleitoral estavam à disposição na Federação e que as listas deviam ser identificadas.

Na sequência desta intervenção, o numero dez do Regulamento Eleitoral passa a ter a seguinte redacção: "As Listas concorrentes às eleições depois de aceites pela Mesa da Assembleia Geral, serão-lhe afixadas uma letra e serão afixadas nas instalações sociais, no local das eleições."

Casa da Comarca de Figueiró dos Vinhos: Que estamos a chover no molhado e a perder tempo, que nos aspectos omisso deliberat a Assembleia e é o que estamos a fazer e se há possibilidades de publicar o Regulamento Eleitoral na próxima 2.ª feim, tudo ficaria resolvido e legal, o que foi aceite.

O Senhor Raul Vilas diz que os Estatutos não te



Para enviados a todas as federações e em só fore extemo.  
tivo as eleições podem ser em todas e tem assim o  
Regulamento Eleitoral devia ter sido enviado também.  
O Senhor Eduardo Faria, que tudo está legal e público  
e que unicamente pode alegar que desconhece o acto  
electoral que terá que ser feito até finais de  
Janeiro e em os Estatutos terão que ser cumpridos.  
O Senhor Joaquim Nelbo está de acordo com a inter-  
venção do delegado da Casa da Comarca de Figueirós-  
dos-Velhos e encerrará publicam o Regulamento Eleito-  
ral rapidamente.

O Senhor Felício Barceiros, reformas que existem  
apenas cerca de vinte mil estudos em caixa, uni-  
tas divididas e pagas e por este motivo não se fo-  
de gastar dinheiro no envio directo de documentos  
e por tudo estar legal.

A Casa da Comarca de Figueirós dos Velhos: Apresentou um  
Requerimento em que se dá a situação de um passe  
verificado se fosse imediatamente à votação do  
Regulamento Eleitoral, o que foi feito.

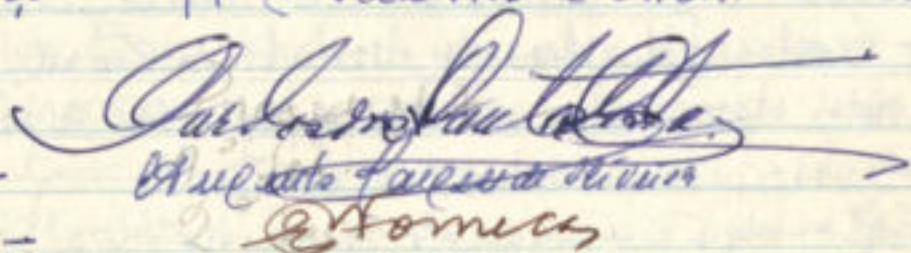
Lido o Requerimento e posto à votação, foi o mes-  
mo aprovado por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, foi a sessão en-  
cerrada às zero horas e vinte minutos do dia  
doze de Janeiro de 1919 (novecentos e oitenta e oito).

PRESIDENTE:-

1º SECRETÁRIO:-

2º SECRETÁRIO:-

  
Eduardo Faria  
J. Faria

## ACTA N.º 24

As vinte e seis dias do mês de Janeiro de 1919 (novecentos e  
oitenta e oito, das dez horas e trinta minutos às dez e oito  
horas, reuniu na sua Sede Social na Rua da Palma nú-  
mero duzentos e cinquenta e seis A, a Assembleia Ge-

# REGULAMENTO ELEITORAL



COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL  
DO BRASIL

# SUPLEMENTO AO BOLETIM N.º 35 DA FPCCR DE JANEIRO/FEVEREIRO DE 1993

## REUNIÃO DE COLECTIVIDADES DE LISBOA

Realizam-se nos dias 27 de Fevereiro, 6 e 20 de Março e não como se publica na 1.ª página.

Por ter saído com uma incorrecção, respeitante à hora, de novo se publica a convocatória da Assembleia Geral Ordinária.

## CONVOCATÓRIA

### Assembleia Geral Ordinária

De acordo com a alínea *b)* do Art.º 18.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, para reunir na sua Sede, na Rua da Palma, 256-A, em Lisboa, no dia 26 de Março de 1993, pelas 21.30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

*Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas e respectivo parecer do Conselho Fiscal, referente ao ano de 1992.*

Na falta de «quorum» à hora do início dos trabalhos, a Assembleia reunirá meia hora mais tarde com qualquer número de presenças (Art.º 15.º dos Estatutos).

Lisboa, 4 de Fevereiro de 1993  
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

*Alberto Pereira Ramos*

*Franca*

146 Ordina'mta da Federaçã Portuguesa das Colectividades de Cultura e recreio com a seguinte Ordem de Trabalho:

Ponto Único: Eleicão dos Conhos Gerentes para o termo de mil novecentos e oitenta e oito, mil novecentos e noventa.

A Mesa ficou assim constituída:

Presidente: Senhor Carlos Santos Costa.

1.º Secretário Senhor Augusto Oliveira.

2.º Secretário Senhor Eduardo Fonseca.

Depois de algumas palavras sobre o acto que se ia realizar, proferidas pelo Presidente da Mesa e havendo uma única lista de concorrentes deu-se início ao escrutínio, dando entrada nas urnas tanto e quanto votos para a única lista concorrente, apurando-se os seguintes resultados:

———— VOTOS NULOS zero ————

———— VOTOS BRANCOS zero ————

———— VOTOS VALIDOS trinta e quatro ————

A lista apresentada tem a seguinte constituicã:

———— MESA DA ASSEMBLEIA GERAL ————

Presidente. Alberto Pereira Ramos - Liga Regional Colares

Vice-presidente João Henriques Coelho - Casa da Cultura de Francisco dos Vinhos

1.º Secretário. Augusto Fernandes Oliveira - Sociedade Zestroncã e Beneficência "A Voz do Termino"

2.º Secretário. Adolfo Antunes Lobo - Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense.

Secretário Suplente. Victor Manuel Rodrigues Branco - Club Atlético Clube

———— Direccã ————

Presidente. Duarte Leite de Melo Pimentel - Academia Recreativa da Ajuda

Vice-presidente. Eduardo Manuel Esteves Fonseca - Sociedade Musical Odivalense

X

1.º Secretário - Osean Rodrigues Antina - Sociedade  
de Instrução Guilhermo Cassoul

2.º Secretário - Manuel Guiza da Silva - Os Ases das  
Avenidas

Tesoureiro - Joaquim António Pires Tronco - So-  
ciedade Boa União

Vice-Tesoureiro - Manuel António Barnadas Almeida  
Casa do Aleutejo

Vogal - José Augusto Brás - Sport Club Pinhe-  
ro de Torres

Vogal - Pontezio Amalido da Conceição Luis - Socie-  
dade de Instrução Recreativa Barcelense "Perecheiros"

Vogal Paulo Rui Luis Amado - Sport Grupo S. Cavallante

Vogal Eduardo Jorge Jesus Piedra - Recreios da Uni-  
da Seca

Vogal Sebastião Cabral Lopes - Lisboa Club Rio  
de Janeiro

### Councilho Fiscal

Presidente - Samuel Onor Vidal - Academia Recrea-  
tiva "Leis Amigos"

Secretário - Fernando Sabino Sousa - Club Uni-  
dos do Caxem

Relator - Mário Vasco Teixeira Barreira - Sport  
Algar e Dafundo

### Councilho Geral

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Presidente da Direcção


Presidente do Councilho Fiscal

Vogal - Carlos Santos Costa - Sociedade Democrá-  
tica União Barcelense "Os Franceses"

Vogal - Joaquim Augusto Oliveira Rebelo Sociedade  
de Instrução Democrática Trindade Senzalese

Vogal - Jaime Jesus Vicente Silveira - Desportos e  
Juventude de Mira Suítra

Vogal Carlos Alberto Bernardino Almeida - Clube

Instrução e Recreio do Lançamento   
 Vocal - Jorge José Gomes. Grupo Desportivo Recreativo dos Francos

Vocal - Raúl Augusto Vilare. Clube FuteBol Beauf. CA.

Após lavada a presente Acta denam-se por encerrados os trabalhos feitos deztois horas, sendo afixado à Porta da sala e no átrio da entrada os resultados afunados.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO:-

2º SECRETÁRIO:-


## ACTA N: 25

As Dez Dias do mês de Dezembro de Mil novecentos e oitenta e oito pelas deztois horas reuniu na sua sede Social, na Rua da Palma duzentos e cinquenta e seis - A - em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1: Discussão e votação do Orçamento para 1989

PONTO 2: Apreciação e análise do Programa de actividades da Direcção para Mil novecentos e oitenta e nove.

PONTO 3: Informações e esclarecimentos  
 Teve a Presença de deztois Federações, sendo a Mesa constituída pelo Sr. Alberto Pereira Ramos que Preside, secretariado pelo Sr. Augusto de Oliveira e Sr. Jeferson Boal.

Aberta a sessão pelo Presidente e por consenso geral foi alterada a Ordem de trabalhos iniciando-se esta pelo Ponto numero dois que o Vice-Presidente

te da Direcção a apresentar. No uso da palavra, o representante de Futebol Benfica começa por dizer que o Plano não concretiza nada, não passando de um Plano de intenções, que também não concorda com a metodologia adoptada pois que entende que se devia ter começado pelo que a Direcção pretende e pode fazer em termos físicos e que se devia passar o ponto número três do Plano de Actividades para o número um, dizendo também que o Boleto é fundamental e que se deveria pôr às Colectividades a sua responsabilidade na vida da Federação.

A Academia fluminense pelo seu representante, não faz a mesma leitura do orador antecedente e que não é relevante estar no número um em termos físicos na Federação. Sr. Carlos Costa na sua intervenção pergunta quantas Colectividades é que já têm o Estatuto de Utilidade Publica, qual é a participação da Federação no Comité Olimpico e que se existe desistência nas Colectividades e se se federaram sem talvez por a Federação não oferecer atractivos gestos.

O Vice-Presidente da Direcção respondeu às questões levantadas e que não há qualquer problema em alterar os pontos do Plano de Actividades em referência. Sr. João Henriques Coelho pergunta o que já se fez para alterar a situação financeira, que se não viu subsídios há que denunciaram a situação, pensa ser possível realizar muito do que está no Programa e que a Federação é a glória da amizade.

Sr. Raül Vilar interveio para dizer sempre que posto o problema da responsabilidade do Estado no fomento da cultura e que deve existir ou antes legislar que cumprir, que as colecti-

vidades devesse apoiar a Federação nestas exigências e que não se deve ilibar o Estado das suas responsabilidades. Sr. João Pinho entendeu que não devemos levar as Colectividades atrás de nós, pois que já somos o seu representante e quanto a facto, não as iniciativas de fundo, se não forem subsidiadas não poderão ser levadas a efeito, porque o orçamento da Federação é a justa para as despesas correntes e que no momento lhe é difícil informar quantas Colectividades já existem com o estatuto de Utilidade Publica. Sr. Pereira Paiva interveio para esclarecer os presentes da forma de obtenção do estatuto de Utilidade Publica.

No uso da palavra o representante do Clube Recreativo da Cruz de Pau começou por dizer que de um modo geral concorda com o Plano de Actividades e que pontos de vista pessoais são irrelevantes, visto tratar-se de analisar o Plano globalmente. Informa que a sua Colectividade tem realizado várias iniciativas com ajuda das Antagónicas e pede a intervenção da Federação na possibilidade da Corrida 25 Abril a travessia da Ponte de São Maria a afirmação das Colectividades da Outra Banda.

Sr. Manuel Cunha da Silva esclarece que a Federação tem programada uma reunião com a Associação de Municípios do Distrito de Subtel para a sua mobilização neste sentido.

O representante do Sporting Clube de Portugal congratula-se por ser a primeira vez que faz parte da Assembleia Geral e está admirado em o reduzido numero de Colectividades representadas nesta Assembleia Geral. Diz também que quando nos associamos a qualquer coisa deve ser pelo



espirito desportivo e de colaboração e não para se obter benefícios em troca, o mais importante é a colaboração de todos e não só da Federação e que se devam desenvolver mecanismos de trabalho em colaboração em a Colectividade que representa.

Sr. Manuel Guiza agradece as felicitações do representante do Sportivo e bem assim a participação de Atletas desta Colectividade no espectáculo levado a efeito no Teatro Maria Matos para angariação de fundos para as vítimas do incêndio no Chiado.

O Sr. Paul Vilare no uso da palavra diz que a Federação não faz parte do Comité Olímpico, no que o Sr. Alberto Pereira Ramos esclarece que este próprio foi esse nome da Federação a reuniões com o Comité Olímpico e que lhe foi dito que era desejo do Comité ser alargado a outras federações entre elas a nossa.

Não havendo mais inscrições sobre o Plano de Actividades, foi este posto a votação, sendo aprovado por unanimidade.

Ponto numero Dois (recaimento) No uso da palavra Sr. Eduardo Tenseca explicou o Recaimento, dizendo por ultimo que o deficit apresentado seria coberto pelos depositos a prazo.

O representante da Academia Alusdeum pretende saber por não estar bem clara, uma vez na rubrica vencimentos, sendo informado pelo tesoureiro Sr. João Luizinho Pires que se trata de uma importância motivada pela subida à classe imediata da funcio de Maria Matos.

Sr. João Henrique Coelho na sua intervenção diz que os documentos apresentados são provisionais, que não é propriamente um orçamento, que apresenta varios aspectos super-

f. Franca

to a crítica e que temo que se en imagine-  
tivos e ambiciosos.

Sr. Raül Vilare diz subscriem inteiramente  
as falas do orador que o precedem e que  
oitenta e três por cento são absorvidas por desfe-  
sas fixas, restando apenas dez por cento  
para fomento.

Sr. Eduardo Fonseca em resposta ás críticas fa-  
tas, diz que a Direcção há poucos meses e a  
situação que se apresenta é uma herança, que  
as críticas são justas, mas futuramente se  
espera um salto qualitativo.

Sr. Carlos Costa pergunta se não seria possível  
fazer aumentar as receitas do aluguer de  
instalações, acha que o seguro do Património  
é muito baixo e que o do Edifício deve ser  
o seu próprio a fazer. Sr. Eduardo Fonseca  
responde que se insister em conta as sujec-  
ções anteriores e entende que não é fructoso  
recorrer com aumento as Colectividades  
que nos procuram para alugar salas e que  
outras entidades já foram aumentadas.

Sr. Pereira Ramos, diz que se deve tentar pro-  
curar outras entidades e mesmo se fossem ali-  
gias as instalações.

O Grupo Cultural Boicemente ciente a Federação  
para que o Governo faça alguma coisa pelas  
Colectividades.

Não havendo mais nada sobre este ponto, foi o mes-  
mo posto à votação, sendo aprovado por unanimi-  
dade.

No terceiro Ponto Samuel Guizé presta algumas  
informações e entre elas, alguns convites feitos  
para a realização de actividades no estrangei-  
ro.

O Representante da Academia Alameda, fereceu  
ta sua Federação já informou as Colectividades  
destas possíveis realizações, ao que o Sr. Manuel  
Gomes informou que se irá proceder a essa di-  
vulgação.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
Agradece ao Delegado do Sporting, ter aceite  
colaborar com a Mesa e anuncia que se irá  
seguir um fecho no intervalo para se veri-  
ficadamente se dar início a outra Assembleia Ge-  
RAL conforme a Convocatória antes feita.  
foi feita a votação este terceiro Ponto, sendo  
o mesmo aprovado por unanimidade. —  
NÃO havendo mais nada a tratar termina-  
ron esta Assembleia Geral pelas dezasseis  
horas e dez minutos do dia dez  
de Dezembro de 1920 noventa e  
oito.

PRESIDENTE

*Manuel Gomes*

1.º SECRETÁRIO

*Augusto Augusto de Oliveira*

2.º SECRETÁRIO

*J. B. B.*

Impressão pública

Em 24/1/1920

23.º Cartório Notarial de Lisboa

## ACTA N.º 26

foi dez dias do mês de Dezembro de 1920 noventa e  
oito e oitenta e oito pelas dezasseis horas e cinco mi-  
nutos reuniram na sua Sede Social, 142 Rua da  
da Palma numero duzentos e cinco e seis em Lisboa  
- A esse Lisboa a Assembleia Geral Extra-  
ordinária da Federação Portuguesa das Colecti-  
vidades de Cultura e Recreio com a seguinte  
Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Discussão e votação de alteração  
dos estatutos por recomendação da Procu-  
ria da República e proposta da Direcção do  
Antigo de um sétimo.

*J. Franco*

Teve a presença de dezassis Federnadas, sendo a Mesa Constituída pelo Sr. Alberto Pereira, Paues que presidiu, secretaria do Sr. Augusto de Oliveira e Sr. Geraldo Lourenço do Clube Recreativo da Cruz de Pau.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral abriu a sessão explicando a razão da Alteração do Antigo decurso ordinário o qual fôr a seguinte redacção:

"As deliberações da Assembleia Geral são válidas, quando tomadas por maioria Absoluta dos associados presentes, exceptuando-se as que respeitarem a alterações estatutárias, para as quais serão exigidos três quartos dos votos das Federnadas presentes e para as de dissolução, três quartos do número total das associadas."

Numa curta intervenção, o Sr. Carlos Costa lembra à Federação a necessidade de ir ao voto. Não fazendo esta alteração dos Estatutos.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral pôs à votação o Ponto em questão, sendo o mesmo aprovado por unanimidade e foi então havendo mais nada a tratar, foram encerrados os trabalhos pelas dez e meia horas.

PRESIDENTE

*Alberto Pereira*

1.º SECRETÁRIO

*Augusto de Oliveira*

2.º SECRETÁRIO

*Geraldo de Silva Lourenço*

ACTA N.º 27

Foi treze dias do mês de Outubro de 41 novecentos e oitenta e nove, pelas onze e meia horas e quarente minutos, reuniram na sua Sede Social, na Rua de Pádua, numero duzentos e cincoenta e seis A e Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectivi-

dades de Cultura e Recreio, com a seguinte ordem de trabalhos:  
Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas e Preços do Conselho Fiscal, referente ao exercício de mil novecentos e oitenta e oito e um segundo ponto de informações e esclarecimentos, que conta com a presença de quinze federadas, sendo a Mesa constituída por Alberto Pereira Ramos que Presidiu, Secretariado por Augusto de Oliveira e João Henriques Coelho. Por proposta de delegado do Clube Atlético de Alvalade foi dispensada a leitura da acta anterior a qual foi aprovada com um voto contra do senhor Carlos Costa, passando o Senhor Fonseca à leitura do relatório.

No uso da palavra o senhor Raul Vilas entende que o relatório é pouco explícito, que não informa o número de colectividades inscritas na Federação e pergunta o que se passa com a não representação da Federação no Conselho Nacional Educação, assim como deveria estar também no Conselho Municipal de Lisboa e no Conselho Concertação Social. O Senhor Fonseca deu as informações levantadas pelo senhor Raul Vilas e informou que as obras que estão a ser efectuadas na sede foram orçadas pela Federação em dois mil e quinhentas contos suportadas inteiramente pela Câmara Municipal de Lisboa e que estão a tentarem-se meios para informatização dos serviços e cuja venda ronda o mil e oitenta.

O Representante do Grupo Desportivo Primeiro Dezembro de S. Miguel, pergunta se a venda do Seguro de Incêndio sobre o espólio da Federação e o Senhor Joaquim Pinho, diz que se tem mantido o valor inscrito há muitos anos e que é na verdade muito baixo.

Senhor Raul Vilas quer saber a que corresponde a venda inscrita na rubrica serviços Prestados, ao que o Senhor Joaquim Pinho informou que se trata de duas licenças.

f. Franco

O Presidente do Conselho Fiscal está de acordo com o Relatório que é a imagem fiel do que se passou em Mil novecentos e setenta e oito, que o Relatório e Contas se fiam a aprovados e que seja expresso um voto de honra à Direcção e aos funcionários. —

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por não haver mais nada a tratar neste ponto, pôs o assunto à votação, sendo aprovado por unanimidade. —

No segundo Ponto, foi quando de um momento de silêncio pelo falecimento do Senhor José Gomes ex-dirigente da Federação, recentemente falecido e que muito deu a esta Casa. —

O representante do Grupo Desportivo Penseiro de Dezembro, acha que se deve tentar aumentar as receitas da Federação, que se proceda à recolha de elementos para a sua história e que o segundo devesse cobrir o Património. —

O Senhor Sebastião informou que começaram bem os encontros de colectividades, com muita ligação às Antarquias aqui da Região e que com a falta de apoios e de pessoas, só a muita canice de alguns, permite que se vá avançando. —

O Senhor Óscar, esclarece que o diálogo que a Federação tem vindo a travar com as Antarquias tem dado os seus frutos e que neste momento se têm seis Grupos de Trabalho e que Quinze e duas Colectividades estão a colaborar com a Federação envolvendo mais de mil músicos e outros elementos e fura-se uma mostra de teatro em Mil novecentos e noventa e convida as Colectividades presentes a apresentarem pessoas que colaborem com a Federação. —

O Senhor Carlos Costa, que não está presente o Presidente da Direcção, ao que o Senhor Pereira Ramos respondeu, dizendo que o assunto

duplicou da Direcção, que se fizesse na sua substituição e que não houve qualquer intervenção pessoal com os outros elementos. Simplesmente deixou de aparecer. Não havendo mais intervenções, foi a sessão encerrada pelas vinte e três horas e quinze minutos.

Lisboa, Treze Outubro de mil novecentos e oitenta e nove  
PRESIDENTE

1.º Secretário *Miguel Ângelo de Oliveira*

2.º Secretário

### ACTA N.º 28

As treze dias do mês de Outubro de mil novecentos e oitenta e nove, pelas vinte e três horas e quinze minutos, com a presença de quatorze federados, reuniu na sua Sede Social, na Rua da Palma, numero duzentos e cinquenta e seis A, a Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio com a seguinte Ordem de Trabalho:

Ponto Único: Apreciação, discussão e votação das alterações ao Regulamento dos Galardões a conceder pela Federação.

Aberta a sessão o Presidente da Mesa da Assembleia Geral diz que não é compatível a atribuição de medalhas em ouro ou prata e que no Regulamento anterior a medalha era sempre a mesma, sendo agora proposta a diferenciação de fechos e forro e acabamentos.

O Senhor Raül Vilare, interveiu, pois que quem sabe de que metal são feitas as medalhas.

O Senhor Pereira Ramos esclarece que se trata de uma liga especial usada na fabricação de medalhas e que a dorada é a mais cara, sendo o seu valor de seiscentos e cinquenta escudos e que procedeu a liceitas alterações de desenho para que não sejam todas iguais.

O representante do Clube Atlético de Alvalade



Propôs o ponto -2.5- passe para o -2.4-  
sendo o -2.5- praticada não esmaltada e a -2.4-  
praticada com a estrela esmaltada e no ponto -2.4-  
o título seja substituído para "Valor e Mérito".

Havendo consenso nestas alterações, foi a proposta de  
reformulações dos galardões posta à votação, sendo a  
mesma aprovada por unanimidade.

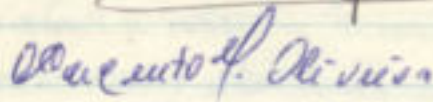
Não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Ge.  
Ral Extraordinária terminou pelas vinte e três ho-  
ras e quarenta e cinco minutos, do dia treze  
de Outubro de mil novecentos e oitenta e nove.

LISBOA, Treze Outubro de mil novecentos e oitenta e nove

1.º PRESIDENTE

1.º Secretário

2.º Secretário



### ACTA Nº 29

Aos 12 dias do mês de Janeiro de 1990, pelas 21 horas  
e cinquenta minutos, reuniu na sua sede social, na  
R. da Palma, nº 256/A, em Lisboa, a Assembleia  
Geral da Federação Portuguesa das Colectividades,  
de Cultura e Recreio, com a seguinte ordem de  
trabalhos:

Ponto único: - Apreciação, discussão e votação do  
Orçamento para o ano de 1990, que contou com  
a presença de 10 federados, sendo a Mesa con-  
stituída por Alberto Pereira Ramos, que presidiu,  
secretariado por Augusto de Oliveira e Jaime  
Vicente.

Aberta a sessão foi lida a acta anterior referen-  
te à reformulação dos galardões, a qual foi apro-  
vada por unanimidade.

Dada a palavra a Eduardo Fonseca, este expli-  
citou o orçamento o qual difere do anterior  
que era feito na base das receitas ordinárias  
e, desta vez, por se terem verificado algumas



aberturas e apoios de várias entidades, foi elaborado prevendo o aumento substancial de receitas, que permitirão desenvolver as actividades con-  
quadas no plano de actividades para 1990. No  
uso da palavra, Jaime Vicente pergunta como  
vai ser organizado o Curso de Monitores que o  
Plano contempla e que é bastante ambicioso e  
com o qual está de acordo.

Carlos Costa, endereça à Direcção as suas felici-  
tações pelo Plano apresentado e não lamenta que  
se os subsídios faltarem não será possível levá-  
lo à prática, teceu algumas considerações  
à cerca do Orçamento e deu o seu total apoio aos  
documentos apresentados.

Raúl Vilar, entende que as verbas deviam ser mais  
pormenorizadas e que os números apresentados  
não apenas promessas.

Augusto de Oliveira, alerta para o excesso das ver-  
bas propostas, as quais se não entenderem de-  
viam reportar-se ao Plano de Actividades e não  
ao Orçamento.

Fernando Sabino preocupou-se com os recursos  
humanos que a Federação tem, se caso de-  
re concretizarem os subsídios.

Mário Barreiros, diz pensar que a Federação pode ter  
alguns problemas legais por se apresentar um  
Orçamento que, dos habituais 3000 (três mil) contos,  
dá um salto para 20.000 (vinte mil) contos.

Raúl Vilar, diz que se trata de um plano de  
intencões, dado ter dívidas que o dinheiro apare-  
ça.

Sebastião Lopes, usando da palavra, esclareceu  
algumas das preocupações levantadas e que  
anteriormente, por não haver planos que o  
justificassem, não era curial ir às entidades

J. Franco

oficiais e esta é uma das razões porque o Orçamento assim elaborado apresenta inúmeros elevados, mas que são fundamentados pelas actividades que se pensa levar à prática. Argumenta que vale mais pedir-se muito para itens devidamente especificados que tem um peso de persuasão maior nos apoios, do que uma Federação apresentar inúmeros inferiores a qualquer colectividade de baixo. Por último informa que já existem orçamentos fornecidos por firmas para os cursos de formação e que os Encontros de Colectividades se vão fazendo gradualmente até se chegar ao Encontro Nacional.

Eduardo Fonseca, diz <sup>com</sup> que o Orçamento real não se podia ir a lado nenhum e que existe uma diferença entre o Orçamento e as Contas da Federação, dado que não estão as necessárias para efeitos fiscais.

Jaime Vicente, achou exagerado o entusiasmo com que Sebastião Lopes falou e que saltar-se de oito para oitenta parecia-lhe demasiado, contudo entende claramente, que se trata de elementos para serem presentes às entidades apoiantes e que com os quais concorda.

O Presidente da Assembleia Geral, referindo-se aos inúmeros expressos, diz que não devemos ser pobres a pedir, congratula-se com o trabalho desenvolvido pela Direcção e que a alteração nas Autarquias, na eleição de 17 de Dezembro, permite supor um melhor relacionamento da Federação com as entidades possíveis de nos ajudar.

Sebastião Lopes propôs que se alterasse o nome dos documentos apresentados para Plano de Acção e Previsão Orçamental, o que foi aceite pelos presentes.

Por fim, o presidente da Assembleia Geral pôs à votação o ponto da Ordem de Trabalhos, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Mãe havendo mais nada a tratar, foi a sessão encerrada pelas 23 horas e 40 minutos.

Lisboa, doze de Janeiro de 1990

Presidente da Assembleia Geral

1º Secretário Augusto Figueira de Oliveira

2º Secretário

### ACTA Nº 30

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e um, das 10,30 h até às 18 horas, reuniram-se na sua sede social, na R. da Realma, 255/A, em Lisboa, a Assembleia Geral Eleitoral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto Único: - Eleição do Corpo Gerente e Conselho Geral para o triénio 1991/1993.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída por:

- Presidente: Alberto Pereira Ramos
- 1º Secretário: Augusto Figueira de Oliveira
- 2º Secretário: José Manuel Douçada Mendes

Durante o período do encontro decorreu entrada em urna vinte e quatro votos, tendo-se registado vinte e cinco inscritos no livro de presenças. Verificaram-se os seguintes resultados:

- Votos nulos - zero
- Votos brancos - zero
- Votos na lista A - 24

A lista votada tem a seguinte constituição:

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Alberto Pereira Ramos - Liga Regional Lejense  
Vice-Presidente: Joaquim António Pinho Augusto - Sociedade Boa União

f. Franco

- 1º Secretário: Augusto Marques de Oliveira - Soc. Instrução e Beneficência "A Voz do Operário"  
 2º Secretário: Serafim Alves - Independente Futebol Clube Torreense  
 Sec. Suplente: - António de Jesus Sousa Pereira - Soc. Filarmónica Agrícola Lavradiense

### DIRECÇÃO

- Presidente: José Manuel Dourado Mendes - Soc. de Instrução e Recreio Barcelense "Os Penicheiros"  
 Vice-Presidente: Sécate de Jesus Pacheco - Soc. Filarmónica Comércio e Indústria  
 1º Secretário: Oscar Rodrigues Martins - Sociedade Recreativa da Graça  
 2º Secretário: José Santiago Vauvencio - Ginásio Atlético Clube Torresense  
 Tesoureiro: Manuel Gomes Dias de Campos - Casado Montijo  
 Vice-Tesoureiro: José Miguel Fernandes Parada Gonzalez - Clube de Sargentos da Aeronáutica  
 Vogal: José Tomé Félix - Academia de Santo Amaro  
 Vogal: Luis Armando Martins Ramos - Belém Club  
 Vogal: Domingos Correia - Sport Grupo Lavradiense  
 Vogal: Teresa Maria dos Anjos Reis de Carvalho - Centro Cultural e Recreativo do Rio de Mouro  
 Vogal: Nuno José Santos Louçã - Sport Lisboa e Campolide

### CONSELHO FISCAL

- Presidente: Samuel Orge Vidal - Academia Recreativa "Os Amigos"  
 Secretário: Fernando Sabino de Sousa - Clube Unidos do Cacém  
 Relator: Mário Vasco Teixeira Barreiros - Sport Algeir e Infante

### CONSELHO GERAL

- Alberto Pereira Ramos - Presidente da Mesa da Assembleia Geral
- Samuel Orge Vidal - Presidente do Conselho Fiscal
- José Manuel Dourado Mendes - Presidente da Direcção
- Carlos Santos Costa - Soc. Douce União Barcelense "Os Francos"
- Jaime Jesus Vicente Silveira - individual

- Lado Alberto Bernardino Almeida - individual
- Raúl Augusto Villar - Clube de Futebol Benfica
- Álvaro Manuel F. Silva - Casa do Conselho de Coimbra
- Inácio Aleceim - individual

Após lavrada a presente Acta deram-se por encerrados os trabalhos, sendo afixados na porta da sala e no átrio os resultados apurados.

Presidente: Ilídio Figueira

1º Secretário: Augusto Augusto de Oliveira

2º Secretário: José Manuel Bonafina Mendes

### = ACTA Nº 31 =

Aos três dias do mês de Janeiro de (1992) mil novecentos e noventa e dois, pelas (22h) vinte e duas horas, reuniu na sua sede social, na Rua da Palma, 256/A, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária, da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto Único: - Apreciação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 1992. Esta Assembleia contou com a presença de quatorze federadas, conforme inscrição no respectivo livro de presenças.

A Mesa foi constituída, em princípio, por Alberto Pereira Ramos, que presidiu aos trabalhos, secretariado pelo 1º Secretário Augusto de Oliveira. Não estando presente o 2º Secretário, o Presidente da Mesa propôs à Assembleia que o mesmo lugar fosse preenchido por Joaquim Pinho Augusto, ficando assim a Mesa devidamente constituída, tendo-se dado início aos trabalhos. Foram lidas as actas nº 29 e 30, que não motivaram discussão e foram postas à votação. A acta nº 29 foi aprovada por maioria, com uma abstenção e a acta nº 30 foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa propôs que devido ao adiantado da hora, a habitual meia-hora que costuma anteceder os trabalhos passasse para o final da assembleia, o que foi acordado pelos presentes. —

Depois de lida a convocatória, foi dada a palavra ao Presidente da Direcção o qual disse que os presentes deviam ter conhecimento da proposta da Direcção pelo que se dispensava de fazer a leitura dos textos e de fazer a sua análise estando disponível para dar os esclarecimentos que fossem pedidos. Pediu a palavra o sr. Raül Vilas que afirmou ter chegado à conclusão de que este Plano, tal como os dos anteriores anos, não passa de um Plano de Intenções por só se poder cumprir se houver subsídios e que pelos vistos iremos viver sempre de intenções e que tal situação não devia ser o espelho de uma Federação Nacional. Afirmou não estar informado sobre 'Grupos de Trabalho' e que quanto ao Congresso ninguém diz como se vai começar, entende mesmo que continua a ser apenas uma intenção. —

Pediu a palavra o Presidente da Direcção para esclarecer o sr. Raül Vilas afirmando concretamente que só depois de elaborado e aprovado o Plano se podem contactar entidades oficiais para solicitar subsídios ou apoios. —

O Presidente da Mesa usou da palavra para dizer que tem acompanhado o trabalho da Direcção e acredita que a dinâmica de que tem dado provas merece confiança quanto ao cumprimento dos planos de trabalho. Entendeu ainda que convocara uma reunião do Conselho Geral para apreciação do Plano de Actividades e Orçamento a qual não se realizou por falta da maioria dos seus membros. —

Agora o sr. Raül Vilas pediu a palavra para esclarecer que não tinha pedido a palavra para cri-

27  
ficar o trabalho da Direcção mas para contactar um facto real que acontece há anos e que é o ter a Federação mais intenções do que trabalho realizado. —

D. Sr. Mário Barroso interveio para elogiar o trabalho da presente Direcção e dizer que mais do que unica acredita nos membros deste elenco e pondo-se ao seu dispor para o que for necessário. Pediu a palavra o sr.

Parada Gonzalez que disse exprimir-se como representante da sua colectividade e não como Director da Federação. Afirmou que muito se critica e pouco se faz. Se houvesse milhares de contos ninguém falava em dinheiros, como não há essas verbas tudo parece demorado no orçamento. As dívidas do sr. Vilas estão esclarecidas no próprio documento da Direcção. Entende que devemos ser mais concretos e não nos perdermos em generalidades. —

D. sr. Luis Barroso falou especificamente sobre o que se tem feito no campo do desporto e sobre a Federação de Desporto para Todos e sobre os Jogos da Cidade de Lisboa dando algumas explicações detalhadas; terminou dizendo que quase se podia dizer que "ainda bem" que estão poucas federadas na sala dada a maneira como a Assembleia tem decorrido e que considera desmobilizante. —

Nova intervenção do Presidente da Direcção que explicou porque não houvera Plano e Orçamento para 1991, o que não impediu que se fizesse trabalho válido, que a campanha dos "Valores do Associativismo" vai avançar atendendo as várias formas de associativismo, pensa-se fazer um cartaz e vai-se pedir a colaboração de Câmaras Municipais e incentivar a população a inscrever-se em associações. Há a maior determinação em realizar o Congresso nos finais deste ano ou no principio de 1993. Falou ainda sobre as nossas relações

J. Franco

com a Federação Distrital do Porto e outras Federações e terminou lamentando que nem todos os elementos dos Corpos Gerentes se informem sobre a vida da Federação.

Terminadas as intervenções, foi posto à votação o documento apresentado pela Direcção o qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa propôs então que se entrasse no período de hora de ordem dos trabalhos.

Pediu a palavra o sr. Raúl Vilas que fez algumas considerações sobre a matéria já aprovada.

O Presidente da Direcção informou os presentes de que muita coisa mudou na Federação. Já se adquiriu um computador estranhando que ninguém se tivesse lembrado de fazer perguntas sobre ele; que se pensa em pequenas reparações, que a Federação cada vez mais sai para contactos diversos, que se têm visitado muitas colectividades, que, enfim, se está virado para o futuro e que são bem vindas todas as ideias novas ou renovadoras.

Como mais ninguém se tivesse inscrito, o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, eram vinte e três horas e trinta minutos. Do que se passou na Assembleia foi elaborada esta acta a qual será assinada pelos membros da Mesa.

Presidência da M.A.G.

Illar & Francisco

o 1.º Secretário Augusto Pereira da Silva

o 2.º Secretário

José António Cortes



= ACTA Nº 32 =

Aos seis dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e dois, pelas 22 horas, reuniu na sua sede em Lisboa, na R. da Palma, 256-A, a Assembleia Geral, em sessão ordinária, da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, com a seguinte ordem de trabalhos: \_\_\_\_\_

— Ponto único: - Apreciação, discussão e votação dos Relatórios e Contas e respectivo Parecer do Conselho Fiscal, referente aos anos de 1989 e 1990. \_\_\_\_\_

Esta assembleia contou com a presença de treze federadas, conforme inscrição no livro de presenças.

A Mesa foi constituída por Alberto Pereira Ramos, que presidiu aos trabalhos, secretariado pelo 1º secretário Augusto de Oliveira e pelo 2º secretário Serafim Alves.

Lida a convocatória, o Presidente da Mesa iniciou os trabalhos pela apreciação dos Relatórios e Contas, pondo à Assembleia a sua apreciação. Pediu a palavra o senhor Joaquim Pinho que declarou não ter mandato das direcções anteriores, de que aliás fez parte, mas não pode deixar de fazer notar que apesar das dificuldades, foi feito trabalho válido.

Falou de seguida a representante da Sociedade Filarmónica Comércio e Indústria, D. Luísa Pacheco, que chamou a atenção para o facto de no relatório de 1989 estar em branco o espaço destinado a indicar os resultados líquidos. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa disse tratar-se de um lapso e pediu que os presentes colocassem nesse espaço a verba respectiva. \_\_\_\_\_

Não havendo mais inscrições, foi dada a palavra ao Conselho Fiscal que através do seu secretário leu o respectivo Parecer. \_\_\_\_\_

O senhor Lourada Mendes fez algumas apreciações ao pedido de louvor ao pessoal da Federação, de \_\_\_\_\_

Falta a assinatura  
do Sr. Augusto Oliveira



J. Franco

vindo ao facto de nem todos os empregados merecerem a mesma apreciação. —

Houve resposta do Conselho Fiscal que disse não ter tido conhecimento de qualquer caso menos positivo e que sempre os membros do Conselho Fiscal foram bem recebidos e atendidos por todos os empregados.

Não havendo mais intervenções e ao ser colocado à votação o documento do Conselho Fiscal, o senhor Dourada Mendes chamou a atenção do Presidente da Mesa para o facto de não estar a considerar o Parecer separadamente dos restantes votos recomendados. Corrigido o método, foram postos à votação, separadamente, o Parecer e cada um dos itens propostos, tendo cada um deles sido aprovado por unanimidade. —

Foi de seguida lida a acta da assembleia anterior a qual não mereceu intervenções da parte da assistência e foi aprovada por unanimidade. —

Em período fora da ordem dos trabalhos, o representante da Sociedade Cultural e Recreativa de Vale do Calvo, perguntou se o Congresso é mesmo para se organizar ou se não passa de uma intenção como tem sido em Direcções anteriores. Foi-lhe respondido que está a Direcção determinada na sua organização. —

Não havendo mais assuntos foi a assembleia encerrada pelas 23,30 horas. —

Seguem-se as assinaturas dos membros da Mesa que presidiu aos trabalhos. —

O Presidente NAG

O 1.º Secretário

O 2.º Secretário

Presidente da Mesa de Honras  
Sociedade Cultural e Recreativa de Vale do Calvo

## ACTA Nº 33

Em vinte dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e dois, pelas 21,45 horas, em segunda convocatória, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede na R. da Palma, 256/A, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos: \_\_\_\_\_

Ponto único: - Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas e respectivo parecer do Conselho Fiscal, referentes ao ano de 1991. \_\_\_\_\_

Dada a ausência, justificada, do 1.º secretário da Mesa, senhor Augusto de Oliveira, o Presidente da Mesa convidou o senhor Joaquim Rebelo, da Sociedade Filarmónica Triunfo Seixalense, para ocupar o lugar, o que teve o consenso dos presentes. Ficou a Mesa constituída pelo Presidente, Alberto Pereira Ramos, 1.º secretário, Joaquim Rebelo e 2.º secretário, Serafim Alves.

Aberta a assembleia, foi lida a convocatória, seguindo-se a leitura da acta da assembleia anterior que, não merecendo reparos dos presentes, foi posta à votação sendo aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

Entrando-se na ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direcção o qual não leu o relatório, dado que todos o tinham em seu poder, limitando-se a fazer algumas considerações que achou convenientes. Sublinhou que a actual direcção não se atesse ao trabalho das direcções anteriores e procurou seguir o seu próprio caminho. Referiu-se à verba que transitou da direcção anterior para a actual. Como esta só tomou posse em oito de Fevereiro, a verba recebida não

J. Franco

foi de quatrocentos e quarenta e seis mil oitocentos e dezasseis escudos e 90 centavos, mas sim de cento e noventa e sete mil trezentos e oitenta e cinco escudos e setenta centavos, o que logo de início levantou graves dificuldades de tesouraria. Fêz referência às boas relações que se têm desenvolvido entre os vários órgãos dos corpos gerentes. —

Foi de seguida dada a palavra ao Conselho Fiscal tendo o seu relator lido o respectivo Parecer. — Entrando-se na apreciação destes documentos, pediu a palavra o Presidente da Direcção que disse não concordar inteiramente com as recomendações do Parecer. Afirmou que tem o Conselho Fiscal todo o direito e legitimidade para fazer as recomendações que entender. Pode inclusivamente fazê-las publicamente em Assembleia Geral para ficar bem vincado, em acta, que terá havido da parte da Direcção algum erro de critérios passível de crítica. Frisou que é a segunda vez, em vinte anos, que isto acontece mas disse também que é a terceira vez em 20 anos que as contas não apresentadas no prazo legal. Citou que ainda há quinze dias não foi criticado o atarado da apresentação dos Relatórios e Contas de 1989 e 1990. Chamou a atenção para o que lhe parece ser uma contradição entre o voto de louvor à Direcção e a recomendação feita no Parecer. Referiu ainda que o voto de louvor ao pessoal é mais da competência da Direcção do que do Conselho Fiscal.

Pediu a palavra o representante da Sociedade Filarmónica Triunfo Seixaleense, que disse achar o Relatório e Contas bem elaborado e pediu alguns esclarecimentos sobre as colectividades

que beneficiaram de subsídios. Lembrou ainda que o voto de louvor ao Personal é quase um ritual que tem mais a função de estímulo do que outra coisa. O Presidente da Direcção explicou que os subsídios foram para os grupos que participaram nos Jogos da Cidade e as verbas disponibilizadas pela Câmara Municipal de Lisboa.

---

Pediu a palavra o Presidente do Conselho Fiscal que disse não entender a opinião do Presidente da Direcção ao parecer do órgão a que Previu. Trata-se de uma opinião e não de uma crítica mas que a sugestão fica feita para o futuro. Considera que o voto ao personal não é um abuso nem ultrapassagem do Conselho Fiscal, replete, ino sim, a opinião deste órgão sobre a forma como tem sido atendido pelos empregados.

O senhor Raúl Vilar disse entender que há alguma discrepância nas afirmações do Presidente da Direcção ao afirmar que há as melhores relações institucionais e a discordância sobre o parecer. Não vê no parecer do Conselho Fiscal qualquer tentativa de ultrapassagem ou menos respeito pela Direcção. Falou sobre o problema das relações com a Federação Distrital das Colectividades do Porto, chamou a atenção para o que nem expresso nos estatutos desta Federação Nacional que é a de Lisboa e quer que a Assembleia seja esclarecida sobre o que se passa quanto a contactos com o Norte. Também pediu esclarecimentos sobre o protocolo com a Sociedade Portuguesa de Autores. O senhor Carlos Costa, falando na qualidade de representante da sua colectividade, cumprimentou a Direcção pelo documento apresentado à Assembleia, lamentou

J. Franco

Tou a pouca presença de federados e disse entendes que este aspecto devia ser debatido no Boletim. Foi o caso das relações com a Federação Distrital das Colectividades do Porto que após o 2º Congresso das Colectividades se devia ter integrado na Federação Nacional. Pediu explicações sobre as recusas de subsídios que foram pedidos à Secretaria de Estado da Cultura, à Fundação Gulbenkian e aos C.T.T. Também disse não ver qualquer intenção menos correcta do Conselho Fiscal no seu Parecer. Scrafin Alves pediu licença para intervir como delegado da sua colectividade e lembrou que já na Assembleia Geral anterior o voto de louvor proposto pelo Conselho Fiscal, ao Pessoal, levantou alguma polémica. Acha que a Direcção, que é quem tem a responsabilidade da gestão da Federação, fica isolada neste assunto. No caso de haver pontos de fricção da Direcção com o pessoal, este voto vem atar-lhe um pouco as mãos e tirar-lhe margem de manobra. Votará a favor do Parecer do Conselho Fiscal mas lamenta esta pequena divergência. O Presidente do Conselho Fiscal pediu a palavra para dizer que na Assembleia Geral anterior o voto foi aprovado por unanimidade pelo que não entende bem a questão que agora se levanta. O representante do Clube de Fuzentes da Aeronáutica disse que se esta a entrar numa polémica sem interesse. O facto do Presidente da Direcção afirmar que há boas relações institucionais entre os vários órgãos não quer dizer que não haja diferença de opiniões. A Direcção compete admitir, demitir ou louvar o pessoal e o voto proposto traduz algum hábito e pode não ser abrangente de todo o pessoal. Esta questão podia ter sido eliminada se tivesse

08  
havido conversações entre os dois órgãos. O senhor Presidente do Conselho Fiscal responde que este órgão não tem de pedir a opinião de ninguém para elaborar os seus Pareceres, se não fosse assim alguma coisa iria mal.

Pedi a palavra o senhor Raül Vilar para afirmar que o assunto se está a alongar demasiado e que o Conselho Fiscal ao pedir este voto de louvor ao pessoal está implicitamente a dar um voto de louvor à Direcção pela maneira como o pessoal foi dirigido. O senhor Joaquim Rebelo vem dizer que a maneira como o assunto está a ser debatido pode criar uma divergência entre a Direcção e o Conselho Fiscal, o que não tem cabimento. O Conselho Fiscal tem toda a legitimidade e o seu Parecer sujeita-se ao voto da Assembleia. Novamente pedi a palavra o Presidente do Conselho Fiscal para dizer que este é um assunto que depois de expreendido não deixa qualquer resto. O Conselho Fiscal deu o seu Parecer com a melhor boa fé e fica feliz se for aprovado. O Presidente da Direcção disse dos problemas que há com uma das empregadas que pela sua actuação talvez até que tenha de deixar a Federação e que pode tentar inbuscamente voto argumentos a seu favor. Quanto à recomendação, da rubrica onde deve ser lançada a verba citada no Parecer, lhe parece que é uma reprimenda e não acha isso normal. Explicou que a Secretaria de Estado da Cultura não respondeu ao pedido de subsídios, que os C.T.T. não deram, que a fundação Bulbuckian respondeu não estar dentro do seu âmbito. Falou sobre a Fed. Distrital das Colectividades do Porto, que tem os seus estatutos legalizados e citou outra Federação aparecida há pouco tempo e que é de âmbito



Concílio. Como disse, podem aparecer as que  
quiserem. Lamentou que tenhamos perdido qualquer  
influência sobre as colectividades do Porto, restan-  
-mos duas ou três federadas desta área. Tem-se teu-  
tado estabelecer as melhores relações entre as duas  
Federações e acha que este é o modo de a Federação  
Portuguesa, que é de âmbito nacional, ter mais força.  
O Presidente da Mesa pediu a palavra para falar  
como delegado da sua colectividade. Disse que os  
objectivos da Federação existente no Porto não os mesmos  
que se defendem na Federação Nacional - a defesa e  
o desenvolvimento do associativismo. Que o assunto  
é antigo, que nunca teve desenvolvimento de acordo  
com as decisões do 2.º Congresso e não é agora que se  
vai dar a volta ao caso, de maneira precipitada  
e sem bom senso. A Direcção está atenta ao assunto  
e disse dar-lhe o seu apoio.

Os senhores Mário Barreiros e Joaquim Rebelo falaram  
ainda sobre pareceres técnicos de recomendação  
do Conselho Fiscal. Novamente o Presidente da Mesa  
tomou a palavra, na qualidade de delegado da federa-  
da que representa, para manifestar a sua convicção  
de que não houve intenções, menos claras da parte  
do Conselho Fiscal. Mais reuniões dos corpos gerentes  
talvez tivessem evitado esta confusão. Novamente o  
Presidente do Conselho Fiscal pediu a palavra para  
dizer que, fôrme de futuro leia esta acta talvez ven-  
re a perceber das considerações técnicas. Houve  
pouco tempo para a apreciação das Contas, e para  
elaboração do Parecer. Se por um lado não pode  
deixar de reivindicar a liberdade de escrever no  
Parecer o que acha o Conselho Fiscal res a sua  
opinião, entende que se houverem mais tempo  
talvez este caso não tivesse desenvolvido.  
De qualquer modo garante que não houve

qualquer intencão de ultrapassagem do Executivo. Quanto ao voto de louvor ao Pessoal refere-se apenas à actuação desta perante o Conselho Fiscal, que não tem qualquer razão de queixa e não tem nada a ver quanto à relação entre a Direcção e o pessoal, admitindo que a Direcção possa ter opiniões diferentes, como aliás já foi afirmado pelo senhor Presidente da Direcção.

Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa propôs uma metodologia para as votações tendo o senhor Joaquim Pinho posto algumas objecções. O Presidente da Mesa disse que não queria que houvesse dúvidas e assim, pôs à votação o Relatório da Direcção, o qual foi aprovado por maioria com uma abstenção do senhor Raúl Vilar, o qual ditou para a acta a seguinte declaração de voto: - abstenho-me nesta votação, porque considero que na parte relativa às representações há pouca informação e porque devia o Relatório ser mais explícito no que se refere aos subsídios pedidos e não concedidos. De seguida foram postas à votação as contas relativas ao ano de 1991, que foram aprovadas por unanimidade.

Posto à votação o Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas, foi aprovado por unanimidade. O voto de louvor à Direcção proposto pelo Conselho Fiscal foi aprovado por unanimidade. Por fim foi posto à votação o voto de louvor ao Pessoal, que foi aprovado por maioria, com quatro abstenções. O senhor Raúl Vilar ditou para a acta a seguinte declaração de voto: - Abstenho-me na votação desta proposta face às declarações feitas pela Direcção sobre este assunto.

Terminado o ponto da ordem dos trabalhos,

f. Franco

O Presidente da Mesa considerou aberto o espaço às intervenções fora da ordem dos trabalhos. —

Pedi a palavra o senhor Raül Vilas para falar sobre as relações com a Federação Distrital das Colectividades do Porto. Disse achar que o assunto é demasiado grave para ser tratado hoje e que não pode pensar-se em impor qualquer decisão ao Porto. Os novos novos estatutos contemplam as associações regionais e é neste contexto que o caso tem de ser visto. Não há nada que impeça o aparecimento de novas associações, o que temos é o dever de salvaguardar a unidade entre as colectividades. Fez que a Direcção não deve actuar sózinha e que o assunto deve ser levado a uma Assembleia Geral. O Presidente da Mesa disse que tem acompanhado o assunto, que a Direcção tem trabalhado com bom senso e há novos desenvolvimentos a par. Em resposta a uma observação do senhor Raül Vilas que falou sobre um documento relativo à entrega de uma medalha ao falecido cantor José Afonso, disse não ter encontrado nada. —

Pedi a palavra o senhor Joaquim Pinho que se congratulou com o facto do Presidente da Assembleia Geral se ter penitenciado quanto às poucas convocatórias para reuniões de Corpos Colectivos. Compreende as dificuldades do Presidente da Assembleia Geral em fazer estas convocatórias mas estas são uma forma de envolver todos os elementos do Corpo Colectivo na vida da Federação e de lhes dar responsabilidades. O que hoje aqui se passa é o reflexo de relações frias entre os órgãos sociais da Federação. Por último, disse que já há três anos vem afirmando que os estatutos devem ser revistos, que a Federação é muito grande e os estatutos têm de estar à sua altura. Referiu-se ainda ao facto da eliminação das federadas

"Grupo dos Rodetos" e "Orpion do Porto"; que não se tratou de eliminação administrativa mas que estas colectividades se demitiram; Se as cartas não desapareceram devem estar nos respectivos processos.

O Presidente da Direcção pediu a palavra para dizer que se os Corpos Gerentes não sabem o que se passa na Federação é porque não querem. Em 1991 reuniram-se os Corpos Gerentes e o Conselho Geral mais vezes do que nos três anos anteriores e que têm havido sempre da parte da Direcção a maior disponibilidade para explicar e elucidar sobre tudo o que se passa.

O Presidente da Mesa referiu que vem muitas vezes à Federação e sempre encontra directores presentes a qualquer hora. Na sua opinião quem quiser colaborar com a Direcção pode fazê-lo sem ter preciso haver reuniões, especiais para solicitar tal colaboração.

Por não haver mais intervenções, os trabalhos foram encerrados pelas 24 horas.

Seguem-se as assinaturas dos membros da Mesa

Presidente da Mesa



1.º Secretário

2.º Secretário



ACTA N.º 34

Nos quatorze dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e dois, pelas vinte e duas horas, em segunda convocatória, reuniu a Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede na Rua da Palma, n.º 256/A, em Lisboa.

Falta a  
assinatura do  
1.º Secretário  
Joaquim Rebelo  
Soc. Fil. Tiago Saizaluna



Verificando-se, na altura da constituição da Mesa, a ausência do 1.º Secretário, senhor Augusto de Oliveira, o Presidente da Mesa propôs à assembleia que o lugar fosse ocupado pelo delegado da Federada Grupo de Bandolunistas 22 de Maio de 1925, senhor Armando Baptista. Tendo sido aceite a proposta, ficou a Mesa constituída pelo seu Presidente, senhor Alberto Pereira Ramos, 1.º Secretário, senhor Armando Baptista, 2.º Secretário senhor Serafim Alves.

Foi lida a convocatória, onde constava como Ordem de trabalhos, ponto único: - Discutir e votar uma proposta da Direcção para atribuição de títulos de Sócio Honorário.

Pelo 2.º secretário foi lida a Acta da Assembleia anterior, que foi posta à discussão, não tendo merecido qualquer reparo da assistência. Posta à votação, foi aprovada por unanimidade. Entrou-se na Ordem de trabalhos e foi dada a palavra ao Presidente da Direcção que leu a seguinte proposta: - Considerando a dedicação federativa das mais antigas filiações da Federação, quer como fundadores, quer como suporte da existência da própria Federação, a Direcção em exercício propõe à digníssima Assembleia Geral, reunida em quatorze de Maio de 1926: - Que seja concedido o título de sócio honorário às colectividades, abaixo indicadas, que se filiaram durante o mandato da Comissão Organizadora (Junho de 1924 a Julho de 1926) e que ainda não lhes tinha sido atribuída tal dignidade: - Federada n.º 2, Associação Concentração Musical 24 de Agosto - Federada n.º 4, Sociedade Filarmónica Alunos Esperança - Federada n.º 5, Ginásio do Alto da Pina - Federada n.º 8, Campolide Atlético Clube - Federada n.º 10, Academia Recreativa Leais Amigos

- Federada n.º 11, Sociedade Instrução e Recreio Barreirense "Os Penicheiros"
- Federada n.º 12, Grupo Excursionista do Castelo
- Federada n.º 13, Juventude da Galícia
- Federada n.º 15, Grupo Dramático Ramiro José
- Federada n.º 17, Casa de Lafões
- Federada n.º 18, Clube Familiar Muscovidense
- Federada n.º 19, Sociedade Musical, Ilmos Alvs, Rente
- Federada n.º 20, Sociedade Filarmónica Recordação d'Apolo
- Federada n.º 21, Academia 1.º de Setembro de 1867
- Federada n.º 22, Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordão
- Federada n.º 23, Sociedade de Instrução Guilherme Corroal
- Federada n.º 25, Lusitano Clube
- Federada n.º 26, Ajuda Clube
- Federada n.º 28, Clube Musical União

Lisboa, 12 de Maio de 1942

Assina a proposta, o Presidente da Direcção, senhor José Manuel Sousa Mendes

Foi em seguida dada a palavra à assembleia para discussão da proposta. Não tendo havido intervenções, o Presidente da Mesa passou à votação. A proposta foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Terminada a Ordem de trabalhos, foi dado início ao período "fora da Ordem de trabalhos". Pediu a palavra o delegado do Campolide Atlético Clube que se congratulou pela aprovação da proposta e deu conhecimento da forma como a juventude está a trabalhar na sua colectividade e manifestou toda a disposição para colaborar nos trabalhos da Federação.

Depois de mais algumas trocas de opinião, foi a assembleia dada por encerrada, eram 23h e 30m.

Seguem-se as assinaturas dos membros da Mesa

Presidente da Mesa

1.º Secretário

2.º Secretário

*(Handwritten signatures)*  
 José Manuel Sousa Mendes  
 António O. Costa  
 Joaquim Alves

Assinada Patente

## ACTA Nº 35

dos onze dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e dois, pelas 21 horas e 50 minutos, em segunda convocatória, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede na Rua da Palma, 256/A, em Lisboa.

Não tendo comparecido o Primeiro Secretário da Mesa, senhor Augusto de Oliveira, por motivo de doença, o Presidente da Mesa convidou o representante da federada Belém Clube, senhor Mário Koper para desempenhar o cargo de Primeiro Secretário. Posto o assunto à consideração da Assembleia, não houve oposição, tendo o referido senhor ocupado o lugar na Mesa.

Lida a convocatória, deu-se início à Assembleia, tendo o Segundo Secretário lido a acta da Assembleia anterior que foi aprovada por maioria, com duas abstenções. Os presentes que se absteram justificaram o seu voto por não terem estado na referida Assembleia.

Entrando-se na ordem de trabalhos cujo ponto único era a Discussão e Votação do Plano de Actividades e Orçamento para 1993, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Direcção que fez a apresentação do documento.

Pediu a palavra o senhor Sabino de Sousa que fez perguntas sobre como pensava a Direcção arranjar as verbas relativas a Projectos Suplementares, as Acções de Formação, Roteiro de Bandas Filarmónicas e Centro de Documentação. Seguiu-se o senhor Rui Vilas que disse fazer-se o orçamento de despesas, que se eleva a 33.885 contos, apenas em hipóteses. Pôs em questão o facto de a Direcção não ter elementos em número suficiente para realizar todo o trabalho que o plano apresentado representa. Questionou ainda o trabalho de formação que se está a fazer, colocando concretamente: quanto custa cada formando, o tipo de formação que se faz. Falou ainda sobre acções desportivas.



O senhor Presidente da Direcção respondeu que este Plano de Actividades já foi apresentado a uma reunião do Corpo Gerentes onde foram dadas essas e outras respostas, tendo especificado alguns pontos.

O senhor Joaquim Pinho disse corresponder este Plano à continuação de uma mudança no estilo de trabalho da Federação e que se os apoios não faltarem todo o trabalho é realizável.

Tomou juramento a palavra o senhor Raúl Vilas para afirmar que em sua opinião este Plano de Actividades não é exequível pondo ainda a questão sobre se a missão da Federação é "Formar" dirigentes ou defender o Associativismo.

O representante da Sociedade Filarmónica Ewaldius Pais disse estar de acordo com as acções de formação e contou o que se passa com a experiência da sua colectividade que tem um orçamento de 50.000 contos e uma quotização baixa.

Interveio o Presidente da Mesa, que pediu licença para falar do local onde estava, para explicar o que se tem passado com as acções de formação, do êxito que tem obtido junto dos formandos e das Câmaras que tem comprado estas acções.

O senhor Parada Gonzalez disse ser esta a crueza habitual nas nossas Assembleias Gerais. Já há dois anos a Direcção apresentou um Plano de Actividades que rompia com os hábitos anteriores. Não duvida que o trabalho que se tem feito tem agradado e isso nota-se nas conversas que se têm quando se fazem visitas às colectividades. Fez notar que este Executivo tem trabalhado duramente e entende que se tem feito trabalho útil.

O senhor Samuel Vidal disse que, anteriormente, sempre tivemos orçamentos e planos muito modestos, mas tínhamos dinheiro e nem o pouco a que

J. Franco

nos propunhamos conseguíamos realizar. Acha que esta discussão é saudável e que se o plano é audaz e atrevido, a Direcção já deu provas de que é capaz de trabalhar e vai realizando e conseguindo, o que não acontecia com Direcções anteriores. Mesmo que haja falhas na realização do Plano proposto, se uma parte for executada já é bom; bastaria a realização das acções de formação para justificar o trabalho do Executivo que se estivesse completo poderia ir ainda mais longe.

O senhor Carlos Costa considerou que o Plano pode ser audaz mas se nos limitáremos a gerir as receitas ordinárias, nada se faria; o que devia ser condenado é a ingratidão do Estado que não dá apoio à Federação.

O senhor Presidente da Direcção disse que perante os dirigentes mais antigos pode haver a impressão que os dirigentes actuais é que se consideram bons mas as coisas não são assim e que o trabalho agora feito assenta sobre o que foi realizado pelos dirigentes anteriores. Vai-se tentar avançar com a história desta Federação e ela recia a de todos aqueles que por esta casa têm passado.

Não havendo mais intervenções, foi o Plano de Actividades e Orçamentos para 1993 posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

O senhor Raúl Vilar fez, verbalmente, uma declaração de voto, afirmando que é o seu realismo que o leva a dizer e manifestar o que disse nas intervenções. Quando votou a aprovação do documento da Direcção fez-lo conscientemente e não pretendia, como nas suas intervenções, chamar a atenção da Direcção para que não possa vir a ser acusada de prometer o que não pode fazer.

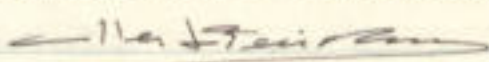
No período "fora da ordem dos trabalhos" o senhor

Raúl Vilal perguntou se fomos convidadas para uma reunião que houve no Ministério da Educação sobre actividades desportivas, para a qual foram convidadas todas as federações e que pretendia saber o que pensava a Direcção sobre o assunto. Em relação ao Projecto "Lisboa Capital da Cultura em 1994" quis saber se a Federação já tem alguma coisa pensada sobre este assunto.

O Senhor Presidente da Direcção informou que não fomos convidadas para a reunião no Ministério, e que não era de estranhar já que a nossa área será a do "Desporto para Todos." Quanto ao projecto Lisboa Capital da Cultura que, segundo se diz, terá um orçamento de 8 milhões de contos, irão caber às Colectividades e Juntas de Freguesia 150.000 contos. Podemos apresentar projectos próprios e temos trabalhado nesse sentido. Temos preparado um projecto para um Centro para Amadores de teatro, estamos a ultimar outro para uma Exposição das Colectividades de Lisboa e pretendemos ainda, dentro do mesmo âmbito, fazer um levantamento das colectividades de Lisboa e conseguir dar forma à ideia de se elaborar a História da Federação. Acresce que agora é própria Comissão nomeada que vem ter connosco para colaborarmos através da cedência de instalações e fornecer informações às colectividades, prevendo-se até a instalação de um telefone só para este serviço.

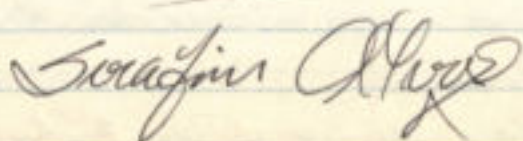
Não havendo mais intervenções, a Assembleia foi encerrada.

Seguem-se as assinaturas dos membros da Mesa

Primo Ramos Presidente da Mesa 

Raúl Lopes 1.º Secretário

Serafim Alves 2.º Secretário



## ACTA Nº 36

Aos vinte e seis dias de Março de mil novecentos e noventa e três, às vinte e uma horas, em segunda convocatória, reuniu a Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede na Rua da Palma, nº 256-A, em Lisboa.

Com a Mesa composta por Alberto Pereira Ramos, Presidente da M.A.C. e os senhores Augusto de Oliveira e Serafim Silva, respectivamente, primeiro e segundo Secretários e com a presença de diversos federados, foi aberta a sessão.

Pelo segundo Secretário foi lida a acta da Assembleia Geral anterior a qual não merece quaisquer reparos dos presentes. Posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Entrando-se na ordem dos trabalhos, o segundo Secretário lê a proposta da Direcção que corresponde aos pontos únicos da ordem de trabalhos:

— Considerando que se demitiram dos cargos que ocupavam na Direcção, o 1.º Secretário, Sociedade Recreativa da Granja e o Vogal Sport Grupo Sacavense, representados, respectivamente, por Oscar Rodrigues Martins e Domingos Lourenço, propomos: - Que as referidas vagas sejam preenchidas, respectivamente, pelo Marítimo Lisboa Clube, representado por Joaquim Garcia e Futebol Clube Atlético da Amadora, representado por Carlos Costa.

Lisboa, 26 de Março de 1993. Assina pela Direcção o senhor Lourada Mendes.

O Presidente da Mesa explicou aos presentes que ainda fica por preencher um dos cargos de Vogal da Direcção.

Foi dada a palavra ao senhor Sabino de Sousa que perguntou se os senhores indicados para o

proximamente dos lugares vagos se encontraram na sala. Foi dada a explicação que um dos senhores se encontra doente e que o outro não podia estar presente por motivos particulares. —

Mão havendo mais intervenções, foi a proposta da Direcção posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade. —

Mão havendo mais assuntos a tratar foi a assembleia encerrada às vinte e uma horas e trinta minutos. Seguem-se as assinaturas dos membros da Mesa. —

Presidente da A.G. 

1º Secretário Augusto Largo de Oliveira

2º Secretário Serafim Alves

Ser. Alves

### ACTA Nº 37

Aos vinte e seis dias de Março de mil novecentos e noventa e três, pelas vinte e duas horas e quinze minutos, em segunda convocatória, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua sede na Rua da Palma, nº 256-A, em Lisboa.

A Mesa foi constituída por Alberto Pereira Ramos, que presidiu e pelos Senhores Augusto de Oliveira e Serafim Alves, respectivamente, Primeiro e Segundo Secretários.

Declarada aberta a sessão, foi lida a [ordem de trabalhos] digo, convocatória que tinha como ponto único da Ordem de Trabalhos: - Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas e respectivo parecer do Conselho Fiscal, referentes ao ano de 1992.

Pediu a palavra o Senhor Sabino de Sousa que solicitou que fosse feita a chamada das colectividades presentes, verificando-se que se en-

continuaram na sala os representantes das diversas colectividades federadas.

Foi de seguida dada a palavra ao Senhor Presidente da Direcção para dar a conhecer o Relatório e as Contas apresentadas.

O Senhor Carlos Costa, representante da Soc. Democrática União Barreirense "Os Franceses", tomou a palavra para chamar a atenção e lamentar que estejam tão poucas colectividades representadas; louvou a iniciativa da Direcção pela realização do Dia Mundial da Física, que tão poucos apoios tem obtido e manifestou a sua pena por não se ter conseguido levar à prática a Mostra de Teatro de 1992. Sobre o Boletim pediu que fosse esclarecido sobre a receptividade que tem tido o Boletim. Aflorou ainda a questão da ausência de subsídios estatais a esta Federação.

O Senhor Raúl Vilar disse que esta Federação não tem tido as "portas abertas" que é preciso sair destas paredes e que se não têm aproveitado as oportunidades dos últimos dez anos; admitiu um certo miserabilismo e temo-nos acomodado. Falou ainda sobre o decreto das Federações Desportivas, disse que a Federação tem tido pouco diálogo com as colectividades e manifestou a sua esperança em que o Congresso rompa com esta situação.

O Senhor Custódio Ferreira deu os parabéns à Direcção pelo Relatório. Falou sobre a política do Tratel que no Distrito de Santarém alicia as colectividades para nele se filiarem e depois a disposição esportáculos gratuitamente. Continuando as colectividades a não ter apoios governamentais e aumentando as ofertas de distrações, talvez esteja justificada a ausência das pessoas. Manifestou a esperança de que o

78  
Congresso possa mudar as coisas.

O Senhor Baquim Pinho, disse achar que o movimento associativo em Lisboa está um pouco passivo e que talvez não aconteça mentres pentes do país. Quanto ao material não há que admirar pois é "a mão" do governo no movimento associativo.

O Senhor Coelho da Casa da Comarca de Figueiros dos Vinhos, disse estar de acordo com o Relatório, que sendo simples é claro, que gosta do Boletim e que é importante que se continue a fazer formação. Acha que o número de representações feitas quer dizer que a Federação está viva e que o Congresso não vai trazer soluções para tudo mas que se deve alargar o número dos convites. Quanto aos subsídios que nos são negados, acha que no Boletim deve ser denunciada a situação.

O Senhor Carlos Ribeiro, da Sociedade Filarmónica de Amadora, disse que a Federação devia dinamizar os dirigentes associativos para fazerem mais trabalho junto dos sócios. Quanto aos subsídios disse que se as colectividades não pedir mais ao Poder local é porque junto deste Poder têm mais esperança de ser atendidos do que pelo Poder Central.

O Senhor Sousa da Mendes respondeu a várias questões que foram postas. Disse que a Federação esteve no Congresso Internacional de Desporto para Todos e que fizemos uma intervenção. Quanto ao Boletim, sabe-se que há boa aceptividade pelos contactos que têm sido feitos e além disto é também distribuído às Bandas não federadas. Declareceu sobre quais as entidades que não têm dado apoio. Acha que o Relatório está demasiado conciso e que no próximo ano se devesse fazer um mais explicativo. Fei dada a palavra ao Conselho Fiscal tendo



O seu Presidente lido o Parecer.

Não havendo intervenções foi posto à votação o Parecer do Conselho Fiscal tendo todas as suas propostas sido aprovadas por unanimidade.

Entrando-se no período fora da ordem dos trabalhos, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Direcção que disse ter sido a Federação convidada para a apresentação do novo "Estatuto das Federações". O que apresentaram foi "só conversa" e por isso só nos poderemos pronunciar quando conhecermos o projecto de Decreto-Lei e naturalmente que se pensa que o assunto há-de ter discussão na Federação. Sobre o Estatuto de Utilidade Pública Desportiva vai-se verificar que haverá quem venha a ser subvencionado enquanto outras associações nada levam. O Estatuto só será concedido às entidades que parem a ter um responsável por toda a actividade e que deverá ser o Presidente da Direcção. Trata-se de uma norma verdadeiramente anti-associativa com a qual a Federação não deverá concordar. Sobre Lisboa, Capital da Cultura em 1994, não se fez o protocolo que se pensava e limitar-se-ão a dar apoio a um grupo que vem trabalhar na Federação. No entanto, está aprovado um Curso de Teatro (três mil contos), mas quanto aos projectos: - exposição das colectividades de Lisboa, caracterização das colectividades de Lisboa, animação cultural, há dificuldades. O projecto sobre a História da Federação poderá vir a ser aceite se a Federação arranjar editora para a publicação do trabalho.

A Federação foi convidada para o Congresso "O Município e o Desporto" a realizar em Sesimbra onde iremos fazer comunicações. Sobre as actividades que se têm levado a efeito e as que se



28  
pensam realizar a curto prazo foi feita uma  
exposição detalhada. Deu também conhecimento do  
seu site para estarem presentes na FILAZER e lá  
estarem em Junho.

Falou ainda o representante do Grupo Bandolim  
em 22 de Maio de 1925 que falou das presenças da  
Federação nas iniciativas da sua colectividade.

Foi aprovado por unanimidade um voto de pesar  
pelo falecimento do Dr. Augusto das Neves, que foi  
Presidente da Federação Distrital do Porto.

Não havendo outros assuntos a tratar foi a assem-  
bléa encerrada.

Seguem-se as assinaturas dos membros da Mesa.

Presidente da Mesa.

1.º Secretário *Albino Pereira Ramos*

2.º Secretário *Serafim Alves*

### ACTA Nº 38

Aos dezoito dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e  
noventa e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minu-  
tos, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação  
Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, na sua  
sede, Rua da Palma, 256/A, em Lisboa.

Estavam inscritas no livro de presenças vinte colecti-  
vidades.

Declarada aberta a sessão e não estando presente o 2.º  
Secretário, senhor Serafim Alves, que justificou a sua  
ausência por motivos de ordem pessoal, o Presidente  
da Mesa pôs à consideração da assembleia chamar  
para o desempenho do lugar o senhor Joaquim António  
Pinho Augusto, da Sociedade Boa União. Não havendo qual-  
quer oposição, este senhor ocupou o lugar de 2.º Secretário,  
ficando a Mesa composta pelo Presidente, Alberto  
Pereira Ramos, Augusto Marques de Oliveira, 1.º Secretário e  
por Joaquim António Pinho Augusto, 2.º Secretário.

J. Franco

Dada a convocatória, cujo ponto principal da ordem de trabalhos era a "Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas e respectivo Parecer do Conselho Fiscal, referente ao ano de 1993," o 2º Secretário leu a Acta nº 37, da Assembleia anterior.

Posta à discussão, ninguém usou da palavra pelo que foi posta à votação. A Acta foi aprovada por maioria, com três abstenções de assistentes que não estiveram presentes na dita assembleia.

O senhor Sabino de Sousa chamou a atenção para o facto de não se ter feito a chamada das colectividades presentes. A chamada foi feita posteriormente, verificando-se que estavam presentes todos os inscritos. De seguida foi dada a palavra ao senhor Presidente da Direcção para apresentar o Relatório e Contas. O senhor Sr. Manuel Dourada Mendes fez uma explicação do relatório e chamou a atenção para alguns dos aspectos que lhe pareciam mais notáveis. Dada a palavra ao Conselho Fiscal, o Presidente, senhor Samuel Lige Vidal, leu o respectivo parecer.

Portos os documentos à discussão da assembleia pediu a palavra o senhor Carlos Costa que começou por lamentar que as assembleias continuem com pouca assistência e demonstrando certo alheamento da discussão dos vários assuntos relativos à vida das associações. Verberou a atitude da Secretaria de Estado da Cultura que se mantém numa constante posição de ignorar a Federação. Terminou dando o seu parecer favorável aos documentos da Direcção e do Conselho Fiscal.

Pediu a palavra Maria Rita Ramos, da Casa do Povo de Corroios, que teve algumas considerações sobre o Congresso e disse estar também de acordo com os documentos em discussão.

Pela Casa da Comarca de Figueiró dos Vinhos falou o senhor Cotho que chamou a atenção dos corpos berentes para a necessidade de levar à prática as conclusões do Congresso, teve outras considerações sobre a regularidade

do Boletim, que elogiou e ainda a apresentação da sede e das actividades nela desenvolvidas. Dime estar de acordo com os documentos apresentados.

O senhor Costa Bartista, do Grupo Bandolinista 22 de Maio de 1925, cumprimentou o senhor Carlos Costa, citou Raúl Estevan dos Santos, falou sobre o Congresso e cumprimentou o senhor Lourada Mendes pelo esforço dispendido. Manifestou o seu acordo com o Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal.

O representante da Casa do Alentejo, senhor Manuel Alumiha, disse que gostaria de ver uma Assembleia mais representativa e cumprimentou o senhor Carlos Costa por ter sido o primeiro a intervir e pelo modo como o fez. Considerou que o Relatório continuava a ser modesto pois se tinha trabalhado muito e desenvolvido muitas actividades. Achou que os documentos deviam ser aprovados.

Pela federada n.º 1 - Academia Recreio Artístico - falou o senhor Amadeu de Almeida que criticou a Comunicação Social pelo pouco apoio dado ao Congresso, disse sobre o antigo dirigente Sílvia Silva, cujo medalhão está nas paredes da sala de sessões da Federação e disse que gostaria de voltar a ver as colectividades desfilar nas ruas de Lisboa, com os seus estandartes, bandas e representação das suas actividades. Também está de acordo com os documentos apresentados à assembleia.

Não havendo mais intervenções, passou-se à fase das rotações.

O Relatório e Contas da Direcção foi aprovado por unanimidade e aclamação. Foi aprovado por unanimidade um voto de louvor à Direcção pelo trabalho realizado. Na sua globalidade foi o Parecer do Conselho Fiscal aprovado por unanimidade.

Passados ao período de FORA DA ORDEM DOS TRABALHOS,

J. Ferreira

tomou a palavra o Presidente da Mesa que pediu licença para falar do seu lugar na Mesa. Começou por esclarecer o representante da Academia Recreio Artístico que vai ser colocada na sala numa placa com o nome de Júlio Silva.

Fez depois o elogio do Presidente da Direcção, José Manuel Dourado Mendes, pelo trabalho realizado, sob sua direcção, durante o mandato e por ter sido o grande obreiro do Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Afirmou que sem a sua persistência e resistência a todas as dificuldades não teria sido possível levar-se à prática esta realização que era perseguida há longos anos por todas as Direcções. Esta intervenção foi sublinhada com uma salva de palmas por todos os presentes que assim distinguiram o senhor José Manuel Dourado Mendes.

O senhor Manuel Alviminha, Tesoureiro da Direcção, manifestou o seu agrado por ter feito parte da Direcção que chegou ao fim do mandato e elogiou o Conselho Fiscal que, disse, fiscalizou mesmo e com a sua acção deu confiança e segurança ao trabalho do Tesoureiro.

Samuel Orge Vidal, disse que o Parecer do Conselho Fiscal pode parecer modesto mas que dada a modestia do Relatório da Direcção, também não se poderia alargar muito mais. No entanto, afirmou, esta Direcção foi certamente a melhor dos últimos 30 anos, mesmo com a desmobilização de alguns elementos, os que ficaram fizeram um trabalho muito válido. Disse ainda que o Conselho Fiscal está satisfeito por ter trabalhado com esta Direcção e fez votos para que a Direcção que venha a ser eleita faça trabalho tão válido como a que terminou o seu mandato.

O senhor Carlos Costa, cumprimentou a Direcção pelo trabalho desenvolvido em todos os campos, deu o seu acordo à Academia Recreio Artístico pela sugestão de

um desfile de colectividades com as suas bandeiras, aproveitando o 70º aniversário da Federação, disse que gostaria de ver levada a efeito a "semana das colectividades"; desenvolveu a ideia de uns Jogos Florais durante o ano de Lisboa Capital da Cultura e que seria bem colocar-se na sala uma placa comemorativa do Congresso realizado em Almada no ano de 1993.

Pedi a palavra o Presidente da Direcção que tecer algumas considerações sobre o Congresso e concordou que ao fazer-se um Relatório modesto se penalizassem todos os elementos da Direcção o que não foi justo. Esclareceu que a Federação faz parte do Comité Olímpico Português, da Federação Internacional de Desporto para Todos, do Conselho do Plano Estratégico de Lisboa e do Conselho de Opinião da R.T.P.

Por não haver mais intervenções, o Presidente da Mesa agradeceu a presença dos senhores delegados e, cerca das 24 horas, deu por encerrados os trabalhos da assembleia.

Seguem-se as assinaturas dos Membros da Mesa

Presidente da MAG

1º Secretário

2º Secretário

António Fagundes de Almeida

Luís Miguel

arras para  
ca. Raimos  
Luís Miguel  
Segundo  
Almeida



## ACTA Nº 39

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e quatro, entre as 10,30 e as 18 horas, reuniu na sua sede social, na Rua da Palma, n.º 256/A, em Lisboa, a Assembleia Geral Eleitoral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, com a seguinte ordem de trabalhos: — Ponto único: — Eleições dos Corpos Gerentes e Conselho Geral para o triénio 1994/1996.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente, Alberto Pereira Ramos, 1.º Secretário, Augusto de Oliveira e 2.º Secretário, Serafim Alves.

Durante o período do escrutínio inscreveram-se no Livro de Presenças trinta e uma federadas. Aberta a urna contaram-se trinta e um votos tendo-se verificado o seguinte resultado:

Votos na lista A — 29

Votos nulos — 2

Votos em branco — 0

A Lista que foi votada tem a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Sociedade de Instrução e Recreio Baneirens "Os Penicheiros, representada por José Manuel Dourada Mendes

Vice-Presidente: Liga Regional Cojense, representada por Alberto Pereira Ramos

1.º Secretário: Sociedade Filarmónica Comércio e Indústria da Amadora, representada por Suresete de Jesus Pacheco

2.º Secretário: Independente Futebol Clube Torreense, representada por Serafim Alves

Sec. Suplente: Sociedade Filarmónica Agrícola Lousadense, representada por António de Jesus Sousa Pereira

Direcção

Presidente: Sociedade de Instrução e Beneficência "A Voz do Operário, representada por Feliciano Marques

18

Maestros da Cruz David

Vice-Presidente: Sociedade Entrepr Alhandriense, representada por Jorge Manuel Nunes Zacarias

1.º Secretário: Sociedade Boa União, representada por Joaquim António Pinto Augusto

2.º Secretário: Clube de Sargentos da Aero náutica, representado por José Miguel Fernandes Pasada Gonzalez

Tesoureiro: Casa do Alentejo, representada por Manuel António Barradas Alminha

Vice-Tesoureiro: Hockey Clube de Portugal, representado por Maria de Lourdes Ramos Pêla

Vogal - : Grupo Cultural e Recreativo de Rio deouro, representado por Teresa Maria dos Anjos Reis de Carvalho

Vogal - : Vitória Clube de Lisboa, representado por José Pinto de Figueiredo

Vogal - : Sociedade Recreativa e Desportiva de Caneças, representada por Maria Amélia Simões dos Santos Abrantes de Figueiredo

Vogal - : Grupo Recreativo de Terceira, representado por Sebastião Jesus da Costa Torres

Vogal - : Sociedade Filarmónica Recreio Artístico da Amadora, representada por João Luís Marques Pêla

Conselho fiscal

Presidente : Academia Recreativa "Leão Amigo", representada por Samuel Orge Vidal

Secretário : Casa do Conselho de Gouveia, representada por Álvaro Manuel Saraiva da Silva

Relator : Sport Lisboa e Campolide, representado por Mário Vasco Teixeira Barreiros

Conselho Geral

— Sr. Manuel Dourada Mendes, Presidente da Mesa da Assembleia Geral

— Samuel Orge Vidal, Presidente do Conselho

Fiscal

— Felício Marques Martins da Cruz David, Presidente da Direcção

Vogal — Carlos Santos Costa, representante da Sociedade Democrática União Barcelonesa "Os Francos"

Vogal — Raúl Augusto Vilar, representante da Sociedade Musical Odiréense

Vogal — Alexandre dos Santos Costa uheira (individual)

Vogal — Carlos Alberto Bernardino de Almeida (individual)

Vogal — Fernando Sabino de Sousa (individual)

Vogal — José Maria dos Santos (individual)

Após lavrada a presente acta dezanove por encerrados os trabalhos, sendo afixados no átrio e junto da porta de entrada os resultados apurados.

Seguem-se as assinaturas dos Membros da Mesa

Presidente da M.A.G. = Felício Marques

1.º Secretário — Manuel Afonso da Oliveira

2.º Secretário

ASSOCIATIVIDADE DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Manuel Afonso da Oliveira  
 Augusto da Silva  
 Serafim Alves



— ACTA N.º 40 —

Aos onze dias do mes de Maio de mil novecentos e noventa e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu na sua sede social, na Rua da Prata, digo Rua da Palma, n.º 256-A, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

A mesa foi presidida por José Manuel Dourado Mendes e por Susete de Jesus Pacheco e Serafim Alves, 1.º e 2.º secretários, respectivamente.

Foram inscritas no livro de presença 32 Colectividades.

Declarada aberta a sessão foi lida a acta n.º 38 referente à "Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas e respectivo Parecer do Conselho Fiscal, referente ao ano de 1993", que foi aprovada por maioria com 6 (seis) abstenções, os quais declararam a sua ausência na respectiva reunião.

De seguida foi lida a acta n.º 39 referente à eleição dos Carpos Gerentes para o triénio 1994/1996, a qual tinha sido aprovada em minuta em devido tempo. Foi lida a Convocatória, que tinha como ponto único — discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 1994 —.

Entrando-se de imediato na Ordem de Trabalhos foi dada a palavra ao Presidente da Direcção para apresentar o referido Plano de Actividades e Orçamento. Na apresentação do Plano, o Senhor Presidente realçou, depois de se referir ao Congresso das Colectividades de Cultura e Recreio, o seguinte: que se trata de um Plano de grandes acções nacionais e a necessidade de criar estruturas de âmbito regional, afirmar a Federação perante os órgãos do Poder Central, fazer a história do Movimento Associativo. Descreveu as acções já efectuadas

f. F. F. F.

No presente mandato e que se pretende atribuir galardões a Raul Soluado, Remice Muñoz, José Saramago, Virgílio Ferreira e 19.º João Vires, aquando do 70.º aniversário da Federação a festejar ainda este mês. Também com referência ao Aniversário comunicou que se iria efectuar um encontro de antigos dirigentes da Federação, Alunos Comemorativos e Sessões Solene.

Quanto ao Ano Nacional do Associativismo, declarou em Congresso, e a realizar em 1994, disse poder haver uma proposta para a preparação do mesmo, mas que a Direcção não tinha meios para o pôr em execução, nem havia tempo para a sua realização concreta e que se estava a prever transferir para 1995.

Quanto às Accões de Formação entendia que o espaço físico da Federação deveria ser reabilitado em Accões desta natureza.

Fez um apelo às Colectividades presentes para terem as quotas em dia e apontou a falta de receitas e a fragueza de tesouraria da Federação.

Referiu-se ao facto passado poucas horas antes da reunião, da presença da Federação e ele próprio como seu representante e demais corpos Gerentes e Federadas, terem sido transmitidos pela televisão - canal Sic - no programa Praça Pública, um debate que versou numa lei anti-democrática - Regulamento Policial do Governo Civil de Lisboa - entre as Colectividades, e nessa discussão pública enfatizou o papel da Federação em prol da defesa das Colectividades.

A seguir usou da palavra o delegado da Casa do Conselho do Salsal inquirindo sobre as receitas diversas da Federação tendo sido esclarecido devidamente pelo Resonante.

O Senhor Vilar - Conselho Geral da FPCC - começou por felicitar pela sessão televisiva de 'Praça Pública', atrás referida. Que a relação da Federação com as suas federadas

deveria passar por delegação a nível distrital e que os Estatutos existentes esclarecessem este ponto.

O representante do Grupo de Bandoleiros 22 de Maio de 1925, convidou a Assembleia para os eventos culturais que se efectuam no aniversário da sua colectividade. Neste mês de Maio, e congratulou-se com o debate na Televisão foi referido e que apoiava a Direcção e a sua dinâmica. O representante do Intefania Atlético Clube, agradeceu ao Presidente da Direcção a sua intervenção na SIC e deu o seu apoio à Direcção.

O representante da base do Alentejo falou em nome das bases Regionais referiu que o Regulamento Policial do Governo Civil agora em discussão é muito gravoso para as Casas Regionais sediadas em Lisboa.

O Representante do Sport Amoreira e Benfica descreveu as dificuldades existentes na sua Colectividade e a importância de se atender às necessidades do meio onde a colectividade está inserida.

O representante da Casa do Sardoal pediu a palavra pela 2ª vez dizendo estar satisfeito com o Plano de Actividades e no que toca ao Regulamento Policial do Governo Civil de Lisboa diz ser regulável e não crê que o Governo Civil esteja interessado em hostilizar as Colectividades.

O Representante da Academia Recreio Artístico acatou a explicação do Presidente de Direcção no que concerne ao Ano Nacional do Associativismo e que concorda que ele seja efectuado "em grande" e que será aconselhável fazê-lo em 1995.

Em seguida procedeu-se à votação do Plano de Actividades e Orçamento para 1994; o qual foi aprovado por unanimidade.

Foram-se por terminados os trabalhos às 23,30 horas. Pela presente se lavrou a presente acta que eu, Susete Pacheco, primeiro secretário escrevi a qual,

depois de lida pelos componentes da Mesa, foi, por todas, considerada conforme, e aprovada, pelo que, para sua inteira fi e validade, e para que faça prova, vai ser assinada pelo Presidente e Secretários.

Presidente da M.A.G. José Manuel Dourado Mendes  
 1.º Secretário Luísa Pacheco  
 2.º Secretário Joaquim Alves

ACTA N.º 41

— Aos vinte e um dias do mês de Janeiro de 1995 pelas quinze horas, reuniu na sua sede social, na Rua da Palma, número 256-A em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária, da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

— A mesa foi presidida por José Manuel Dourado Mendes, Presidente da M.A.G. e Luísa de Jesus Pacheco e Joaquim Alves, 1.º e 2.º secretários, respectivamente.

— Foram inscritas no livro de presenças 17 (dezanete) colectividades.

Declarada aberta a sessão foi lida a acta n.º 40, referente à "Discussão e Volacões do Plano de Actividades e Orcamentos para 1995". Sendo a mesma posta à discussão foi aprovada por maioria, com uma abstenção.

— Rectifica-se o parágrafo anterior:

— Declarada aberta a sessão foi lida a acta n.º 40 referente à "Discussão e Volacões do Plano de Actividades e Orcamentos para 1994", a qual foi aprovado por unanimidade.

De seguida foi lida a convocatória cuja Ordem de Trabalhos tinha como ponto único "Discussão e Volacões do Plano de Actividades e Orcamentos para 1995".

Foi dada a palavra ao Presidente da Direcção

a fim de apresentar o referido Plano para 1995 e que  
passou a expir: \_\_\_\_\_

- Ano Nacional do Associativismo vai ser comemorado em 1995, integrando as ações das Colectividades federadas. \_\_\_\_\_

- Campanha das novas Federadas - estabeleceu-se uma meta de 150 novas Colectividades federadas. \_\_\_\_\_

- Valores do Associativismo - Com base num projecto que existe da Direcção anterior, está a ser elaborado um novo projecto sobre os valores do Associativismo. \_\_\_\_\_

- Forum - está previsto a realização de um forum envolvendo as Colectividades; que são as grandes destinatárias do mesmo. \_\_\_\_\_

- Levantamento das Colectividades - está sendo preparada um projecto para levantamento, a nível nacional, das Colectividades existentes. \_\_\_\_\_

- Teatro - promover um encontro, a nível nacional, que permita as Colectividades apresentarem ao Poder Central as suas reivindicações. No mesmo espaço, que se prevê ser nas baldas da Rainha, a realização de uma Mostra de Teatro. \_\_\_\_\_

- Boletim - não tem sido em a periodicidade devida por falta de disponibilidade financeira, mas está-se a envidar esforços para arranjar publicidade para o editar e retomar a sua distribuição normal. \_\_\_\_\_

Bandas Filarmónicas - Conforme decisão saída do Congresso, está a ser implementada a criação de um Departamento de Bandas dentro da Federação, em reuniões que têm decorrido a nível nacional. \_\_\_\_\_

- O Orçamento para 1995 - conforme os documentos nas mãos do presente a previsão das despesas circa

f. Franco

em 66 mil contos aproximadamente, e toda a acção só poderá ser concretizada com subsídios e apoios de variada espécie, tanto do Poder Central, Autárquico, Colectividades e outras organizações e pessoas ligadas ao Associativismo Popular.

- O Tesoureiro referiu-se à actual situação económica da Federação dizendo que ela é muito complicada, que se vive numa agonia, que as quotas das federadas não cobrem no todo, os ordenados aos funcionários, que se tem de arranjar formas alternativas de financiamento e que não vê modificações ou subsídios a curto prazo, e que as Acções de Formação dadas pela Federação devem ser implementadas para realizar dinheiro, entre outras acções que possam ser criadas.

- Sobre este assunto o Presidente da Direcção focou o lapso de não se ter referido a este ponto das Acções de Formação, e informou que irá ter lugar em 1995, já em parceria com algumas autarquias, visto serem elas as financiadoras destas acções, adiantando na Formação de Formadores e que este ano será dado um impulso forte neste campo.

- O Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se mais alguém da Direcção ou Conselho Fiscal se queria debater sobre o Plano, e não havendo ninguém a responder, acionou inscrições para a discussão.

- Um dos membros do Conselho Geral, referiu-se à expressão Ano Nacional do Associativismo Popular - ANAP - algumas vezes usada pelo Presidente da Direcção no seu discurso, dizendo discordar da palavra Popular no contexto, explicitando que Popular pode significar pequenos, pequenas Colectividades pequenas, sem valor, pobres; que o orçamento deveria ser feito de acordo com as receitas da Federação e não com os subsídios que possam ter ou não atribuídos.

28

Ainda se referiu à criação de Núcleos e Associações Regionais das Colectividades, contemplados nos Estatutos.

- O Sr. Parado - Clube Raypente Aeronautica - 2º secretario da Federação deu uma definição, lida do dicionário, do que significava a palavra "Popular" e disse ainda que se deve programar e depois arranjar dinheiro, lembrando o projecto do congresso.

- Falou o Sr. Vitor Agostinho - Voz do Operário - disse recordar bem o conceito da expressão "Associativismo Popular". Quanto ao Plano está de acordo, queria de ver contempladas estruturas semelhantes de colectividades, mas que os próximos encontros e conselhos do Plano talvez possam levar, de outra maneira, a essa desejada estrutura. Fez algumas considerações ao Fórum, à sua necessidade, a fim de não haver intervalos tão longos entre Congressos, para se levantarem questões prementes do Associativismo Popular. Quanto ao Orçamento está de acordo como está feito.

- O Sr. Leopoldo Alves - Lud. Futebol Torreense - 2º secretario da Mag - pediu explicações acerca do porque do levantamento Nacional das Colectividades Orçarem em 39 mil contos e o Fórum em 3.100 contos, sendo esclarecido devidamente pelo Presidente da Direcção da aplicação do valor dessas verbas.

- O Presidente da Direcção informou que existe uma Comissão, que integra a Federação Distrital do Porto, para a Intimidade Associativa. Um relatório ao levantamento das Colectividades poderia haver protocolos com as Câmaras Municipais para a realização do trabalho de campo.

Terminada a discussão neste ponto foram postos à discussão, digamos, votados os dois documentos em simultâneo - Plano de Actividades e Orçamento, sendo estes documentos

aprovados por maioria, com uma suspensão  
 - deu-se início ao período depois das Ordens de  
 Trabalho.

- Pela Assembleia foi aprovado por unanimi-  
 dade, uma proposta do Conselho Gerente de um  
 minuto de silêncio pela morte do (diz) dignen-  
 te da Federação Senhor Carlos Costa.

- O Sr. Pereira Ramos - Vice Presidente da MAG,  
 referiu-se ao atraso da publicação das co-  
 muniqueções do Congresso, que se deve esse  
 atraso à entidade patrocinadora, mas pensa  
 que num futuro próximo será resolvido.

- O Presidente da MAG - informou existir um grupo  
 na Federação encarregado de apresentar um estudo  
 sobre alterações dos actuais Estatutos da Federação.  
 Pelo mesmo foi proposto à Assembleia que fosse de-  
 do um voto de confiança para elaborar a acta pre-  
 sente, já discutida e votada, para que as delibera-  
 ções da Assembleia tivessem validade imediata,  
 para a execução do Plano apresentado pela Direcção,  
 sendo o voto aprovado por unanimidade pelos  
 presentes.

- Por não haver mais intervenções, o Presidente  
 da Mesa deu por encerrada a sessão às 17 horas  
 e 45 minutos.

- Seguem-se as assinaturas dos membros da  
 Mesa.

Presidente da Mesa - *[assinatura]*

1.º Secretário -

2.º Secretário - *[assinatura]*

*[assinatura]*



## ACTA N.º 42

- Aos 29 dias do mês de Abril de 1995, pelas 15 horas, reuniu na sua sede social, na Rua da Palma n.º 256 A, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa. 1995 Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.
- A mesa foi presidida por Alberto Pereira Ramos, vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral, em substituição do Presidente, que justificou a sua ausência em carta lida à assembleia e, também estavam presentes o 1.º e 2.º Secretários Luísa de Jesus Pacheco e Serafim Alves, respectivamente.
- Estavam inscritos no livro de presenças 12 (doze) colectividades federadas.
- Foi declarada aberta a sessão.
- Por proposta do representante da federada n.º 1144 - Clube de Argentor da Aeronautica, foi pedida a dispensa da leitura da acta anterior - n.º 41 - de 21/1/1995 referente à discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 1995, sendo esta proposta aprovada por unanimidade.
- De seguida foi lida a convocatória cujo ponto único da Ordem de Trabalhos era "Discussão e Votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho fiscal referente a 1994".
- O Presidente da Direcção leu e explicou extensivamente o Relatório e Orçamento para 1995. Deu ênfase à luta emanada pela Federação contra o Projecto de Regulamento Policial dos Governos locais. Mais informou que tem havido poucas reuniões de Direcção e que nem sempre reúne com quorum. Não fez referência ao n.º 14 do Relatório designado por <sup>Música</sup> Bandas / Bandas Filarmónicas, que disse deixar para o Vice Presidente apresentar, o que não aconteceu por silêncio deste.
- O Tesoureiro explicou a actual situação económica da Federação, que se apresenta debilitada, cuja quotização



é insuficiente para as despesas fixas.

Segue-se a leitura do Parecer do Conselho Fiscal.

- De imediato o Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal deram entrada para discussão.

- O Sr. Vilar, representante da Fed. 396 Loc. Municipal Odivelense, referiu-se à falta de quorum nas reuniões e à penúria que se vive também nas localidades. Sugeriu a que a Federação deveria promover espectáculos nos 3 espaços pertencentes à Câmara de Lisboa, a fim de angariar fundos. No que respeita ao Boletim de Informação com algumas falhas de emissão e a falta de publicidade nos mermos para suporte das despesas.

- Não havendo mais ninguém para falar, foi posto à votação os documentos discutidos, sendo o Relatório e Contas aprovados por unanimidade e o Parecer do Conselho Fiscal aprovado por maioria com uma abstenção.

- No período posterior à Ordem de Trabalhos, foi aberta à Assembleia um ponto de Discussão.

- O Sr. Vilar pergunta se há ou não o Fórum.

- O Presidente da Direcção respondeu que o Fórum vai para a frente, ainda não há local, a comissão já reuniu, tendo havido contactos com a Fed. do Porto, que está previsto para o dia 1 de Julho e que havia dinheiro para o fazer.

- O Sr. Pereira Ramos - V.P. da MAG - informou sobre as actas do Congresso, estando a ser feita a paginação.

Que vai avançar uma Acção de formação de Dirigentes comprada pela Câmara Municipal de Lisboa.

Continua-se a trabalhar na revisão dos Estatutos da Federação.

- O Sr. Baptista, fed n.º 69 - Grupo Bandeirante, 22 Maio

de 1925, lamentou a reduzida presença de federados à presente Assembleia. Na sua opinião os delegados à Federação deveriam ter conhecimento da realização das Assembleias directamente, porque nem sempre são

informados pela respectiva Direcção. A Convocatória foi inserido no Boletim, que foi enviado para a Direcção. O ideal seria informar ou mandar o Boletim para os delegados, também.

— O Sr. Vilar pediu novamente a palavra referindo-se novamente ao fórum a realizar. As intervenções foram O que é que as pessoas vão fazer ao fórum? O que se pensa acerca do congresso passando por cima disso tudo?

— O Pres. Direcção explicou que o fórum era o seguimento do congresso, acoplando todo um conjunto de actividades.

— Também falou dos Incentivos Concelhios a realizar assim como do arranque do Roteiro das Colectividades de Lisboa:

— Por não haver mais intervenções, o Presidente da Mesa em função, deu por encerrada a sessão às 17 horas.

— Seguem-se as assinaturas dos membros da Mesa Presidente da MAG (em exercício)

1.º Secretário

2.º Secretário

Luís Pacheco

Serafim Alves

### Acta n.º 43

Aos 3 (três) dias do mês de Fevereiro de 1996, pelas 15,30 horas reuniu na sua sede social, na Rua da Palma n.º 256-A, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

— A mesa foi presidida por José Manuel Dourado Mendes, Presidente da M.A.G. e por Sante de Jesus Pacheco e Serafim Alves, 1.º e 2.º Secretários, respectivamente.

— Foi declarada aberta a sessão pelo Presidente da MAG.

— Antes da Ordem de Trabalhos foi lida a Acta n.º 42, aprovada por unanimidade.

— De seguida foi lida a convocatória, onde constam dois

*J. Franco*

pontos da Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 1996.
2. Discussão e votação de uma proposta de aumento de quotas.

O Presidente da M.A.G. informou que os documentos que deveriam suportar o ponto 1. não foram apresentados pela Direcção por falta da sua execução, portanto esta Assembleia Geral fica suspensa, e que a metodologia a ser aplicada à presente Assembleia será a seguinte:

1. Que a Direcção explique <sup>que</sup> o ~~pro~~ para com o não cumprimento do ponto 1. da convocatória,
2. Que apresentando-se a oportunidade da A.G. estar reunida, se faça a discussão de dados de interesse para a Federação e colectividades.

Foi dada a palavra ao Presidente da Direcção.

Este começou por agradecer à presença de 46 colectividades, pedindo desculpa por não ter apresentado a tempo o Plano de Actividades e Orçamento para 1996, que não está feito, não por falta de trabalho ou tempo, mas devido à crise directiva; só esta razão é válida para a sua não apresentação. Fez um apelo aos presentes para confiarem e crerem na Federação a fim de se resolverem os problemas presentes. Fez, no mínimo, a explicação que podia dar com um grande pedido de desculpas.

Foram abertas as inscrições, dando palavra às federadas, explicando o Presidente da M.A.G. que estas seriam novamente abertas após o último crader e assim sucessivamente, enquanto houver pessoas para falar, no ponto de discussão de interesse para a Federação, conforme já tinha sido explicado.

Falaram: - 1. Representante do Grupo Dramático Ramiro José que usou da palavra fazendo algumas considerações sobre o assunto em discussão;

2. Representante da Sociedade Filarmónica Guldini Pais, lamentou falta de documentos referentes ao ponto 1 da Convocatória.

88  
Disse que o Departamento de Bandas entregou o Plano de Actividades à Direcção. Pediu explicações da crise da Direcção e que existia correspondência na Mesa, que deveria ser lida. Do que nada se tinha feito em seguimento ao Congresso de 93.

3º Representante da Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Queluz, gostava de saber que espécie de crise directiva existia no seio da Federação;

4º Representante da Sociedade Jentropi Alhandeme, falando na qualidade de Vice-Presidente da Direcção da Federação, pediu desculpa, em especial, às federadas dos mais variados pontos do País que estavam presentes. Informou que perto de 2-3 meses a Federação está sem possibilidades de funcionamento por um conjunto de indisponibilidades dos directores, outros que não aparecem ou nunca apareceram, outros que estão suspensos, que não se avança com novas perspectivas e que não há condições para funcionar e que a crise está ligada à gestão da Federação.

Respondeu o Presidente da Direcção às questões formuladas: Que esta Direcção nunca funcionou, que alguns elementos da Direcção nunca apareceram. Para dar exemplo disse que em 4 meses teve quatro reuniões. Em Nov./Dez. 95 no período de um mês e dez dias a Federação não reuniu porque só havia 4 pessoas. Nunca funcionou como Órgão Colegial porque lhe faltava quorum. Acha que há possibilidades de ultrapassar esta Direcção, pois com a presente não acredita. Já tinha pedido à colectividade que represente S.I.B. "A Voz do Operário", a encerrar das suas funções, pedindo-lhe este para continuar, mas porque está na Direcção. Acrescentou que a crise de funcionamento está nos pontos de vista de divergências de orientação.

Abriram-se novas inscrições e usaram da palavra:

1º Representante de Leubi de Sargentos de Aeronáutica falando como V. Secretário da Direcção assumiu ser um dos culpados da não apresentação do Plano de Actividades e Orçamentos pr-1966, porque havia divergências entre a Colectividade e o Órgão e entendeu pedir a suspensão do mandato, visto não ser lógico trabalhar um documento



em que havia divergências no modo e método de trabalho.

2º: Representante da base do Alentejo, referiu-se à falta de quorum na Direcção. Deu exemplo do funcionamento das colectividades de que todos têm experiência e a costumeira falta de quorum, e que em a Federação se passa o mesmo. Disse existir, isso sim, uma questão de relacionamento entre as pessoas que não era construtiva e depois de uma reunião combinou-se que não havia condições para fazer o P.A. n.º 0.196, e foi assumido por todos os presentes, mas que já não havia tempo para avisar as Federadas da sua não apresentação. No seu entender e no entendimento desta discussão dever-se reunir-se os Corpos Sociais da Federação e decidir-se o que há a fazer a fim de que a Federação não seja prejudicada por causa do relacionamento entre as pessoas, pois que a partir daqui poderá haver prejuízo para as colectividades.

3º: Representante do Clube Recreativo do Feijó - apreciou a vasta representação de federadas presentes. Que a invocada falta de quorum não era razão plausível para a falta de apresentação de trabalho porque muita coisa importante se tinha feito na Federação através dos anos, nem sempre com o quorum desejado, isso tinha acontecido na preparação do Congresso, o que não impediu que o mesmo fosse feito com êxito. Culpa as Colectividades por não acompanharem o trabalho desenvolvido pelos seus representantes na Direcção da Federação, pois estava a descobrir o que existe e que a FPCCR representa a Cultura, não representa problemas pessoais.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou: que tinha reunido em a Direcção a qual, na altura se apresentou em 'quorum', embora posteriormente se verifique a sua falta;

Quando se elegem os Corpos Sociais da Federação são as colectividades as eleitas. A demissão dos seus representantes não abre vaga, mas são substituídos por

outros que a colectividade indica. Si abre voga quando a colectividade elita apresenta a sua demissão.

—Usoamente foram abertas inscrições para assuntos de interesse para a Federação:

— 1º: Sr. Renteria Alhandrense - discorda do que o Presidente da M.A.G. disse, e que acha ser a forma correcta a que ele fez pedindo demissão somente a sua colectividade e que a colocação de indisponibilidade é fundamental nestas grandes crises. Pensa que o caminho de seguido para pela reunião de Conselho Geral e instalação de uma Comissão Administrativa. Que existem certas questões tidas como meta, como seja a revisão dos estatutos e que a seguir ao congresso se tinha de encontrar novos caminhos. Mas lhe parece correcto eleger Corpos Gerentes intercalares, mas centrar a Comissão Administrativa em dois ou três objectivos.

— 2º: S.I.B. "Voz do Operário" disse que apresentava somente três pontos: - A Voz do Operário mantém o seu representante na Federação;

— que não entra em discussões

— que não entra em discussões pessoais

— 3º: O Presidente da Direcção reconheceu que deveria ter escrito carta de demissão ao Presidente da M.A.G. da Federação. Apontou as grandes dificuldades porque tem passado a Federação através dos tempos, mas também os momentos altos como foi o Congresso de 93; mas que a presente Direcção também tem feito grandes coisas. O Boletim Informativo não tem sido emitido por falta de verba, mas as actas do congresso estarão prontas muito em breve, que no dia a seguir começavam obras de melhoramentos na sede, e enumerou as diversas entidades oficiais onde a Federação se faz representar e em algumas onde é reconhecida como Parceiro Social. O número de federações tem aumentado fazendo comparações com anos antecedentes e que a quotização

têm tido sucesso de cobrança, e que as Câmaras Municipais de diversas partes do País pedem para serem recebidas pela Federação. Apesar de tudo disse existir a presente crise que se resume a problemas de orientação e metodologicamente que a actual Direcção não tenha condições para desenvolver uma dinâmica, devido a ausência de reuniões o que é grave e paralizante. Pensa que a Federação deve ser dotada de um Órgão Executivo para trabalhar, tratar da questão dos Estatutos e fazê-los aprovar.

— 4.º Sociedade Boa União - começou por repudiar o que disse o representante de "A Voz do Operário", alegando a pouca elegância do mesmo ao abandonar a sala de reunião, dizendo que aquilo era o espelho do que se estava a passar na Federação, referindo-se a que o representante daquela federação é o actual Presidente da Direcção. A seguir informou de que como representante da Boa União que representa na Direcção como primeiro secretário, somente segue as directivas emanadas de quem representa e de mais ninguém e que é dirigente da Federação há muitos anos. Frizou que somente existem problemas de orientação e não pessoais. Foi uma situação de desencontro total a longo destes dois anos de gestão, existindo graves desacordos - foram sempre dez contra um - e que existe uma guerra entre Presidente e Vice-Presidente. Que parecem ter medo do Departamento de Bandas. Que a Federação está a ser posta a pressões para eleições, mas que têm um cuidado que podem aparecer duas listas.

— Verificaram-se novas menções.

— 1.º Liga Regional Cojense - começou por se referir ao busto do patrono da Sala onde decorre a Assembleia - Julio Silva, que foi um dos fundadores da Federação, e que na sua perspectiva se encheria de vergonha ao ouvir algumas afirmações feitas. Quanto ao quorum das reuniões presunzadas é sempre um assunto complicado, as pessoas faltam às



101

Formo de encerramento

Serviui este livro, para nele serem exaradas as actas das Assembleias gerais, da Federaçao Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, o qual tem cem folhas desidamente numeradas e rubricadas por mim Presidente da Mesa da Assembleia geral.

Lisboa, 21 de Dezembro de 1972

O Presidente da Mesa da Assembleia geral



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DAS COLECTIVIDADES  
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DAS COLECTIVIDADES  
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DAS COLECTIVIDADES  
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

